



PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS

ANO FINANCEIRO 2025

I. Relatório de Gestão Consolidado

2025

ÍNDICE

1	INTRODUÇÃO.....	2
2	ENTIDADES DO GRUPO AUTÁRQUICO	3
3	PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO.....	4
4	MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO	5
5	CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE.....	5
6	RECURSOS HUMANOS.....	6
7	ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA.....	7
7.1	Balço.....	7
7.1	Demonstração de Resultados	8
8	INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS	9

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Entidades do Grupo Autárquico.....	3
Tabela 2 – Participações.....	4
Tabela 3 – Organograma das Participações Locais.....	4
Tabela 4 – Capital Social APIN – Empresa Intermunicipal Ambiente Pinhal Interior, EIM, SA.....	6
Tabela 5 – Trabalhadores do Grupo Autárquico	6
Tabela 6 – Ativo do Grupo Municipal	7
Tabela 7 – Passivo do Grupo Municipal.....	8
Tabela 8 – Património Líquido do Grupo Municipal.....	8
Tabela 9 – Gastos do Grupo Municipal.....	9
Tabela 10 – Rendimentos do Grupo Municipal.....	9
Tabela 11 – Evolução dos principais indicadores económico-financeiros.....	9

1 INTRODUÇÃO

O Município de Penela apresenta demonstrações financeiras consolidadas, decorrente da obrigatoriedade estabelecida no artigo 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, o qual estipula que sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas, sendo o grupo autárquico composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

A informação de carácter contabilístico produzida, individualmente, é considerada suficiente para revelar a situação económica e financeira de cada entidade, mas não permite traduzir, de uma forma verdadeira e apropriada, a situação económica e financeira do grupo enquanto agregado. Assim, surge a necessidade de se proceder à consolidação de contas.

No caso do Município de Penela, as entidades incluídas na consolidação de contas são as entidades consideradas como empresas locais de acordo com o disposto no artigo 19.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto.

Nestes termos, a consolidação de contas será efetuada com a APIN – Empresa Intermunicipal Ambiente Pinhal Interior, EIM, SA e será utilizado o método de equivalência patrimonial no qual, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e é ajustado posteriormente em função da evolução pós-aquisição da quota-parte dos ativos líquidos da participada. Os resultados da investidora incluem a sua quota-parte nos resultados da participada e os ativos líquidos da investidora incluem a quota-parte nas alterações nos ativos líquidos da participada que não foram reconhecidos através de resultados.

O SNC-AP permite uniformizar os procedimentos e aumentar a fiabilidade da consolidação de contas, com uma aproximação ao SNC e ao SNC-ESNL, aplicados no contexto do setor empresarial local e das entidades do setor não lucrativo, respetivamente.

As demonstrações financeiras consolidadas do Município de Penela foram elaboradas de acordo com Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

As contas consolidadas do Município de Penela foram auditadas por um Revisor Oficial de Contas.

2 ENTIDADES DO GRUPO AUTÁRQUICO

O Município de Penela detém participação em diversas empresas, associações e agências. Na tabela abaixo, apresentam-se as entidades participadas pelo município e é indicado o respetivo método de consolidação utilizado. O atual âmbito da Lei das Finanças Locais (art.º 75 da Lei nº 51/2018) estabelece que "o grupo autárquico é composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades".

Tabela 1 – Entidades do Grupo Autárquico

Entidade	NIPC	Capital Social	Participação	% Capital Social	Indicada	Integrada	Fundamentação da Declaração
Entidades Societárias							
EPRI - Empresa Intermunicipal Ambiente Rural Interior, ENL SA	013213307	1 100 000,00 €	34 400,00 €	3,13%	Sim	MEP	
ERSUC - Resíduos Sólidos Urbanos, SA	005004405	4 975 000,00 €	12 788,33 €	0,26%	Não		Alínea c) do n.º 4 do art. 75.º da Lei 75/2013, de 3 de Setembro
Águas do Rio Caramelo, SA	004288180	28 854 900,00 €	121 218,00 €	0,42%	Não		Alínea c) do n.º 4 do art. 75.º da Lei 75/2013, de 3 de Setembro
Soc. Formação - Sociedade de Ensino Profissional, SA	004620108	30 000,00 €	6 176,30 €	20,59%	Não		Alínea c) do n.º 4 do art. 75.º da Lei 75/2013, de 3 de Setembro
Entidades Não Societárias							
AREAC - Agência Regional de Energia e Ambiente Centro	506427149	80 000,00 €	5 000,00 €	6,25%	Não		Alínea c) do n.º 4 do art. 75.º da Lei 75/2013, de 3 de Setembro
IPRI - Instituto Pedro Nunes	001790610	347 300,00 €	12 500,00 €	3,59%	Não		Alínea c) do n.º 4 do art. 75.º da Lei 75/2013, de 3 de Setembro
OCSEB - Centro Serviço Ambiente	505833308	182 350,00 €	4 750,00 €	2,61%	Não		Alínea c) do n.º 4 do art. 75.º da Lei 75/2013, de 3 de Setembro
OSARC - Comunidade Intermunicipal Região Centro	505024817	-	-	3,28%	Não		Alínea c) do n.º 4 do art. 75.º da Lei 75/2013, de 3 de Setembro
ANMP - Associação Nacional Municípios	501037415	-	-	0,28%	Não		Alínea c) do n.º 4 do art. 75.º da Lei 75/2013, de 3 de Setembro
Quercus - Associação Desenvolvimento do Coto e Dúrcia	005033104	-	-	33,00%	Não		Alínea c) do n.º 4 do art. 75.º da Lei 75/2013, de 3 de Setembro
Terras do Sul - Associação Desenvolvimento	505487720	-	-	13,90%	Não		Alínea c) do n.º 4 do art. 75.º da Lei 75/2013, de 3 de Setembro
ADITUR - Agência de Desenvolvimento Turismo Alentejo do Sul	007022220	-	-	4,88%	Não		Alínea c) do n.º 4 do art. 75.º da Lei 75/2013, de 3 de Setembro
Agência para o Desenvolvimento dos Caminhos e Muralhas Medievais da fronteira	505883100	-	-	10,00%	Não		Alínea c) do n.º 4 do art. 75.º da Lei 75/2013, de 3 de Setembro
Irradição - Associação do Cluster Agro-Industrial do Centro	506577400	-	-	0,47%	Não		Alínea c) do n.º 4 do art. 75.º da Lei 75/2013, de 3 de Setembro
Centro Artístico e Cultural Casa da Região Centro	003861020	-	-	3,37%	Não		Alínea c) do n.º 4 do art. 75.º da Lei 75/2013, de 3 de Setembro
Projetos - Associação Produtores e Proprietários Florestais Conselho de Penela	006019014	-	-	3,03%	Não		Alínea c) do n.º 4 do art. 75.º da Lei 75/2013, de 3 de Setembro
Associação Nacional de Regedores Municipais	501864202	-	-	0,48%	Não		Alínea c) do n.º 4 do art. 75.º da Lei 75/2013, de 3 de Setembro
Agência para o Desenvolvimento do Sudoeste Alentejo - Associação ADSA	010033371	-	-	14,29%	Não		Alínea c) do n.º 4 do art. 75.º da Lei 75/2013, de 3 de Setembro
Rural - Rede de Universidades Setoriais	004821800	-	-	-	Não		Alínea c) do n.º 4 do art. 75.º da Lei 75/2013, de 3 de Setembro
PCAM	010100716	-	-	-	Não		Alínea c) do n.º 4 do art. 75.º da Lei 75/2013, de 3 de Setembro

Na decorrência da decisão arbitral proferida no âmbito do Processo Arbitral n.º 15/2021/INS-RAP/ASB, foi determinada a desvinculação do Município de Penacova do Sistema APIN, com efeitos reportados a 31 de dezembro de 2020, o que resultou na nulidade de todas as deliberações da APIN subsequentes a essa data que tenham produzido efeitos relativamente ao Município de Penacova, na qualidade de acionista e entidade delegante. Não obstante, a participação correspondente ao capital social do Município de Penacova permanece registada, encontrando-se a APIN a desenvolver os trâmites formais necessários à amortização das respetivas ações em conformidade com o estabelecido na decisão arbitral.

3 PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

O artigo 75.º da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro define quais são as entidades que fazem parte do perímetro de consolidação. No caso do Município de Penela, as entidades incluídas na consolidação são as entidades consideradas como empresas locais de acordo com o disposto no artigo 19.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, a saber:

Tabela 2 – Participações

Entidade	Valor Participação	% Participação	Tipo Entidade
APIN - Empresa Intermunicipal Ambiente Pinhal Interior, EIM SA	74 470,00 €	6,77%	Empresa Local

Apresenta-se de seguida o organograma das participações:

Tabela 3 – Organograma das Participações Locais



O Grupo Municipal é composto pelo Município (entidade-mãe) e pelo conjunto das entidades abrangidas pelo perímetro de consolidação (APIN - Empresa Intermunicipal Ambiente Pinhal Interior, EIM SA).

4 MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO

Para efeitos de consolidação de contas com a entidade APIN – Empresa Intermunicipal Ambiente Pinhal Interior, EIM, SA, foi utilizado o método de equivalência patrimonial, que consiste na substituição no balanço do Município de Penela, do valor contabilístico das partes de capital detidas, pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios das entidades incluídas no perímetro de consolidação.

5 CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

➤ APIN - Empresa Intermunicipal Ambiente Pinhal Interior, EIM SA

Nos termos dos seus estatutos, a APIN tem por objeto a gestão de serviços de interesse geral, e mais concretamente a exploração e a gestão do Sistema Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, que agrega os sistemas municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos dos supracitados Municípios, no respetivo território.

Esta atividade foi formalizada através de um Contrato de Gestão Delegada dos 11 Municípios para a APIN, celebrado a 2 de outubro de 2019, por um período de 30 anos contados a partir do dia seguinte ao termo do período de transição.

A APIN reveste a natureza de Empresa Intermunicipal, regulada pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que estabelece o regime jurídico da atividade empresarial local e, subsidiariamente, pelo código das sociedades comerciais. Obedece ao regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, por força da Lei n.º 73/2013, de 13 de setembro e a Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, condicionando o regime de financiamento aos limites legais de endividamento municipal e demais regras aplicáveis.

Integram a APIN os Municípios de Alvalázere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penacova, Penela e Vila Nova de Poáres. A APIN opera no sector do ambiente, na sequência da autorização para a criação de um sistema intermunicipal de serviços de abastecimento público de água, saneamento de águas residuais e recolha de resíduos urbanos. A APIN cobre uma área de cerca de 1.900 km², com cerca de 79,5 mil habitantes, dos quais aproximadamente 60 mil são clientes.

Os onze Municípios decidiram ainda que o Sistema Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior fosse gerido através do modelo de gestão delegada em empresa local, num regime exclusivamente público, de domínio a 100% pelas autarquias locais. A APIN foi constituída a 29 de julho de 2019 sendo que a sua atividade operacional apenas se iniciou a 1 de janeiro de 2020.

O capital social da sociedade é de 1.100.000 euros, e tem a seguinte estrutura acionista:

Tabela 4 – Capital Social APIN – Empresa Intermunicipal Ambiente Pinhal Interior, EIM, SA

Accionista	Valor da participação	% Participação
Município Alvalade	88 780,00 €	8,98%
Município Anísio	151 090,00 €	15,73%
Município Castanheira de Pera	46 860,00 €	4,26%
Município de Figueiró dos Vinhos	64 020,00 €	5,82%
Município de Góis	79 200,00 €	7,20%
Município Lousã	202 290,00 €	18,39%
Município Pampilhosa da Serra	86 900,00 €	7,90%
Município Pedrogão Grande	60 940,00 €	5,54%
Município Penacova	154 440,00 €	14,04%
Município Penela	74 470,00 €	6,77%
Município Vila Nova de Poiares	81 070,00 €	7%
Total do Capital Social	1 100 000,00 €	100%

A sua missão é assegurar os serviços públicos de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de recolha de resíduos sólidos urbanos de forma a garantir elevados níveis de qualidade de serviço ao menor custo para os utilizadores. Os desafios que os referidos serviços enfrentam, exigem uma gestão mais profissional, com maior capacidade financeira, técnica e tecnológica e com uma dimensão capaz de garantir a sua sustentabilidade atual e também para as futuras gerações.

A sua visão está orientada para o reconhecimento como referência empresarial no setor, pela qualidade do serviço que presta e pela competência profissional. Assumir-se como uma empresa intermunicipal, orientada para estabelecer tarifários justos e equilibrados que sejam: socialmente acessíveis, protetores do ambiente, economicamente sustentáveis, garantindo níveis de excelência consentâneos com as melhores práticas do setor no que se refere a Rigor nos investimentos, Rigor na gestão e Rigor na eficiência.

6 RECURSOS HUMANOS

O grupo autárquico, a 31 de dezembro de 2025, conta com um conjunto de colaboradores, conforme quadro abaixo indicado, de forma a atenderem à prossecução das suas atividades da forma mais eficiente possível. Em 31 de dezembro de 2025 o número de colaboradores ao serviço nas duas entidades é de 323 distribuídos conforme tabela seguinte:

Tabela 5 – Trabalhadores do Grupo Autárquico

Entidade	Número de colaboradores 2024	Número de colaboradores 2025
Município de Penela	147	147
APIN - Empresa Intermunicipal Ambiente Pinhal Interior, EIM SA	194	176
Total	341	323

7 ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

No âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por proporcionar informação útil aos seus leitores/utilizadores para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões. De seguida iremos analisar o balanço e a demonstração de resultados consolidados.

7.1 Balanço

O Balanço consolidado agrega num conjunto de rubricas, os bens, direitos e obrigações do Grupo Municipal no momento retratado.

Em 2025 o ativo do Grupo Municipal do Município de Penela atingiu os 40.207.157,85€. Do total do ativo, 81,04% constitui o ativo não corrente (32.581.973,48€) e 18,96% o ativo corrente (7.625.184,37€).

As participações financeiras apresentam o valor de 1.840.624,41€ e representam 4,58% do total do ativo. De referir que se encontra aqui evidenciado o ajustamento efetuado com base na percentagem de participação ou detenção do Município de Penela, nos capitais próprios da APIN – Empresa Intermunicipal Ambiente Pinhal Interior, EIM, SA.

Tabela 6 – Ativo do Grupo Municipal

Componentes do Ativo	2024	2025	%	Δ 2025/2024
Ativo não corrente	32 828 217,96 €	32 581 973,48 €	81,04%	-0,75%
Ativos fixos tangíveis	26 242 347,56 €	26 019 002,15 €	64,71%	-0,85%
Propriedades de investimento	4 825 424,93 €	4 895 160,65 €	11,58%	+2,70%
Ativos intangíveis	27 962,40 €	27 186,27 €	0,07%	-2,78%
Participações financeiras	1 732 483,07 €	1 840 624,41 €	4,58%	+6,24%
Outros ativos financeiros	- €	- €	0,00%	0,00%
Ativo corrente	4 822 359,07 €	7 625 184,37 €	18,96%	+58,11%
Inventários	52 585,65 €	56 396,77 €	0,14%	+7,25%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	- €	- €	0,00%	0,00%
Clientes, contribuintes e utentes	40 369,11 €	40 373,40 €	0,10%	+0,01%
Estado e outros entes públicos	31 372,01 €	58 624,17 €	0,15%	+86,87%
Outras contas a receber	1 083 150,07 €	1 139 479,71 €	2,88%	+7,05%
Diferimentos	35 326,84 €	967 510,01 €	2,41%	+2638,74%
Caixa e depósitos	3 579 755,39 €	5 342 800,31 €	13,29%	+49,25%
Ativo total	37 650 777,03 €	40 207 157,85 €	100,00%	+6,79%

Em 2025 o passivo do Grupo Municipal do Município de Penela atingiu os 12.142.650,13€ representando cerca de 30,20% do total do Ativo. Do total do passivo, 18,34% constitui o passivo não corrente (2.226.809,91€) e 81,66% o passivo corrente (9.915.840,22€).

Tabela 7 – Passivo do Grupo Municipal

Componentes do Passivo	2024	2025	%	A 2025/2024
Passivo não corrente	2 676 787,76 €	2 226 809,91 €	18,34%	-16,81%
Provisões	768 803,28 €	768 803,28 €	6,33%	0,00%
Financiamentos obtidos	1 907 984,48 €	1 458 006,63 €	12,01%	-23,58%
Passivo corrente	8 067 537,33 €	9 915 840,22 €	81,66%	22,91%
Credores por transf. e subs. não reemb. Concedidos	16 946,53 €	5 953,52 €	0,05%	-64,82%
Fornecedores	139 518,66 €	138 020,16 €	1,14%	-1,07%
Estado e outros entes públicos	60 730,21 €	38 131,44 €	0,31%	-37,21%
Financiamentos obtidos	324 876,93 €	430 573,74 €	3,71%	38,69%
Fornecedores de investimento	150 989,56 €	126 136,98 €	1,04%	-16,46%
Outras contas a pagar	1 040 633,48 €	1 220 686,90 €	10,05%	17,30%
Diferimentos	6 333 851,96 €	7 936 337,48 €	65,36%	25,30%
Passivo total	10 744 325,09 €	12 142 650,13 €	100,00%	13,01%

Em 2025 o património líquido do Grupo Municipal do Município de Penela atingiu o valor de 28.064.507,72€, traduzindo uma autonomia financeira (Património líquido/Ativo total) de cerca de 69,80%.

Os Ajustamentos em ativos financeiros apresentam o valor de 1.452.928,56€ e representam 5,18% do total do Património líquido. De referir que encontra aqui evidenciado o ajustamento efetuado com base na percentagem de participação ou detenção do Município de Penela, nos capitais próprios da APIN – Empresa Intermunicipal Ambiente Pinhal Interior, EIM, SA.

O Resultado Líquido do Período apresenta o valor negativo de 5.034,39€.

Tabela 8 – Património Líquido do Grupo Municipal

Componentes do Património Líquido	2024	2025	%	A 2025/2024
Património/Capital	41 034 549,61 €	41 034 549,61 €	145,32%	0,00%
Resultados transitados	- 26 750 107,73 € -	27 875 191,05 €	-98,33%	4,21%
Ajustamentos em ativos financeiros	1 101 856,42 €	1 452 928,56 €	5,18%	31,89%
Outras variações no Património Líquido	12 918 977,33 €	13 457 254,99 €	47,95%	4,17%
Resultado líquido do período	- 1 398 623,69 € -	5 034,39 €	-0,02%	-99,64%
Total do Património Líquido	26 906 451,94 €	28 064 507,72 €	100,00%	4,30%

7.1 Demonstração de Resultados

A demonstração de resultados consolidada é um mapa que pretende complementar o balanço consolidado indicando a natureza dos diversos gastos e Rendimentos.

Em 2025 os gastos do Grupo Municipal do Município de Penela atingiram o valor de 9.763.672,44€, e os Rendimentos o valor de 9.758.638,05€, apurando-se um resultado líquido do exercício consolidado negativo de 5.034,39€.

O resultado líquido do exercício consolidado apresenta o valor negativo de 5.034,39€, valor inferior ao registado na demonstração de resultados individual do Município de Penela (42.325,80€). Esta variação decorre das alterações efetuadas na rubrica de Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos (47.360,19€) em função do ajustamento com base na percentagem de participação ou detenção do Município de Penela, nos capitais próprios da APIN – Empresa Intermunicipal Ambiente Pinhal Interior, EIM, SA.

Tabela 9 – Gastos do Grupo Municipal

Gastos	2024	2025	%	Δ 2025/2024
Gastos imputados a outras entidades, associações e sim-p-	0,00 €	47 360,19 €	0,49%	100,00%
Transferências e subsídios concedidos	1 222 227,26 €	1 048 606,29 €	10,74%	-14,21%
CMVMC	100 040,92 €	81 777,66 €	0,84%	-18,26%
FSE	2 828 346,22 €	2 510 623,35 €	25,71%	-11,21%
Gastos com pessoal	3 377 222,12 €	3 702 064,42 €	37,92%	9,62%
Gastos de depreciação e de amortização	2 846 681,93 €	2 159 277,03 €	22,12%	-24,15%
Perdas por imparidade	5 664,10 €	36 530,84 €	0,37%	544,93%
Provisões	758 803,28 €	0,00 €	0,00%	-100,00%
Outros gastos e perdas	89 984,35 €	114 329,78 €	1,17%	27,06%
Gastos e perdas por juros e outros encargos	92 773,45 €	83 102,88 €	0,63%	-31,98%
Total	11 331 743,63 €	9 763 672,44 €	100,00%	-13,84%

Tabela 10 – Rendimentos do Grupo Municipal

Rendimentos	2024	2025	%	Δ 2025/2024
Impostos, contribuições e taxas	1 147 300,41 €	1 238 970,30 €	12,70%	7,99%
Vendas	3 828,26 €	2 443,44 €	0,03%	-13,61%
Prestações de serviços e concessões	723 587,48 €	471 874,63 €	4,86%	-34,31%
Transferências e subsídios Obtidos	- €	- €	0,00%	0,00%
Imparidade de dívidas a receber (reversões)	6 367 962,27 €	8 559 393,39 €	67,22%	3,07%
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (reversões)	- €	- €	0,00%	0,00%
Outros rendimentos	195 914,97 €	- €	0,00%	-100,00%
Total	9 933 119,94 €	9 758 638,05 €	100,00%	-1,76%

8 INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

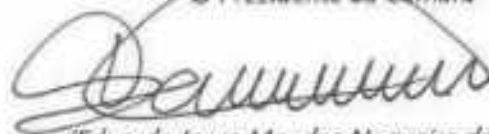
Os rácios estabelecem relações entre contas e agrupamentos de contas das demonstrações financeiras, balanço e demonstração de resultados, para quantificar factos, detetar anomalias e fazer comparações no tempo. De seguida encontram-se os principais indicadores económico-financeiros.

Tabela 11 – Evolução dos principais indicadores económico-financeiros

Indicadores	Rácio	2024	2025
Autonomia Financeira	Património Líquido/Ativo	71,46%	69,80%
Solvabilidade	Património Líquido/Passivo	250,42%	231,12%
Liquidez Geral	Ativo Corrente/Passivo Corrente	59,78%	76,90%
Liquidez Reduzida	(Ativo Corrente-Inventário)/Passivo Corrente	59,13%	76,33%
Liquidez Imediata	Disponibilidades/Passivo Corrente	44,37%	53,88%
Rendimento do Património Líquido	Resultado Líquido/Património Líquido	-3,20%	-0,02%

Penela, 29 de maio de 2026

O Presidente da Câmara



(Eduardo Jorge Mendes Nogueira dos Santos)

II.

Demonstrações Financeiras Consolidadas



2025

Município de Penela

BALANÇO CONSOLIDADO

RUBRICAS	Notas	31/12/2023	31/12/2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4/5	26 019 002,15 €	28 242 347,56 €
Propriedades de investimento	9	4 695 160,65 €	4 825 424,93 €
Ativos intangíveis	3	27 186,27 €	27 962,40 €
Ativos biológicos			
Participações financeiras	9/18	1 840 624,41 €	1 732 483,07 €
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Acionistas/sócios/associados			
Diferimentos			
Outros ativos financeiros			
Ativos por impostos diferidos			
Clientes, contribuintes e utentes			
Outras contas a receber			
		32 581 973,46 €	32 828 217,96 €
Ativo corrente			
Inventários	10	56 386,77 €	52 560,65 €
Ativos Biológicos			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		0,00 €	0,00 €
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes	9/18	40 373,40 €	40 369,11 €
Estado e outras entes públicas	18	58 624,17 €	31 372,01 €
Acionistas/sócios/associados			
Outras contas a receber	18	1 159 479,71 €	1 093 150,07 €
Diferimentos	20	967 510,01 €	35 326,84 €
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos	1/18	5 342 800,31 €	3 579 755,39 €
		7 625 184,37 €	4 822 559,07 €
Total do Ativo		40 207 157,85 €	37 650 777,03 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/capital	23	41 034 540,61 €	41 034 540,61 €
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas			
Resultados transitados	23	-27 875 191,05 €	-26 750 107,73 €
Ajustamentos em ativos financeiros	23	1 452 928,58 €	1 101 656,42 €
Excedentes de revalorização			
Outras variações no património líquido	23	13 457 254,99 €	12 918 977,33 €
Resultado líquido do período	23	-5 034,39 €	-1 398 623,69 €
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam			
Total do Património Líquido		28 084 507,72 €	26 905 451,94 €

WP
AH.

X

85

D

H

R

A

Município de Penela

BALANÇO CONSOLIDADO

RUBRICAS	Notas	31/12/2023	31/12/2024
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	13	768 803,26 €	768 803,28 €
Financiamentos obtidos	6/7/18	1 458 006,63 €	1 907 884,48 €
Fornecedores de investimentos			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Diferimentos			
Passivos por impostos diferidos			
Fornecedores			
Outras contas a pagar			
		2 228 809,91 €	2 676 687,76 €
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	18	5 953,52 €	16 946,53 €
Fornecedores	18	138 020,16 €	139 516,86 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			
Estado e outros entes públicos	18	38 131,44 €	60 730,21 €
Acionistas/sócios/associados			
Financiamentos obtidos	6/18	450 573,74 €	324 876,93 €
Fornecedores de investimentos	18	126 136,98 €	150 989,56 €
Outras contas a pagar	18	1 220 686,90 €	1 040 623,48 €
Diferimentos	23	7 836 337,48 €	6 333 651,98 €
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
		9 915 840,22 €	8 067 537,33 €
Total do Passivo		12 142 650,13 €	10 744 325,09 €
Total do Património Líquido e Passivo		40 207 157,85 €	37 650 777,03 €

Município de Penela

Demonstração de resultados por naturezas consolidado

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Impostos, contribuições e taxas	13/14	1 238 970,30 €	1 147 300,41 €
Vendas	13	2 443,44 €	2 828,26 €
Prestações de serviços e concessões	13	473 874,63 €	723 587,45 €
Rendimentos/Gastos imputados entid. controladas, associadas e empr. conjuntos	23	-47 360,19 €	195 914,97 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	14/23	6 559 393,59 €	6 367 962,27 €
Variações nos inventários de produção		0,00 €	
Trabalhos para a própria entidade		0,00 €	
Custo das mercadorias e matérias consumidas	23	-81 777,66 €	-100 040,92 €
Fornecimentos e serviços externos	23	-2 510 823,35 €	-2 828 346,22 €
Gastos com pessoal	19	-3 702 064,42 €	-3 377 222,12 €
Transferências e subsídios concedidos	23	-1 048 606,29 €	-1 222 227,26 €
Prestações sociais		0,00 €	
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)		0,00 €	
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	-36 675,20 €	-6 353,69 €
Provisões (aumentos/reduções)	15	0,00 €	-768 803,28 €
Imparidade de investimentos não depreciáveis/ amortizáveis (perdas/reversões)	9	144,36 €	689,59 €
Aumentos/reduções de justo valor		0,00 €	
Outros rendimentos	13/14/23	1 483 956,09 €	1 495 526,55 €
Outros gastos	23	-114 329,78 €	-89 684,35 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		2 217 345,52 €	1 540 831,69 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3/5/8	-2 159 277,03 €	-2 846 681,93 €
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		58 068,49 €	-1 305 850,24 €
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	23	-63 102,68 €	-82 773,45 €
Resultado antes de impostos		-5 034,39 €	-1 398 623,69 €
Imposto sobre o rendimento			
Resultado líquido do período		-5 034,39 €	-1 398 623,69 €
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da entidade-mãe			
Interesses que não controlam		-5 034,39 €	-1 398 623,69 €

Município de Penela

Demonstração das alterações no patrimônio líquido consolidado

Direção	Capital / Patrimônio Subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas legais	Resultados Transfidos	Ajustamentos em Alíquotas Financeiras	Excedentes de Revitalização	Outras Variações no Patrimônio Líquido	Resultados Líquidos do Período	TOTAL	Interesses que não Controlam	Total do Patrimônio Líquido
Posição no início do Período	41 034 549,01 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-26 750 107,73 €	1 101 956,42 €	0,00 €	12 910 977,33 €	-1 308 523,09 €	26 006 451,94 €	0,00 €	26 006 451,94 €
Alterações no período													
Ajustamentos de transição do referencial contábilístico	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Alterações de políticas contábilísticas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Correção de erros materiais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	460 455,34 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	460 455,34 €	0,00 €	460 455,34 €
Diferenças do conversão de demonstrações financeiras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Realização de excedentes de revitalização	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Excedentes de revitalização e reservas variações	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Transferências e subscrituras de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras alterações incorpóneas no Patrimônio Líquido	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-1 504 520,66 €	351 272,14 €	0,00 €	38 513,94 €	1 359 523,09 €	193 071,01 €	0,00 €	193 071,01 €
Alterações no período	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-1 125 063,32 €	351 272,14 €	0,00 €	538 277,96 €	1 359 523,09 €	1 163 090,17 €	0,00 €	1 163 090,17 €
Resultado Líquido do Período										-5 034,39 €	-5 034,39 €	0,00 €	-5 034,39 €
Resultado Integral										1 353 588,30 €	1 158 055,78 €	0,00 €	1 158 055,78 €
Operações com Devedores de Capital no Período													
Subscrituras de capital / patrimônio	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subscrituras de prémios de emissão	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Entradas para cobertura de perdas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras operações	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Posição no fim do Período	41 034 549,01 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-27 875 191,05 €	1 452 928,56 €	0,00 €	13 457 254,99 €	-5 034,39 €	28 064 907,72 €	0,00 €	28 064 907,72 €

[Handwritten signatures and initials]

III.

Demonstrações Orçamentais Consolidadas



2025

Município de Penela
Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidado

Histórias	Notas	Períodos	
		31/12/2023	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		298.348,48 €	313.826,29 €
Recebimentos de contribuintes		1.105.353,10 €	1.199.993,28 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		6.814.981,31 €	6.815.381,11 €
Recebimentos de clientes		76.538,51 €	87.946,44 €
Pagamentos a fornecedores		-2.880.583,09 €	-3.079.870,34 €
Pagamentos ao pessoal		-3.001.888,48 €	-3.327.954,08 €
Pagamentos a contribuintes / clientes			
Pagamentos de transferências e subsídios		-960.069,51 €	-1.132.287,33 €
Pagamentos de prestações sociais			
Caixa gerada pelas operações		742.879,28 €	838.003,47 €
Recebimento do imposto sobre o rendimento			
Pagamento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos		102.491,05 €	81.227,20 €
Outros pagamentos		-450.069,31 €	-162.189,58 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		395.301,02 €	444.541,09 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos não tangíveis		-1.866.888,26 €	-1.371.130,18 €
Ativos intangíveis		-3.891,72 €	
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros			
Outros ativos		-102.333,18 €	-81.857,40 €
Recebimentos provenientes de:			
Ativos não tangíveis		40.432,56 €	98.515,23 €
Ativos intangíveis			
Propriedades de investimento		418.130,83 €	425.178,52 €
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento		1.814.442,30 €	2.391.403,84 €
Transferências de capital		1.415.380,11 €	1.006.121,71 €
Juros e rendimentos similares			
Dividendos		4.280,85 €	5.210,83 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		1.718.152,52 €	2.760.572,34 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital			
Colheita de produtos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-279.198,54 €	-245.738,97 €
Juros e gastos similares		-71.202,81 €	-89.912,84 €
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-350.401,31 €	-335.651,81 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		1.762.752,23 €	2.869.062,62 €
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		3.579.755,39 €	710.802,87 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período		5.342.507,62 €	3.579.755,39 €
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		3.579.755,39 €	710.802,87 €
- Equivalentes a caixa no início do período		-2.154.226,61 €	-483.742,71 €
= Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		2.154.226,61 €	483.742,71 €
- Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo da gerência anterior		3.579.755,39 €	710.802,87 €
De execução orçamental		3.217.644,78 €	3.214.541,78 €
De operações de tesouraria		362.110,61 €	366.261,13 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período		5.342.507,62 €	3.579.755,39 €
- Equivalentes a caixa no início do período		-3.001.817,47 €	-2.154.226,61 €
= Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		3.001.817,47 €	2.154.226,61 €
- Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo para a gerência seguinte		5.342.507,62 €	3.579.755,39 €
De execução orçamental		4.911.938,44 €	3.217.644,78 €
De operações de tesouraria		431.469,18 €	362.110,61 €

Handwritten signatures and initials on the right margin, including a large signature at the top and several smaller ones below it.

Município de Penela
Demonstração consolidada do desempenho orçamental

Álgebra Recebimentos	31/12/2018	31/12/2019
Saldo de gestão anterior	3 570 755,36 €	710 932,87 €
Operações Orçamentais (1)	3 217 844,78 €	214 841,25 €
Devolução do saldo cont. orçamentais		
Recebimentos do saldo devolvido por várias entidades		
Operações de tesouraria (2)	382 110,81 €	390 281,13 €
Receita Corrente	6 412 844,30 €	6 628 239,07 €
R1 - Receita Fiscal	1 105 253,10 €	1 196 593,25 €
R1.1 - Impostos diretos	1 105 253,10 €	1 196 593,25 €
R1.2 - Impostos indiretos		
R2 - Contribuições soc. proteção social e subsist. saúde		
R3 - Taxas, multas e outras penalizações	78 088,85 €	87 846,44 €
R4 - Rendimentos de propriedade	422 433,56 €	436 490,09 €
R5 - Transferências e subsídios correntes	6 014 991,21 €	6 515 301,11 €
R5.1 - Transferências correntes	6 514 991,21 €	6 515 301,11 €
R5.1.1 - Administrações Públicas	6 009 062,75 €	6 502 868,19 €
R5.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	6 499 014,32 €	6 490 915,37 €
R5.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades		
R5.1.1.3 - Segurança Social	11 949,52 €	11 949,52 €
R5.1.1.4 - Administração Regional		
R5.1.1.5 - Administração Local		
R5.1.2 - Exterior - U.E.		
R5.1.3 - Outras	5 127,58 €	12 564,93 €
R5.2 - Subsídios correntes		
R6 - Venda de bens e serviços	288 348,49 €	313 824,29 €
R7 - Outras receitas correntes	3 545,80 €	3 394,80 €
Receita de Capital	3 392 455,87 €	3 785 070,78 €
R8 - Venda de bens de investimento	40 432,05 €	95 015,23 €
R9 - Transferências e subsídios de capital	3 228 037,31 €	3 687 585,55 €
R9.1 - Transferências de capital	3 228 037,31 €	3 687 585,55 €
R9.1.1 - Administrações Públicas	3 228 037,31 €	3 687 585,55 €
R9.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	3 228 037,31 €	3 687 585,55 €
R9.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades		
R9.1.1.3 - Segurança Social		
R9.1.1.4 - Administração Regional		
R9.1.1.5 - Administração Local		
R9.1.2 - Exterior - U.E.		
R9.1.3 - Outras		
R9.2 - Subsídios de capital		
R10 - Outras receitas de capital		
R11 - Reparações não aceites aos pagamentos	593,42 €	911,38 €
Receta efetiva (3)	11 681 887,59 €	13 311 602,34 €
Receta não efetiva (3)		
R12 - Receta com ativos financeiros		
R13 - Receta com passivos financeiros		
Soma (4)=(1)+(2)+(3)	14 898 543,37 €	13 626 334,06 €
Operações de Tesouraria (5)	96 700,20 €	47 005,34 €

Álgebra Pagamentos	31/12/2018	31/12/2019
Despesa corrente	7 388 114,88 €	7 709 852,75 €
D1 - Despesas com a pessoa	3 812 895,80 €	3 301 954,08 €
D1.1 - Remunerações Corres e Permanentes	2 844 658,50 €	2 604 322,89 €
D1.2 - Abonos Variáveis ou Eventuais	44 891,37 €	37 129,22 €
D1.3 - Segurança Social	723 547,72 €	898 472,17 €
D2 - Aquisição de bens e serviços	3 670 061,40 €	3 075 673,24 €
D3 - Juros e outros encargos	71 337,06 €	63 912,64 €
D4 - Transferências e subsídios correntes	355 568,51 €	1 152 297,23 €
D4.1 - Transferências correntes	371 768,35 €	1 077 184,57 €
D4.1.1 - Administrações Públicas	36 561,47 €	178 543,25 €
D4.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	3 890,47 €	30 949,96 €
D4.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades		
D4.1.1.3 - Segurança Social		
D4.1.1.4 - Administração Regional		
D4.1.1.5 - Administração Local		
D4.1.2 - Exterior do setor não lucrativo		
D4.1.3 - Famílias	31 784,83 €	30 491,58 €
D4.1.4 - Outras		215 725,71 €
D4.2 - Subsídios correntes	83 301,16 €	78 102,66 €
D5 - Outras despesas correntes	70 745,11 €	81 328,25 €
Despesa de capital	2 320 882,81 €	1 482 987,39 €
D6 - Aquisição de bens de capital	2 213 339,26 €	1 371 130,19 €
D7 - Transferências e subsídios de capital	107 353,15 €	81 857,40 €
D7.1 - Transferências de capital	107 353,15 €	81 857,40 €
D7.1.1 - Administrações Públicas		28 482,08 €
D7.1.1.1 - Administração Central - Estado Português		
D7.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades		
D7.1.1.3 - Segurança Social		
D7.1.1.4 - Administração Regional		
D7.1.1.5 - Administração Local		
D7.1.2 - Exterior do setor não lucrativo		
D7.1.3 - Famílias		
D7.1.4 - Outras		
D7.2 - Subsídios de capital		
D8 - Outras despesas de capital		
Despesa efetiva (6)	9 708 997,69 €	9 192 840,14 €
Despesa não efetiva (6)	275 188,54 €	245 738,87 €
D9 - Despesa com ativos financeiros		
D10 - Despesa com passivos financeiros	275 188,54 €	245 738,87 €
Soma (7)=(6)+(8)	9 984 186,23 €	9 438 579,01 €
Operações de tesouraria (9)	27 304,03 €	81 350,45 €
Saldo para a gestão seguinte	5 542 835,31 €	3 676 755,36 €
Operações orçamentais (8) = (4) - (7)	4 911 358,44 €	3 217 844,78 €
Operações de tesouraria (9) = (4) - (6) - (5)	431 463,87 €	382 110,81 €
Saldo Global (8) - (9)	1 972 890,39 €	3 145 842,90 €
Despesa primária	6 637 670,33 €	6 672 027,30 €
Saldo corrente	1 034 749,62 €	819 447,22 €
Saldo de capital	947 577,55 €	2 330 085,19 €
Saldo primário	3 044 227,26 €	3 239 754,84 €
Receta total (1) + (2) + (3)	14 898 543,37 €	13 626 334,06 €
Despesa total (6) + (7)	9 984 186,23 €	9 438 579,01 €

Município de Penela

Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza

Rubrica Liquidações	31/12/2023	31/12/2024
Receita Corrente	9 475 594,28 €	9 433 252,96 €
R1 - Receita Fiscal	1 114 669,12 €	1 216 800,90 €
R1.1 - Impostos directos	1 114 669,12 €	1 216 800,90 €
R1.2 - Impostos indirectos		
R2 - Contribuições sist. protecção social e subsist. saúde		
R3 - Taxas, multas e outras penalidades	81 240,21 €	71 013,93 €
R4 - Rendimentos de propriedade	431 188,88 €	432 105,08 €
R5 - Transferências e subsídios correntes	8 618 174,92 €	8 307 257,98 €
R5.1 - Transferências correntes	8 618 174,92 €	8 307 257,98 €
R5.1.1 - Administrações Públicas	8 613 047,06 €	8 304 573,06 €
R5.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	8 501 187,84 €	8 372 723,54 €
R5.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades		
R5.1.1.3 - Segurança Social	11 849,52 €	11 849,52 €
R5.1.1.4 - Administração Regional		
R5.1.1.5 - Administração Local		
R5.1.2 - Exterior - U.E.		
R5.1.3 - Outras	5 127,96 €	13 684,92 €
R5.2 - Subsídios correntes		
R6 - Venda de bens e serviços	324 672,29 €	312 160,27 €
R7 - Outras receitas correntes	3 648,86 €	3 894,80 €
Receita de Capital	3 316 089,64 €	3 783 383,37 €
R8 - Venda de bens de investimento	40 432,96 €	95 519,33 €
R9 - Transferências e subsídios de capital	3 275 103,66 €	3 687 555,55 €
R9.1 - Transferências de capital	3 275 103,66 €	3 687 555,55 €
R9.1.1 - Administrações Públicas	3 275 103,66 €	3 687 555,55 €
R9.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	3 275 103,66 €	3 687 555,55 €
R9.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades		
R9.1.1.3 - Segurança Social		
R9.1.1.4 - Administração Regional		
R9.1.1.5 - Administração Local		
R9.1.2 - Exterior - U.E.		
R9.1.3 - Outras		
R9.2 - Subsídios de capital		
R10 - Outras receitas de capital		
R11 - Reparações não estatidas aos pagamentos	663,42 €	311,89 €
Receita efectiva [2]	11 789 683,92 €	12 216 636,33 €
Receita não efectiva [3]		
R12 - Receita com alíquotas financeiras		
R13 - Receita com passivos financeiros		
Receita total [4]=[2]+[3]	11 789 683,92 €	12 216 636,33 €

Rubrica Obrigações	31/12/2023	31/12/2024
Despesa corrente	7 870 311,70 €	7 927 654,36 €
D1 - Despesas com o pessoal	3 648 495,53 €	3 570 243,71 €
D1.1 - Remunerações Certas e Permanentes	2 681 381,55 €	2 662 579,28 €
D1.2 - Alterações Variáveis ou Eventuais	44 841,15 €	37 424,32 €
D1.3 - Segurança Social	723 382,73 €	670 239,91 €
D2 - Aquisição de bens e serviços	2 608 535,75 €	3 218 540,68 €
D3 - Juros e outros encargos	71 337,08 €	89 940,21 €
D4 - Transferências e subsídios correntes	951 329,10 €	1 189 280,70 €
D4.1 - Transferências correntes	877 727,94 €	1 054 178,04 €
D4.1.1 - Administrações Públicas	87 443,72 €	179 543,05 €
D4.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	5 830,47 €	50 545,96 €
D4.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades		
D4.1.1.3 - Segurança Social		
D4.1.1.4 - Administração Regional		
D4.1.1.5 - Administração Local	81 815,25 €	128 893,08 €
D4.1.2 - Entidades do setor não lucrativo	798 181,95 €	868 209,38 €
D4.1.3 - Famílias	32 102,27 €	30 648,89 €
D4.1.4 - Outras		219 725,71 €
D4.2 - Subsídios correntes	83 301,16 €	75 102,66 €
D5 - Outras despesas correntes	79 914,26 €	82 848,78 €
Despesa de capital	2 432 281,72 €	1 981 024,14 €
D6 - Aquisição de bens de capital	2 324 928,57 €	1 479 166,74 €
D7 - Transferência e subsídios de capital	107 353,15 €	81 857,40 €
D7.1 - Transferências de capital	107 353,15 €	81 857,40 €
D7.1.1 - Administrações Públicas		35 462,08 €
D7.1.1.1 - Administração Central - Estado Português		
D7.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades		
D7.1.1.3 - Segurança Social		
D7.1.1.4 - Administração Regional		
D7.1.1.5 - Administração Local		25 462,08 €
D7.1.2 - Entidades do setor não lucrativo	105 139,16 €	51 395,32 €
D7.1.3 - Famílias	2 214,00 €	5 000,00 €
D7.1.4 - Outras		
D7.2 - Subsídios de capital		
D8 - Outras despesas de capital		
Despesa efectiva [6]	10 302 593,42 €	9 438 878,50 €
Despesa não efectiva [8]	379 186,54 €	345 716,97 €
D9 - Despesa com alíquotas financeiras		
D10 - Despesa com passivos financeiros	379 186,54 €	345 716,97 €
Despesa total [7]=[6]+[8]	10 681 780,00 €	9 784 595,47 €

IV. Demonstrações Financeiras Consolidadas (Anexos)



2025

V. A.
X
AS
B
P
D
A

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

1.1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO

- Designação da entidade: Município de Penela
- Endereço Postal: Praça do Município; 3230-253 Penela
- Endereço eletrónico: geral@cm-penela.pt
- Página da internet: <https://www.cm-penela.pt>
- Código da Classificação Orgânica:
 - 01 – Administração Autárquica
 - 0101 – Assembleia Municipal
 - 0102 – Câmara Municipal
 - 0103 – Operações Financeiras
- Tutela: Ministério da Coesão Territorial
- Legislação que criou a instituição e principal legislação aplicável
 - ✓ Lei n.º 142/85, de 18 de novembro, na sua redação atual (Lei quadro da criação dos municípios)
 - ✓ Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual (Estabelece o quadro de competências, assim como, o regime de funcionamento, dos órgãos dos municípios e das freguesias)
 - ✓ Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual (Estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico)
 - ✓ Lei 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual (Estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais)
 - ✓ Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho (Notas de enquadramento ao Plano de Contas Multidimensional – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas)
 - ✓ Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro na sua redação atual (Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas – SNC-AP)

1.2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1.2.1 Indicação de que foi aplicado o referencial contabilístico SNC-AP e justificação das disposições deste normativo

- As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado

pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 85/2016 de 21 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 33/2018 de 15 de maio, as quais contemplam os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

- Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:
- ✓ *Continuidade* – As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.
 - ✓ *Periodização económica (acrécimo)* – A entidade reconhece os rendimentos e gastos à medida em que são gerados no respetivo período contabilístico, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento" e, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidos em "Credores por acréscimo de gastos".
 - ✓ *Compensação* – Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens do Balanço e da Demonstração de Resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.
 - ✓ *Comparabilidade* – As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2025 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024.
 - ✓ *Consistência da apresentação* – As demonstrações financeiras são consistentes de um período para o outro, quer ao nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na sua natureza. Nestas situações, estas alterações encontram-se devidamente identificadas e justificadas no presente anexo. Desta forma, é proporcionada informação fiável e relevante para os utentes.
 - ✓ *Materialidade e agregação* – A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função diferente são apresentados separadamente, exceto se imateriais.

1.2.2 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

As demonstrações financeiras foram preparadas de forma a proporcionar uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira do Município de Penela. As contas do balanço e da demonstração de resultados são comparáveis com os do período anterior.

1.2.3 Divulgações necessárias quanto às quantias comparativas reclassificadas

Não foram ajustados os dados comparativos.

1.2.4 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Desagregação de caixa e depósitos

Conta	2025		2024	
Caixa		285,27 €		276,83 €
Depósitos à ordem		2 340 897,57 €		1 425 251,95 €
Depósitos bancários à ordem	2 340 897,57 €		1 425 251,95 €	
Outros depósitos		3 001 517,47 €		2 154 226,61 €
Depósitos consignados	2 581 849,34 €		1 801 196,48 €	
Depósitos de garantias e cauções	419 668,13 €		353 030,13 €	
Total		5 342 800,31 €		3 579 755,39 €

Em 31/12/2025, o saldo de caixa e seus equivalentes é de 5.342.800,31€. A sua desagregação é a seguinte:

- Saldo de Operações Orçamentais: 4.911.336,44€
- Saldo de Operações de Tesouraria: 431.463,87€

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

2.1 BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das normas de Contabilidade Pública (NCP).

➤ **Moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euros, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação.

➤ **Ativos Intangíveis**

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados pelo seu custo de aquisição, deduzidos das amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidades acumuladas.

As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método de linha reta em conformidade com o previsto no Classificador Complementar 2 – Cadastro de vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração de resultados no item “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”, consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

➤ **Acordos de concessão de serviços: Concedente (NCP4)**

Os ativos construídos, melhorados ou adquiridos pelos concessionários no âmbito de acordos de concessão de serviços, reconhecidos inicialmente ou por reclassificação numa classe de ativos separada, desde que o Município, enquanto concedente detenha o controlo ou regule quais os serviços que o concessionário tem de prestar com o ativo, a quem tem de os prestar, e a que preço, controlando ainda, através da propriedade, o direito aos benefícios ou por outra forma qualquer de interesse residual no ativo no final do termo do acordo.

No que diz respeito ao controlo do preço, recorrendo supletivamente à norma internacional de contabilidade pública que versa sobre os acordos de concessão de serviços (IPSAS 32), constata-se que apesar da alínea a) do ponto 9 referir que “The grantor controls or regulates what services the operator must provide with the asset, to whom it must provide them, and at what price”, o guia de aplicação da IPSAS 32 providencia informação adicional, que na NCP 4 é omissa, indicando que o controlo ou regulação pode ser efetuada por um regulador em nome do

concedente, não sendo nesse caso exigido o controlo total sobre o preço, sendo suficiente que o mesmo seja estabelecido pelo regulador.

Os ativos em concessão são contabilizados de acordo com a NCP 5 – Ativos fixos tangíveis, pelo que os mesmos se encontram reconhecidos no Ativo fixo tangível, deduzidos das correspondentes depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Quando o Município reconhece um ativo de concessão de serviços nas circunstâncias acima descritas, deve reconhecer também um passivo. Nos casos em que são disponibilizados ativos já existentes para utilização do concessionário não é reconhecido qualquer passivo, exceto nas circunstâncias em que é proporcionada remuneração adicional pelo concessionário.

A natureza do passivo reconhecido baseia-se na natureza da remuneração trocada entre o concedente e o concessionário. A natureza da remuneração dada pelo concedente ao concessionário é determinada por referência aos termos do acordo vinculativo e, quando relevante, a Lei do contrato.

Assim, para efeitos de determinação da natureza do passivo, releva a forma como o Município compensa cada concessionário em troca do ativo de concessão de serviços, através de qualquer combinação nos termos seguintes:

- (a) efetuar pagamentos ao concessionário (o modelo do "passivo financeiro"), sendo registados estes montantes na rubrica de «Outras contas a pagar»;
- (b) compensar o concessionário por outro meio (o modelo de "atribuição de um direito ao concessionário"), por exemplo: dar ao concessionário o direito a obter rendimento a partir de terceiros utilizadores do ativo de concessão de serviços; ou dar ao concessionário acesso a um outro ativo gerador de rendimento para uso do concessionário, sendo registados estes montantes na rubrica de «Rendimentos diferidos».

No caso da combinação de formas de regulação ("modelo misto"), a contabilização segue a divisão do acordo.

Nos casos em que o concessionário pague rendas ao Município e que as mesmas tenham uma natureza variável e dependente do rendimento gerado, como por exemplo de consumos, faz com que o mesmo tenha a natureza de revenue sharing, sendo esse rendimento e o correspondente ativo registados pelo montante efetivamente calculado quando conhecidos os recebimentos variáveis a que o

Município tem direito, ultrapassado o fator contingente da utilização e podendo ser mensurado com fiabilidade.

➤ **Ativos Fixos Tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

O custo de um bem do ativo tangível é reconhecido como ativo se, e apenas se:

(a) For provável que fluirão benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados ao bem;

(b) o custo ou justo valor do bem puder ser mensurado com fiabilidade.

As depreciações de ativos fixos tangíveis são calculadas, após o início de utilização, pelo método de linha reta em conformidade com o previsto no Classificador Complementar 2 – Cadastro de vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação ou abate, sendo registadas como “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

As despesas com reparações e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizados no item ativos fixos tangíveis.

Os ativos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item “ativos fixos tangíveis” e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não são depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração de resultados no item “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”, consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

➤ **Locações**

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos em causa e não da sua forma.

Os custos suportados com as propriedades de investimento, como por exemplo, manutenção, reparação, seguros, são reconhecidos como gastos do período a que dizem respeito. Caso existam melhorias, em que haja expectativas que gerem benefícios económicos futuros para além dos inicialmente esperados, são capitalizados na rubrica de «Propriedades de investimento».

➤ **Imparidade de ativos**

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos fixos tangíveis e intangíveis.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado seja superior à quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica "Imparidade de Investimentos depreciáveis/amortizáveis (Perdas/reversões)", ou na rubrica "Imparidade de dívidas a receber (Perdas/reversões)", caso a mesma respeite a ativos não depreciáveis.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obterá com a alienação de um ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente do potencial de serviço remanescente do ativo. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidades reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram e é reconhecida na demonstração de resultados na rubrica suprarreferida. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

➤ **Inventários**

As mercadorias, matérias primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

Os gastos relativos aos inventários consumidos são registados no período de reporte em que o consumo é efetuado.

➤ **Rendimentos de transações com contraprestação**

O rendimento com contraprestação compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da entidade. O rendimento com contraprestação é reconhecido líquido do imposto sobre o valor acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto na NCP 13, dado que o rendimento só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação de serviços ou, se periódicos, no fim do exercício a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe direito a receber.

➤ **Rendimentos de transações sem contraprestação**

Um influxo de recursos de uma transação sem contraprestação que não sejam serviços em espécie, que satisfaça a definição de ativo deve ser reconhecido como tal quando, e somente for provável que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço fluam para a entidade e o justo valor do ativo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os subsídios são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a entidade cumpre com todos os requisitos para os receber.

Os subsídios a fundo perdido para o financiamento de ativos fixos tangíveis e intangíveis estão incluídos na rubrica "Outras variações de Capital Próprio". São transferidos numa base sistemática para resultados à medida que decorre o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios correntes destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

➤ **Provisões, Passivos contingentes e Ativos contingentes**

As provisões são revistas na data de cada demonstração financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a esta data.

Os ativos contingentes são aqueles que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente está confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos

futuros incertos não totalmente sobre o controlo da entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas são objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sobre o controlo da entidade; ou obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos, objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são sequer objeto de divulgação.

➤ ***Acontecimentos após a Data do balanço***

Acontecimentos após a data do balanço, favoráveis ou desfavoráveis, são os que ocorrem entre a data do balanço e a data em que as demonstrações financeiras são autorizadas para emissão, pelo órgão de gestão. Os acontecimentos que proporcionem prova de condições que existiam à data do balanço dão lugar ao reconhecimento de ajustamentos, os que surgirem após a data do balanço não dão origem a quaisquer ajustamentos, mas se forem materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

➤ ***Instrumentos financeiros***

As contas de "Clientes, contribuintes e utentes" e "Outras contas a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido. Este corresponde ao seu valor amortizado.

A caixa e depósitos bancários incluem caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários.

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu custo amortizado.

➤ ***Benefícios dos empregados***

Os benefícios a curto prazo dos empregados incluem ordenados, subsídios de férias e de Natal e contribuições para a Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social.

De acordo com a Legislação laboral, o direito a férias e subsídio de férias, vence-se a 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago no ano seguinte, pelo que os gastos e passivos correspondentes são reconhecidos como benefícios de curto prazo, no período em que os serviços foram prestados.

➤ ***Divulgações de partes relacionadas***

As partes são consideradas relacionadas se uma delas tiver a capacidade de controlar a outra parte, ou exercer influência significativa sobre a outra parte ao tomar decisões financeiras e operacionais, ou se a entidade relacionada e uma outra entidade estiverem sujeitas a controlo comum.

➤ ***Investimentos em Associadas e Empreendimentos conjuntos***

Os investimentos financeiros em subsidiárias e associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustadas pelas variações dos capitais próprios e pelo valor correspondente à participação da entidade nos resultados líquidos das empresas detidas.

As participações em empresas, inferiores a 20% são reconhecidas ao custo.

2.2 OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

➤ ***Fluxos de caixa***

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. O Município de Penela classifica na rubrica "caixa e seus equivalentes" os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros e para os quais os riscos de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de funcionamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. As atividades de investimento incluem as aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos fixos tangíveis e intangíveis. As atividades de financiamento incluem os pagamentos e recebimentos relativos a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamento de dividendos.

2.3 JULGAMENTOS (excetuando os que envolvem estimativas) QUE O ÓRGÃO DE GESTÃO FEZ NO PROCESSO DE APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E QUE TIVERAM MAIOR IMPACTE NAS QUANTIAS RECONHECIDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na preparação das demonstrações financeiras foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período. As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e das transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras são corrigidas de forma prospetiva. Por esse motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

- ✓ Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- ✓ Análises de imparidade de ativos não correntes e ativos financeiros;
- ✓ Registo de ajustamentos aos valores dos ativos, nomeadamente, dívidas a receber de clientes;
- ✓ Estimativa de férias e subsídio de férias;
- ✓ Reconhecimento do rendimento associado ao IMI, IUC, IMT e Participação no IVA.

2.4 PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)

A entidade considera não existirem, nesta data, riscos significativos, suscetíveis de provocar ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas de ativos e passivos até ao final do período seguinte.

2.5 QUANDO A APLICAÇÃO INICIAL DE UMA NCP TIVER EFEITOS NO PERÍODO CORRENTE OU EM QUALQUER PERÍODO ANTERIOR, OU PUDESSE TER TAIS

EFEITOS, MAS É IMPRATICÁVEL DETERMINAR A QUANTIA DO AJUSTAMENTO, OU PUDE TER EFEITOS EM PERÍODOS FUTUROS

Não aplicável.

2.6 PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)

As estimativas efetuadas têm por referência a data de relato e são baseadas no melhor conhecimento existente, na sequência de eventos passados e correntes e nas ações que se planeiam realizar. Contudo, poderão ocorrer situações futuras que, não sendo previsíveis à data da aprovação destas demonstrações financeiras, serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das estimativas efetuadas.

2.7 ALTERAÇÕES EM ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS COM EFEITO NO PERÍODO CORRENTE OU QUE SE ESPERA QUE TENHAM EFEITO EM PERÍODOS FUTUROS

As alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente resultam das seguintes situações:

- ✓ Correção referente à estimativa de IML – Imposto Municipal sobre Imóveis referente ao ano de 2024;

2.8 ERROS MATERIAIS DE PERÍODOS ANTERIORES

Os erros materiais com efeito ao período anterior reconhecidos nas demonstrações financeiras resultam das seguintes situações:

- ✓ Regularização de subsídios referentes a bens que já se encontravam a ser amortizados em anos anteriores em virtude do recebimento de participações financeiras referentes a esses mesmos bens/obras.

3. ATIVOS INTANGÍVEIS

O Município de Penela tem como ativos intangíveis projetos de desenvolvimento, programas de computador, sistemas de informação e outros ativos intangíveis.

- ✓ *Quantia Bruta escriturada e qualquer amortização acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no final do período*

Ativos Intangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Fim do período			
	Quantia Bruta (1)	Amortizações Acumuladas (2)	Perdas por imparidade Acumuladas (3)	Quantia escriturada (4) = (1) - (2) - (3)	Quantia Bruta (5)	Amortizações Acumuladas (6)	Perdas por imparidade Acumuladas (7)	Quantia escriturada (8) = (5) - (6) - (7)
Ativos Intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Goodwill	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Projetos de desenvolvimento	67 312,00 €	67 312,00 €	- €	- €	67 312,00 €	67 312,00 €	- €	- €
Programas de computador e sistemas de informação	310 816,01 €	307 445,40 €	- €	3 370,61 €	314 707,73 €	312 130,25 €	- €	2 594,48 €
Propriedade industrial e intelectual	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Ativos Intangíveis em curso	34 591,79 €	- €	- €	34 591,79 €	34 591,79 €	- €	- €	34 591,79 €
TOTAL	402 719,80 €	374 757,40 €	- €	27 962,40 €	406 611,52 €	379 425,25 €	- €	27 186,27 €

As amortizações dos ativos intangíveis estão incluídas na linha de "Depreciações, amortizações de ativos fixos tangíveis e intangíveis" da demonstração de resultados.

✓ **Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período**

AI - ATIVOS INTANGÍVEIS

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Variações							Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. Internas	Revaloriz.	Reversões e Perdas	Perdas por Imparidade	Amortiz. Período	Diminuições	
Ativos Intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Goodwill	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Projetos de desenvolvimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Programas de computador e sistemas de informação	3 370,61 €	3 891,72 €	- €	- €	- €	- €	- 4 667,83 €	- €	2 594,48 €
Propriedade industrial e intelectual	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Ativos Intangíveis em curso	34 591,79 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	34 591,79 €
TOTAL	27 962,40 €	3 891,72 €	- €	- €	- €	- €	- 4 667,83 €	- €	27 186,27 €

AI - Ativos Intangíveis desagregação das Adições

RUBRICAS	Adições								
	Internas	Compra	Cessão	Transf. ou Troca	Doação	Deção em Pagamento	Locação Financ.	Fusão, cisão,...	Outras
Ativos Intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Goodwill	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Projetos de desenvolvimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Programas de computador e sistemas de informação	- €	3 891,72 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	3 891,72 €
Propriedade industrial e intelectual	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Ativos Intangíveis em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
TOTAL	- €	3 891,72 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	3 891,72 €

AI - Ativos Intangíveis desagregação das Diminuições

RUBRICAS	Diminuições				
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	- €	- €	- €	- €	- €
Goodwill	- €	- €	- €	- €	- €
Projetos de desenvolvimento	- €	- €	- €	- €	- €
Programas de computador e sistemas de informação	- €	- €	- €	- €	- €
Propriedade industrial e intelectual	- €	- €	- €	- €	- €
Outros	- €	- €	- €	- €	- €
Ativos intangíveis em curso	- €	- €	- €	- €	- €
TOTAL	- €	- €	- €	- €	- €

✓ **Divulgações adicionais**

- ❖ As vidas úteis ou as taxas de amortização foram determinadas tendo em conta a utilização exclusiva dos ativos tal como definido no Classificador Complementar.
- ❖ O método de amortização usado para os ativos intangíveis foi o método da linha reta.
- ❖ Não existem ativos intangíveis adquiridos através de uma transação sem contraprestação.
- ❖ Não existem ativos intangíveis cuja titularidade está restringida, nem dados como garantia de passivos.
- ❖ Não existem ativos intangíveis dados como garantia de passivos.
- ❖ Não existe qualquer classe de ativos intangíveis mensurados pelo método de revalorização. A gestão dos ativos intangíveis observa as disposições contidas no classificador complementar – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento que integra o SNC-AP (Decreto-Lei 192/2015 de 11 de setembro).
- ❖ A entidade é detentora de ativos intangíveis totalmente amortizados que ainda estão em uso, e que se encontram discriminados em mapa anexo às presentes demonstrações financeiras.

4. ACORDOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS: CONCEDENTE

No quadro seguinte encontram-se descritos os contratos de concessão, com todos os elementos fundamentais. Não há lugar a qualquer pagamento, há sim lugar a recebimentos.

Acordos de concessão de serviços

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Exploração da concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão	E-Redes Distribuição de Eletricidade, SA	-	30A	-	-	-	-
Comuna Gestão Delegada da exploração municipal de distribuição de água, drenagem de águas residuais e resíduos urbanos	APIN - Empresa Intermunicipal do Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., S.A.	-	30A	-	-	-	-

O Município de Penela tem em vigor acordos de concessão para a distribuição de eletricidade em baixa tensão e para a distribuição de água, drenagem de águas residuais e resíduos urbanos.

O Município tem em vigor um acordo de concessão para o contrato de distribuição em baixa com a E-Redes - Distribuição de Eletricidade, SA, designadamente quanto à aplicação do modelo de atribuição de um direito ao concessionário, relativamente a novos ativos de concessão de serviços desenvolvidos pelo concessionário. No âmbito deste contrato foram entregues à exploração da concessionária os ativos fixos tangíveis exclusivamente afetos às atividades concessionadas, recebendo em troca rendas de concessão.

O Município de Penela procedeu, no ano de 2025, aos registos contabilísticos dos ativos proporcionados pelo concessionário E-Redes nas infraestruturas do município, conforme previsto na NCP 4 – Acordos de Concessão de Serviços tendo por base a informação proporcionada pela Concessionária à data de 31 de dezembro de 2025.

Valor Bruto dos Ativos Fixos:	5.977.977,48€
Valor das Depreciações Acumuladas:	4.533.436,76€
Valor Líquido dos Ativos Fixos:	1.444.540,72€

Relativamente ao acordo de concessão de serviços com a APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., os valores contabilísticos dos bens cedidos a título gracioso à data de 31 de dezembro de 2025 de acordo com o SNC-AP, são os seguintes:

Valor Bruto dos Ativos Fixos:	15.684.994,83€
Valor das Depreciações Acumuladas:	13.019.558,23€
Valor Líquido dos Ativos Fixos:	2.665.436,60€

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

- ✓ *Quantia Bruta escriturada e qualquer amortização acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no final do período*

Ativos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

SUBSIDIÁRIAS	Início do período				Fim do período			
	Quantia bruta (1)	Depreciações acumuladas (2)	Perdas por imparidade acumuladas (3)	Quantia escriturada (4) = (1) - (2) - (3)	Quantia bruta (5)	Depreciações acumuladas (6)	Perdas por imparidade acumuladas (7)	Quantia escriturada (8) = (5) - (6) - (7)
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural	16.455,38 €	- €	- €	16.455,38 €	16.455,38 €	- €	- €	16.455,38 €
Terrenos e recursos naturais	1.100.216,81 €	1.047.466,25 €	- €	52.750,56 €	1.100.216,81 €	1.032.343,48 €	- €	67.873,33 €
Edifícios e outras construções	52.627.895,48 €	49.214.287,54 €	- €	3.413.607,94 €	52.627.895,48 €	49.214.287,54 €	- €	3.413.607,94 €
Infraestruturas	439.477,68 €	392.565,51 €	- €	46.912,17 €	439.477,68 €	392.565,51 €	- €	46.912,17 €
Patrimônio histórico, artístico e cultural	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros	3.703.585,34 €	- €	- €	3.703.585,34 €	3.703.585,34 €	- €	- €	3.703.585,34 €
Bens de domínio público em curso	57.934.798,31 €	46.267.316,70 €	0,00 €	11.667.481,61 €	57.934.798,31 €	46.267.316,70 €	- €	11.667.481,61 €
Ativos fixos em andamento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Infraestruturas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos fixos em andamento em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros ativos fixos tangíveis	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Terrenos e recursos naturais	3.331.271,33 €	- €	- €	3.331.271,33 €	3.331.271,33 €	- €	- €	3.331.271,33 €
Edifícios e outras construções	14.879.335,79 €	8.286.567,87 €	- €	6.592.767,92 €	14.879.335,79 €	8.286.567,87 €	- €	6.592.767,92 €
Equipamento básico	3.831.513,04 €	2.208.747,42 €	- €	1.622.765,62 €	3.831.513,04 €	2.208.747,42 €	- €	1.622.765,62 €
Equipamento de transporte	1.579.284,88 €	1.242.687,32 €	- €	336.597,56 €	1.579.284,88 €	1.242.687,32 €	- €	336.597,56 €
Equipamento administrativo	749.484,88 €	702.633,24 €	- €	46.851,64 €	749.484,88 €	702.633,24 €	- €	46.851,64 €
Equipamentos biológicos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros	707.373,07 €	398.791,24 €	- €	308.581,83 €	707.373,07 €	398.791,24 €	- €	308.581,83 €
Ativos fixos tangíveis em curso	1.200.333,40 €	- €	- €	1.200.333,40 €	1.200.333,40 €	- €	- €	1.200.333,40 €
TOTAL	89.833.349,33 €	68.380.837,87 €	- €	21.452.511,46 €	89.833.349,33 €	68.380.837,87 €	- €	21.452.511,46 €

✓ Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

AFT - Ativos Fixos Tangíveis

SUBSIDIÁRIAS	Quantia escriturada inicial	Adições	Transferências internas	Reavaliações	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Disposições	Quantia escriturada final
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural	16.455,38 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	16.455,38 €
Terrenos e recursos naturais	1.100.216,81 €	- €	- €	- €	- €	34.777,42 €	- €	1.065.439,39 €
Edifícios e outras construções	52.627.895,48 €	191.964,25 €	- €	- €	- €	940.165,39 €	- €	52.679.694,24 €
Infraestruturas	439.477,68 €	- €	- €	- €	- €	1.824,24 €	- €	437.653,44 €
Patrimônio histórico, artístico e cultural	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros	3.703.585,34 €	341.338,84 €	- €	- €	- €	- €	- €	4.044.924,18 €
Bens de domínio público em curso	57.934.798,31 €	722.903,89 €	- €	- €	- €	917.880,06 €	- €	57.739.822,14 €
Ativos fixos em andamento	0,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	0,00 €
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	0,00 €
Infraestruturas	0,00 €	804.832,82 €	- €	- €	- €	78.325,43 €	213.818,67 €	1.444.340,72 €
Patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	0,00 €
Ativos fixos em andamento em curso	0,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	0,00 €
Outros ativos fixos tangíveis	0,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	0,00 €
Terrenos e recursos naturais	3.331.271,33 €	10.314,58 €	- €	- €	- €	- €	1.886,30 €	3.341.796,21 €
Edifícios e outras construções	14.879.335,79 €	24.338,23 €	- €	- €	- €	415.575,21 €	- €	14.888.100,81 €
Equipamento básico	3.831.513,04 €	35.740,44 €	- €	- €	- €	100.382,76 €	- €	3.766.870,72 €
Equipamento de transporte	1.579.284,88 €	10.886,76 €	- €	- €	- €	104.186,74 €	- €	1.485.985,90 €
Equipamento administrativo	749.484,88 €	71.222,42 €	- €	- €	- €	18.497,38 €	- €	802.209,92 €
Equipamentos biológicos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros	707.373,07 €	27.471,28 €	- €	- €	- €	38.313,81 €	393,80 €	726.823,34 €
Ativos fixos tangíveis em curso	1.200.333,40 €	310.101,38 €	- €	- €	- €	- €	- €	1.510.434,78 €
TOTAL	89.833.349,33 €	1.794.959,33 €	- €	- €	- €	1.758.870,86 €	349.140,86 €	90.874.388,00 €

AFT - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS desagregação das Adições

RUBRICAS	Adições										Total
	Imóveis	Construções	Outros	Transferência de bens	Reestruturação	Desamortização de bens	Pagamento de bens	Transferência de bens	Fundo, título e reestruturação	Outros	
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural											
Terras e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Edifícios e outras construções	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Infraestruturas	- €	38.300,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	38.300,00 €	38.300,00 €
Patrimônio histórico, artístico e cultural	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Bens de domínio público em curso	340.238,34 €	700,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	340.938,34 €
Ativos fixos em concessão	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Terras e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Edifícios e outras construções	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Infraestruturas	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Patrimônio histórico, artístico e cultural	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Ativos fixos em concessão em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros ativos fixos tangíveis	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Terras e recursos naturais	11.270,00 €	1.000,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	12.270,00 €
Edifícios e outras construções	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamento básico	- €	80.321,41 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	80.321,41 €
Equipamento de transporte	- €	41.900,00 €	- €	31.881,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	73.781,00 €
Equipamento administrativo	- €	11.024,14 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	11.024,14 €
Equipamentos biológicos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros	- €	30.737,28 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	30.737,28 €
Ativos fixos tangíveis em curso	794.182,00 €	11.875,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	806.057,00 €
TOTAL	747.018,34 €	258.906,42 €	- €	31.881,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	1.037.805,76 €

AFT - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS desagregação das Diminuições

RUBRICAS	Alienação e titulação onerosa	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural						
Terras e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Edifícios e outras construções	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Infraestruturas	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Património histórico, artístico e cultural	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Bens de domínio público em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Ativos fixos em concessão						
Terras e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Edifícios e outras construções	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Infraestruturas	- €	- €	- €	- €	- 211 899,67 €	- 211 899,67 €
Património histórico, artístico e cultural	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Ativos fixos em concessão em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	- €	- €	- €	- €	- 211 899,67 €	- 211 899,67 €
Outros ativos fixos tangíveis						
Terras e recursos naturais	- 3 666,00 €	- €	- €	- €	- €	- 3 666,00 €
Edifícios e outras construções	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamento básico	- €	- €	- €	- €	- 10 318,87 €	- 10 318,87 €
Equipamento de transporte	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamento administrativo	- €	- €	- €	- €	- 1 040,34 €	- 1 040,34 €
Equipamentos biológicos	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros	- €	- €	- €	- €	- 258,80 €	- 258,80 €
Ativos fixos tangíveis em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	- 3 666,00 €	- €	- €	- €	- 11 618,31 €	- 15 284,31 €
TOTAL	- 3 666,00 €	- €	- €	- €	- 245 477,98 €	- 245 143,98 €

✓ **Divulgações Adicionais**

- ❖ O método de amortização usado para os ativos intangíveis foi o método da linha reta.
- ❖ Não existem ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos.
- ❖ Não existe qualquer classe de ativos fixos tangíveis mensurados pelo método de revalorização.
- ❖ A gestão dos ativos fixos tangíveis observa as disposições contidas no classificador complementar – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento que integra o SNC-AP (Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro).
- ❖ A entidade é detentora de ativos tangíveis totalmente amortizados que ainda estão em uso, e que se encontram discriminados em mapa anexo às presentes demonstrações financeiras.

6. LOCAÇÕES

O Município de Penela possui 5 bens com contratos de locação financeira, cujos dados se apresentam no quadro seguinte:

Locações financeiras

Bens Locados	Quantia inscrita na liquida	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos
		Período		Acumulado		Até 3 anos	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
		Capital	Juros	Capital	Juros					
Opel Corsa A/N-45-FE	0,00 €	7 161,17 €	132,45 €	26 998,30 €	1 351,83 €	788,43 €	0,00 €	0,00 €	788,43 €	-14,73 €
Citroën e-Berlino Van A/B-57-CP	0,00 €	7 709,06 €	287,10 €	34 722,79 €	1 989,20 €	5 164,83 €	0,00 €	0,00 €	5 164,83 €	6 148,29 €
Renault Kangoo Express ZE Fase II A/B-13-A/B	0,00 €	10 870,83 €	577,71 €	48 490,29 €	3 439,89 €	70 337,83 €	0,00 €	0,00 €	70 337,83 €	8 424,06 €
Renault Kangoo Express ZE Fase II A/B-74-A/B										
Máquina estacionadora girobita AA-LU-39	11 894,90 €	25 574,88 €	1 201,07 €	49 811,20 €	3 804,33 €	27 038,83 €	1 149,80 €	0,00 €	28 188,63 €	28 138,33 €
Total	11 894,90 €	55 316,74 €	3 281,33 €	120 022,12 €	10 485,37 €	43 376,04 €	1 349,80 €	0,00 €	44 825,84 €	40 896,83 €

7. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Nos termos do estabelecido pela NCP 7, os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período em que são suportados independentemente de como esses empréstimos são aplicados. Os custos dos empréstimos obtidos são os que constam do quadro seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024
Juros de empréstimos obtidos	56 075,80 €	87 096,29 €

8. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de Investimento são mensuradas ao custo. O custo de aquisição compreende o seu preço de compra e quaisquer outros gastos que lhe sejam diretamente imputáveis. O Órgão Executivo considera que as propriedades de investimento apresentam um custo de aquisição aproximado do seu justo valor.

✓ *Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período*

PI – Propriedades de Investimento

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Variações						Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. Internas	Depreciações período	Perdas Imparidade	Diff. Cambiais	Diminuições	
Bens de Domínio Público	107 776,61 €	- €	- €	- 16 722,51 €	- €	- €	- €	91 054,10 €
Terrenos e Recursos Naturais	278 060,05 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	278 060,05 €
Edifícios e Outras Construções	3 479 966,07 €	34 963,29 €	- €	- 170 025,14 €	- €	- €	- €	3 344 904,22 €
Outras Propriedades de investimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Propriedades de investimento em curso	999 622,20 €	21 520,08 €	- €	- €	- €	- €	- €	981 142,28 €
TOTAL	4 825 424,93 €	56 483,37 €	- €	- 186 747,65 €	- €	- €	- €	4 695 160,65 €

PI – Propriedades de Investimento desagregação das Adições

RUBRICAS	Adições (modelo de custo)									Total
	Internas	Compra	Cessão	Transf. ou Troca	Doação	Oação em Pagamento	Locação Fin.	Fusão	Outras	
Bens de Domínio Público	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Terrenos e Recursos Naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Edifícios e Outras Construções	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	34 963,29 €	34 963,29 €
Outras PI	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
PI em Curso	21 520,08 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	21 520,08 €
TOTAL	21 520,08 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	34 963,29 €	56 483,37 €

PI – Propriedades de Investimento desagregação das Diminuições

RUBRICAS	Diminuições (modelo de custo)					Total
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Fusão, cisão, reestruturação	Outras		
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO						
Bens de domínio público	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €
Outras propriedades de investimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €
Propriedades de investimento em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €
total	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		0,00 €

9. IMPARIDADE DE ATIVOS

Os critérios utilizados são os preconizados na NCP9. Para efeitos de imparidade tomou-se como base o mapa de antiguidade das dívidas. Foi mantida a política de apuramento de imparidades praticada em anos anteriores.

Imparidades

Ativo	Quantia Bruta	Perdas por Imparidade Acumulada 2024	Perdas por Imparidade	Reversão de Imparidades	Imparidades	Perdas por Imparidade Acumulada	Quantia Recuperável
Cientes, Contribuintes e utentes	251 831,33 €	- 174 783,33 €	- 36 847,08 €	171,88 €	- 36 675,20 €	- 211 458,53 €	40 372,80 €
Investimentos Financeiros	1 843 347,10 €	- 2 767,05 €	- €	144,36 €	144,36 €	- 2 622,69 €	1 840 824,41 €
TOTAL	2 095 079,03 €	- 177 550,38 €	- 36 847,08 €	316,24 €	- 36 530,84 €	- 214 081,22 €	1 880 997,81 €

No ano de 2025 foi efetuado um reforço das imparidades de clientes contribuintes e utentes no montante 36.847,08€ e foi efetuada uma reversão de imparidades de investimentos financeiros no montante de 171,88€ pelo que o valor das imparidades é de 36.675,20€.

Relativamente às imparidades de investimentos financeiros:

- ✓ Foi efetuada uma reversão da provisão referente à AREAC – Agência Regional Energia Ambiente Centro de 2.767,05€ para 2.622,69€ resultando num decréscimo de 144,36€ uma vez que os valores contabilísticos são inferiores ao valor de aquisição da participação.
- ✓ Foram efetuados movimentos a débito para investimentos financeiros no montante de 1.448.178,56€ e movimentos a crédito no montante de 47.360,19€ referente ao ajustamento efetuado com base na percentagem de participação ou detenção do Município de Penela, nos capitais próprios da APIN – Empresa Intermunicipal Ambiente Pinhal Interior, EIM, SA.

10. INVENTÁRIOS

Os inventários englobam bens comprados e detidos para revenda incluindo, por exemplo, mercadoria comprada por uma entidade e detida para revenda, produtos acabados ou trabalhos em curso que estejam a ser produzidos pela entidade. Os inventários também incluem materiais e consumíveis aguardando o seu uso no processo de produção e bens comprados ou produzidos por uma entidade, para distribuir a terceiros gratuitamente ou por um valor simbólico. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de transformação e outros custos suportados para colocar os inventários no seu local e condição atuais. Quando os inventários são vendidos, trocados ou distribuídos, a quantia escriturada desses inventários é reconhecida como um gasto do período em que o respetivo rendimento é reconhecido. A quantia de qualquer abate de inventários, assim como todas as perdas de inventários, devem ser reconhecidas como um gasto no período em

que ocorra o abate ou a perda. A reversão de qualquer abate de inventários é reconhecida como uma redução na quantia de inventários e reconhecida como gasto do período em que a reversão ocorre. Os inventários não constituem um elemento material nas demonstrações financeiras, tendo sido mencionados pelo custo médio ponderado.

Inventários

Ativo	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	27 916,43 €	- €	27 916,43 €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	28 480,34 €	- €	28 480,34 €
Produtos acabados e intermédios	- €	- €	- €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	- €	- €	- €
Produtos e trabalhos em curso	- €	- €	- €
Total	56 396,77 €	- €	56 396,77 €

Inventários – Movimentos do período

Rubrica	Movimentos do período								Quantia estatutária final
	Quantia estatutária inicial	Compras líquidas	Consumos/gastos	Variações nas inventórias da produção	Perdas por imparidade	Exceções de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	
									(9) = (1) + (2) - (3) - (4) - (5) + (6) - (7) + (8)
Mercadorias	27 244,89 €	3 365,50 €	1 079,32 €	- €	- €	- €	1 136,87 €	221,83 €	27 916,43 €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	25 345,96 €	81 838,32 €	30 498,34 €	- €	- €	- €	- €	- €	28 480,34 €
Produtos acabados e intermédios	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Produtos e trabalhos em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
TOTAL	52 590,85 €	85 203,82 €	31 577,66 €	- €	- €	- €	1 136,87 €	221,83 €	56 396,77 €

11. AGRICULTURA

Não aplicável.

12. CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

Não aplicável.

13. RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

O rendimento inclui apenas os influxos brutos de benefícios económicos ou potencial de serviços recebidos ou a receber pela entidade de sua própria conta. As quantias recebidas na qualidade de agente ou em representação de outras entidades não são benefícios económicos ou potencial de serviço que fluam para a entidade e não resultam em aumentos de ativos ou diminuições de passivos e, por isso, são excluídos do rendimento. De forma similar, num relacionamento como agente, os influxos brutos de

benefícios económicos ou de potencial de serviço incluem quantias recebidas pelo agente a favor de terceiros que não resultam em aumentos do património líquido para a entidade. As quantias cobradas por conta de terceiros não são rendimento.

A quantia de rendimento proveniente de uma transação é geralmente determinada por acordo entre a entidade e o comprador ou utilizador do ativo ou serviço e é mensurada pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber tendo em conta as quantias de quaisquer descontos comerciais e de quantidades concedidos. Na maior parte dos casos, a retribuição é feita sob forma de caixa ou de equivalentes de caixa e a quantia do rendimento é a quantia de caixa ou de equivalentes de caixa recebida ou a receber. Porém, quando o influxo de caixa ou de equivalentes de caixa for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal de caixa recebida ou a receber. De notar que o Município de Penela aprova anualmente a atualização da tabela de taxas que suporta a cobrança de receita própria relacionada com vendas e prestações de serviços, encontrando-se a mesma publicada no portal do Município.

- ✓ Os rendimentos com contraprestação foram reconhecidos no período da seguinte forma:

Rendimentos com contraprestação

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em	
	Resultados	Património líquido
Taxas, multas e outras penalidades		
Taxas específicas das autarquias locais	73 094,97 €	
Multas e outras penalidades	8 376,53 €	
Vendas		
Mercadorias	987,51 €	
Produtos acabados e intermédios	1 455,85 €	
Prestação de serviços		
Trabalhos por conta de particulares	- €	
Cemitérios	2 908,80 €	
Refeições escolares	84 445,67 €	
Atividades tempos livres, jardins de infância e creches	52 004,64 €	
Outros Serviços Sociais	80,00 €	
Serviços Recreativos	- €	
Serviços culturais	44 471,44 €	
Serviços Desportivos	17 784,45 €	
Concessões	259 072,46 €	
Outros serviços	3 107,17 €	
Outros rendimentos		
Produtos Agrícolas e Pecuários	42,46 €	
Canhós em inventários	221,61 €	
Alienações de ativos fixos tangíveis	36 766,56 €	
Rendas de Terrenos	12 797,31 €	
Renda / concessão Energia elétrica (EDP)	361 776,48 €	
Rendas Parques Edícios	143 951,51 €	
Rendas de edifícios e outras construções	104 292,19 €	
Outros rendimentos	406,50 €	
Indemnizações	550,00 €	
Correcções relativas a anos anteriores	- 9 147,57 €	
Outros não especificados	3 098,88 €	
TOTAL	1 112 545,74 €	- €

14. RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

O rendimento de transações sem contraprestação deve ser mensurado pela quantia do aumento no ativo reconhecido pela entidade. Quando, em consequência de uma transação sem contraprestação, uma entidade reconhecer um ativo, também reconhece o rendimento equivalente à quantia do ativo, a menos que seja também exigido reconhecer um passivo. Quando for exigido o reconhecimento de um passivo ele será mensurado de acordo com melhor estimativa da quantia necessária para liquidar a obrigação presente à data de relato, e a quantia do aumento no ativo líquido, se existir, deve ser reconhecida como rendimento. Quando um passivo for subsequentemente reduzido, porque ocorre o acontecimento tributável ou é satisfeita uma condição, a quantia da redução do passivo será reconhecida como rendimento.

A quantia de rendimento proveniente de uma transação é geralmente determinada por acordo ou encontra-se legalmente estabelecida e é mensurada pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

- ✓ Os rendimentos sem contraprestação foram reconhecidos no período da seguinte forma:

Rendimentos sem contraprestação

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em:	
	Resultados	Património líquido
Impostos diretos		
Derrama		
Imposto municipal sobre imóveis	670 130,00 €	
Imposto único de circulação	183 132,04 €	
Impostos indiretos		
Imposto indiretos específicos das Autarquias Locais	- €	
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	304 218,76 €	
Transferências e subsídios correntes obtidos		
Fundo de Equilíbrio Financeiro	3 737 487,00 €	
Fundo Social Municipal	133 409,00 €	
Participação Fixa no IRS	309 392,00 €	
Art.º 35, n.º 3 da Lei 73/2013	996 968,00 €	
Transferência de Competências - Lei n.º 50/2018	962 893,00 €	
Participação no IVA	99 372,00 €	
Estado - Outras	301 740,31 €	
Segurança Social	71 849,53 €	
Projetos co-financiados	201 353,09 €	
Outras entidades	4 525,67 €	
Reversões	171,88 €	
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	929 199,92 €	
TOTAL	8 646 264,19 €	- €

O valor da receita fiscal com origem no IMI é reconhecido pelo princípio da especialização económica do período, pelo que em acréscimo de rendimentos foram especializados 670.130,00€.

15. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Os processos judiciais em curso são os seguintes:

Ano	Assunto	Tipo de ação	N.º proc.	Partes	Montante de Passivo estimado como	Formalities processuais	Seguro	Problemas de sucesso do Município	Notação
2023	Contro-ordenação	Processos de contro-ordenação	NPCD 381941/23, 414286	ASAB	Aguarda	€ 8.200,00	Não	Baixa	Baixa
2024	Ação Administrativa	Ação Administrativa	173/24.886CDB	APIN - E.I.M., SA	Raiz	€ 768.803,28	Não	Alta	+62 = 50%
2023	Ação Administrativa	Ação Administrativa	3806/20.278CDB	Mota do Ouro Canaleta Botelho	Raiz	€ 6.013,28	Sim	Alta	+62 = 50%
2023	Ação Administrativa	Ação Administrativa	414/23.786CDB	Engiperfil, Lda	Raiz	€ 687.018,24	Não	Alta	+62 = 50%

Foi mantida a provisão constituída no ano de 2024 para processos judiciais em curso no montante de 768.803,28€ referente a uma ação administrativa interposta pela APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., SA. Trata-se de um conjunto de obras complementares a empreitadas de saneamento e de abastecimento de água, lançadas pela APIN, existindo um alegado acordo de pagamento, mas que não existem deliberações municipais nesse sentido, pelo que atento o disposto na Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso se contestou a ação. Relativamente aos outros processos movidos contra o Município, os mesmos foram devidamente contestados tendo as mesmas uma notação remota.

Relativamente à ação administrativa interposta pela Engiperfil, Lda no montante de 687.359,24€ é nossa opinião considerar a mesma improcedente uma vez que a referida empresa não realizou os trabalhos com que se comprometeu não existindo Autos de Medição elaborados pelos serviços municipais.

Rubricas	Quantia estimada inicial (1)	Aumentos				Diminuições				Quantia estimada final (10) = (1) + (5) - (9)
		Relevos (2)	Aumentos da quantia decretada (3)	Outros aumentos (4)	Total aumentos (5) = (2) + (3) + (4)	Utilizações (6)	Reversões (7)	Outros diminuições (8)	Total diminuições (9) = (6) + (7) + (8)	
Impostos, contribuições e taxas devidas a terceiros	- €				- €				- €	- €
Processos judiciais em curso	768.803,28 €	- €			- €				- €	768.803,28 €
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	- €				- €				- €	- €
Controlo ambiental	- €				- €				- €	- €
Outras provisões	- €				- €				- €	- €
Total	768.803,28 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	768.803,28 €

16. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

Não aplicável.

17. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO

Não foram recebidas informações após a data de relato (mas antes das demonstrações financeiras serem autorizadas para emissão) acerca das condições que existiam à data de relato, pelo que não foram efetuadas quaisquer divulgações que se relacionassem com essas condições.

Não temos conhecimento de acontecimentos após a data de relato que dessem origem a ajustamentos às demonstrações financeiras. No entanto, importa referir que o ano de 2026 decorre num clima de grande incerteza e num difícil contexto social e económico, marcado ainda pelo conflito entre a Rússia e a Ucrânia e entre a Síria e o Hamas. Os seus efeitos têm vindo a refletir-se nos preços dos combustíveis, da energia, matérias primas, dos bens alimentares, entre outros, e poderá ter, no presente ano económico de 2026, impactos significativos nas contas do Município. Além disso, os Estados Unidos têm vindo a implementar a aplicação de tarifas alfandegárias mais elevadas a todos os países do mundo. Ainda assim, apesar dos potenciais impactos económicos e sociais resultantes destas situações não serem passíveis de quantificação à data, e que afetarão de forma transversal (direta/indireta) as diversas entidades públicas e privadas e que dependerão da evolução da mesma, é convicção do Órgão de Gestão que a prossecução das atividades desenvolvidas e o cumprimento dos compromissos contratuais assumidos não estarão em causa.

No dia 28 de janeiro de 2026 verificaram-se fenómenos meteorológicos excecionais de extrema gravidade. O concelho de Penela foi fortemente atingido pela depressão Kristin, que provocou estragos de grande dimensão tanto em património público como privado. De acordo com uma avaliação preliminar dos serviços municipais, os prejuízos em infraestruturas e equipamentos do município rondam 4,85 milhões de euros, de acordo com o montante reportado à CCDR-C.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

✓ *Ativos financeiros*

Apresenta-se no quadro seguinte a posição dos ativos financeiros comparados com os do ano anterior:

	31/12/2025	31/12/2024
Clientes, Contribuintes e Utentes	40 375,40 €	40 369,11 €
Estado e outros entes públicos	58 634,17 €	31 372,01 €
Outros contas a receber	1 159 478,71 €	1 083 150,07 €
Caixa e Depósitos	5 342 800,31 €	3 379 755,39 €
Total	6 601 277,59 €	4 734 646,58 €

✓ *Investimentos financeiros*

O detalhe da rubrica Investimentos financeiros consolidados é o seguinte:

Investimentos Financeiros	Município de Penela	Imparidades Acumuladas	Município Penela	Ajustamentos	Grupo Municipal
Participações de Capital	237 395,23 €	- 2 622,69 €	234 772,54 €	1 400 818,37 €	1 635 590,91 €
FAM - Fundo de Apoio Municipal	205 033,30 €		205 033,30 €		205 033,30 €
TOTAL	442 428,73 €	- 2 622,69 €	439 806,04 €	1 400 818,37 €	1 840 624,41 €

Os investimentos financeiros do Grupo Municipal apresentam o valor líquido de 1.840.624,41€. Este valor reflete o valor das imparidades acumuladas no montante de 2.622,69€ bem como do ajustamento efetuado com base na percentagem de participação ou detenção do Município de Penela, nos capitais próprios da APIN – Empresa Intermunicipal Ambiente Pinhal Interior, EIM, SA no montante de 1.400.818,37€.

✓ *Clientes, Contribuintes e Utentes*

Verifica-se um aumento do valor das dívidas líquidas de clientes, contribuintes e utentes no valor de 4,29€.

As dívidas de clientes, contribuintes e utentes cuja cobrança se apresente duvidosa são transferidas para a rubrica de clientes de cobrança duvidosa. Todas as dívidas em mora há mais de 6 meses são consideradas de cobrança duvidosa e são constituídas perdas por imparidade de acordo com as seguintes percentagens:

- 50% para as dívidas em mora há mais de 6 e até 12 meses
- 100% para as dívidas em mora há mais de 12 meses

✓ *Estado e outros entes públicos*

O valor constante desta rubrica no montante de 58.624,17€ é o que resulta da declaração de IVA do mês de dezembro de 2025.

✓ *Outras contas a receber*

	31/12/2025	31/12/2024
Impostos e taxas imputados ao período	1 106 810,32 €	1 027 961,12 €
Devedores por acréscimos de rendimentos	32 649,39 €	55 188,95 €
Outros devedores	0,00 €	0,00 €
Total	1 139 479,71 €	1 083 150,07 €

O saldo da conta de outras contas a receber no montante de 1.139.479,71€, diz respeito a devedores por acréscimos, recaindo o maior peso em Impostos imputados ao período relativos ao IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, à participação variável no IRS, à participação no IVA, ao IMT - Imposto Municipal sobre as transações onerosas de Imóveis bem como de outros rendimentos imputados ao período.

✓ **Passivos financeiros**

Apresenta-se no quadro seguinte os passivos financeiros reportados a 31 de dezembro de 2025 comparados com os do ano anterior.

	31/12/2025	31/12/2024
Credores por transferências e subsídios concedidos	5.953,52 €	16.946,53 €
Financiamentos obtidos	1.908.580,37 €	2.232.861,41 €
Fornecedores	138.020,16 €	139.518,86 €
Estado e outros entes públicos	38.131,44 €	60.730,21 €
Fornecedores de investimentos	126.136,98 €	150.989,58 €
Outras contas a pagar	1.220.886,90 €	1.040.633,45 €
Total	3.437.509,37 €	3.641.669,85 €

A dívida a credores por transferências e subsídios concedidos é de 5.953,52€ e verifica-se um decréscimo de 10.993,01€.

Relativamente aos financiamentos obtidos o valor em dívida é de 1.908.580,37€ e verifica-se um decréscimo de 324.281,04€, justificado com a amortização do serviço da dívida dos empréstimos bem como das locações financeiras em vigor. Foi efetuada a repartição temporal do valor da dívida e o montante a pagar em 2026 é de 450.573,74€.

O valor em dívida referente a financiamentos obtidos é de 1.908.580,37€ e desagrega-se de acordo com o quadro seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024
Financiamentos obtidos	1.871.015,39 €	2.150.213,93 €
Leasing	37.564,98 €	82.647,48 €
Total	1.908.580,37 €	2.232.861,41 €

O valor da dívida referente a empréstimos bancários é de 1.871.015,39€ e desagrega-se de acordo com o quadro seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024
FAEL - Plano Apoio à Economia Local	144.526,52 €	359.032,98 €
Outros empréstimos	1.726.488,87 €	1.861.160,95 €
Total	1.871.015,39 €	2.150.213,93 €

A dívida a fornecedores é de 138.020,16€, verifica-se um decréscimo de 1.498,50€.

A dívida a fornecedores de investimentos é de 126.136,98€ e verifica-se um decréscimo de 24.852,58€.

A dívida ao estado e a outros entes públicos é de 38.131,44€ e verifica-se um decréscimo de 22.598,77€. Este valor diz respeito às retenções de IRS e às contribuições para a Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social efetuadas no mês de dezembro de 2025 e que serão pagas em janeiro de 2026. A sua desagregação é a seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024
Retenção de impostos sobre rendimentos	14 358,00 €	38 602,50 €
IVA a pagar	0,00 €	0,00 €
Contribuições para sistemas de proteção social e sistemas de saúde	23 773,44 €	21 127,71 €
Total	38 131,44 €	60 730,21 €

As outras contas a pagar no montante de 1.220.686,90€ incluem a estimativa dos gastos com férias e subsídio de férias, relativa a direitos adquiridos em 2025, que vão ser pagos em 2026 (602.598,87€), os juros a liquidar (12.117,59€) e outros acréscimos de gastos tais como eletricidade, abastecimento de água, etc (174.822,94€). Inclui ainda o valor das cauções (419.850,23€), sindicatos (440,48€) e os outros credores (10.856,79€).

19. BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

Os benefícios aos empregados incluem salários, contribuições para a Caixa Geral de Aposentações e para a Segurança Social, subsídio de férias e de Natal, subsídio de refeição e quaisquer outros benefícios devidos. O quadro síntese dos gastos com pessoal do período e o seu comparativo é o seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024
Remunerações	2 941 252,59 €	2 681 474,39 €
Encargos sobre remunerações	655 903,00 €	598 587,34 €
Acidentes de trabalho	60 856,81 €	51 273,21 €
Outros gastos com pessoal	44 050,02 €	35 846,78 €
Total	3 702 064,42 €	3 377 222,12 €

Verifica-se que no ano de 2025 houve um aumento dos gastos com pessoal no valor de 324.842,30€ que se justifica pelo aumento do salário mínimo nacional, novos procedimentos concursais desencadeados no ano de 2025, valorizações remuneratórias no âmbito do SIADAP bem como pela transferência dos Assistentes Operacionais do Centro de Saúde para o Município de Penela no âmbito da transferência de competências na área da Saúde e dos Assistentes Operacionais e dos Assistentes Técnicos do Agrupamento de Escolas Infante Dom Pedro para o Município de Penela no âmbito da transferência de competências na área da Educação. É importante referir que os gastos com pessoal representam 38,10% dos gastos totais.

20. DIVULGAÇÕES DE PARTES RELACIONADAS

Nos termos do estabelecido na NCP 20, Partes relacionadas - as partes são consideradas relacionadas se uma delas tiver a capacidade de controlar a outra parte, ou exercer influência significativa sobre a outra

parte ao tomar decisões financeiras e operacionais, ou se a entidade relacionada e uma outra entidade estiverem sujeitas a controlo comum. Nos termos das definições apresentadas, conclui-se que o Município de Penela não dispõe de entidades relacionadas.

21. RELATO POR SEGMENTOS

Nos termos do estipulado pela NCP 25, "um segmento é uma atividade ou grupo de atividades distinguíveis de uma entidade relativamente às quais é apropriado relatar informação financeira separada com a finalidade de avaliar o desempenho passado da entidade para atingir os seus objetivos, e tomar decisões acerca da futura alocação de recursos". As entidades públicas controlam recursos públicos significativos e operam para proporcionar uma grande variedade de bens e serviços aos cidadãos em diferentes regiões geográficas e em regiões com características socioeconómicas diferentes. Exige-se a estas entidades que usem esses recursos de forma eficiente e eficaz para atingirem os objetivos. Considerando o parágrafo 8 da NCP 25, "Uma entidade deve identificar os seus segmentos separados de acordo com os requisitos do parágrafo 6" da Norma e deve apresentar informação acerca desses segmentos conforme previsto nas divulgações através de notas explicativas.

O Município de Penela tem a sua área de atuação devidamente delimitada ao concelho de Penela, pelo que não cumprindo na íntegra as disposições do parágrafo 6 da NCP 25, entende-se esta nota como não aplicável à realidade desta entidade, antes aplicável a outras estruturas da Administração Pública que possuam, por exemplo, delegações regionais.

22. INTERESSES EM OUTRAS ENTIDADES

O Município de Penela detém participação em diversas empresas, associações e agências. Na tabela abaixo, apresentam-se as entidades participadas pelo município e é indicado o respetivo método de consolidação utilizado. O atual âmbito da Lei das Finanças Locais (art.º 75 da Lei nº 73/2013) estabelece que "o grupo autárquico é composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades".

O artigo 75.º da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro define quais são as entidades que fazem parte do perímetro de consolidação. No caso do Município de Penela, as entidades incluídas na consolidação são as entidades consideradas como empresas locais de acordo com o disposto no artigo 19.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto.

Entidade	NIPC	Capital Social	Participação	% Capital detida	Incluída	Método	Fundamentação da Exclução
Entidades Societárias							
APIN - Empresa Intermunicipal Ambiente Pinhal Interior, EIM SA	515515907	1 100 000,00 €	74 470,00 €	6,77%	Sim	MSP	
EPJUC - Resíduos Sólidos Urbanos, SA	305004408	4 075 000,00 €	12 768,23 €	0,31%	Não		Alínea b) do n.º 4 do art. 75.º da lei 75/2013, de 3 de Setembro
Águas do Centro Litoral, SA	308348160	24 974 868,00 €	121 836,00 €	0,50%	Não		Alínea b) do n.º 4 do art. 75.º da lei 75/2013, de 3 de Setembro
Sis Formação - Sociedade de Ensino Profissional, SA	104600108	50 000,00 €	3 375,00 €	12,14%	Não		Alínea c) do n.º 4 do art. 75.º da lei 75/2013, de 3 de Setembro
Entidades Não Societárias							
AREAC - Agência Regional de Energia e Ambiente Centro	306637185	60 000,00 €	3 000,00 €	5,00%	Não		Alínea c) do n.º 4 do art. 75.º da lei 75/2013, de 3 de Setembro
IPN - Instituto Pedro Nunes	302760410	837 300,00 €	12 500,00 €	1,49%	Não		Alínea c) do n.º 4 do art. 75.º da lei 75/2013, de 3 de Setembro
CESAB - Centro Serviço Ambiente	302882308	782 200,00 €	4 750,00 €	2,61%	Não		Alínea c) do n.º 4 do art. 75.º da lei 75/2013, de 3 de Setembro
CIMRC - Comunidade Intermunicipal Região Coimbra	308534617	-	-	3,26%	Não		Alínea c) do n.º 4 do art. 75.º da lei 75/2013, de 3 de Setembro
ANMP - Associação Nacional Municípios	301637413	-	-	0,28%	Não		Alínea c) do n.º 4 do art. 75.º da lei 75/2013, de 3 de Setembro
Dumizila - Associação Desenvolvimento da Cera e Dupa	303832304	-	-	25,00%	Não		Alínea c) do n.º 4 do art. 75.º da lei 75/2013, de 3 de Setembro
Temas de Sítio - Associação Desenvolvimento	301497720	-	-	13,70%	Não		Alínea c) do n.º 4 do art. 75.º da lei 75/2013, de 3 de Setembro
ADISTUR - Agência p/ Desenvolvimento Turismo Rábidas do Xisto	307825270	-	-	4,59%	Não		Alínea c) do n.º 4 do art. 75.º da lei 75/2013, de 3 de Setembro
Agência para o Desenvolvimento dos Castelos e Muralhas Medievais do Montalegre	308683320	-	-	10,00%	Não		Alínea c) do n.º 4 do art. 75.º da lei 75/2013, de 3 de Setembro
InterCluster - Associação de Cluster Agro-Industrial do Centro	308677482	-	-	0,41%	Não		Alínea c) do n.º 4 do art. 75.º da lei 75/2013, de 3 de Setembro
Centro Arbitragem Conflitos Consumo Região Coimbra	305861682	-	-	3,37%	Não		Alínea c) do n.º 4 do art. 75.º da lei 75/2013, de 3 de Setembro
Florem - Associação Produtores e Proprietários Florestais Concelho de Penela	309919014	-	-	2,03%	Não		Alínea c) do n.º 4 do art. 75.º da lei 75/2013, de 3 de Setembro
Associação Nacional de Assembléias Municipais	313864202	-	-	0,48%	Não		Alínea c) do n.º 4 do art. 75.º da lei 75/2013, de 3 de Setembro
Agência para o Desenvolvimento da Serra da Lousã - Associação ADSL	313658971	-	-	14,29%	Não		Alínea c) do n.º 4 do art. 75.º da lei 75/2013, de 3 de Setembro
Ruta - Rede de Universidades Sêculos	309480960	-	-	-	Não		Alínea c) do n.º 4 do art. 75.º da lei 75/2013, de 3 de Setembro
RICAM	C-32168116	-	-	-	Não		Alínea c) do n.º 4 do art. 75.º da lei 75/2013, de 3 de Setembro

Para efeitos de consolidação de contas com a entidade APIN – Empresa Intermunicipal Ambiente Pinhal Interior, EIM, SA, foi utilizado o método de equivalência patrimonial, que consiste na substituição no balanço do Município de Penela, do valor contabilístico das partes de capital detidas, pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios das entidades incluídas no perímetro de consolidação.

Na decorrência da decisão arbitral proferida no âmbito do Processo Arbitral n.º 15/2021/INS-RAP/ASB, foi determinada a desvinculação do Município de Penacova do Sistema APIN, com efeitos reportados a 31 de dezembro de 2020, o que resultou na nulidade de todas as deliberações da APIN subsequentes a essa data

que tenham produzido efeitos relativamente ao Município de Penacova, na qualidade de acionista e entidade delegante. Não obstante, a participação correspondente ao capital social do Município de Penacova permanece registada, encontrando-se a APIN a desenvolver os trâmites formais necessários à amortização das respetivas ações em conformidade com o estabelecido na decisão arbitral.

Os fluxos financeiros existentes entre as entidades incluídas no perímetro de consolidação são as constantes dos mapas seguintes:

Fluxos Financeiros	Município de Penela / APIM - Empresa Intermunicipal Ambiente Habitacional, EIM SA									
	Obrigações e Pagamentos					Direitos e Recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas	Anulação	Pagamentos	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos Constituídos	Anulação	Recebimentos	Saldo Final
Transferências	- €	- €		- €	- €	- €	- €		- €	- €
Subsídios	- €	83 270,72 €		83 270,72 €	- €	- €	- €		- €	- €
Empréstimos	- €			- €	- €					
Relações Comerciais	- 218,34 €	117 345,09 €		116 010,38 €	1 621,23 €	2 204,16 €	13 224,96 €		- €	13 429,12 €
Participações de capital em numerário	- €			- €	- €					
Participações de capital em espécie	- €			- €	- €					
Outros	- €			- €	- €			- €		- €
Total	299,34 €	220 615,77 €	- €	219 281,08 €	1 631,23 €	2 204,16 €	13 224,96 €	- €	- €	13 429,12 €

23. OUTRAS DIVULGAÇÕES

• Diferimentos (Ativo)

Compreende principalmente os dispêndios já efetuados, mas cujo gasto ou parte do gasto deva ser reconhecido nos períodos seguintes (gastos diferidos). É o caso dos gastos com seguros, com as taxas de manutenção das aplicações informáticas da AIRC e outros gastos cujo período abrange o ano económico de 2024 e 2025. Compreende ainda o valor dos gastos referentes às empreitadas de habitação a custos acessíveis. A decomposição desta rubrica é a seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024
Diferimentos	967 510,01 €	35 326,84 €
Total	967 510,01 €	35 326,84 €

• Diferimentos (Passivo)

A decomposição desta rubrica é a seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024
Diferimentos	7 936 337,48 €	6 333 851,96 €
Total	7 936 337,48 €	6 333 851,96 €

Nesta rubrica são reconhecidos os recebimentos do período que devam ser reconhecidos como rendimentos nos períodos seguintes. É o caso das transferências ou subsídios obtidos, sem contraprestação, mas condicionados à execução de determinada obra, atividade ou serviço e que poderão ser devolvidos, caso os mesmos não sejam total ou parcialmente executados nas

condições previamente estabelecidas. É o caso dos subsídios à exploração recebidos, mas que cujo correspondente gasto na data de relato, ainda não foi totalmente suportado e registado. É o caso de outros rendimentos cujo correspondente gasto, na data de relato, ainda não foi totalmente suportado e registado. Quando as condições previamente estabelecidas estiverem cumpridos os montantes são transferidos para a conta 593 – Transferências e subsídios de capital.

A sua desagregação é a seguinte:

	31/12/2023	31/12/2024
Estado	149 553,42 €	148 202,31 €
FEDER	3 727 706,72 €	3 632 588,79 €
Fundo de Coesão	0,00 €	0,00 €
Outros	3 429 092,66 €	1 782 236,38 €
Acordos Concessão Serviços	1 444 540,72 €	1 581 830,55 €
Outros	185 443,96 €	188 973,93 €
Total	7 936 337,48 €	6 333 851,96 €

• Património líquido

De acordo com a Estrutura Concetual do SNC -AP, o património líquido de uma entidade pública corresponde ao valor agregado dos seus ativos, deduzidos dos passivos, com referência à data do relato financeiro. Esta classe engloba o património líquido inicial e aumentos e diminuições do património líquido, nomeadamente resultantes de: revalorizações (quando ocorrerem), doações, transferências de património, transferências e subsídios de capital e resultados. As variações positivas e negativas do património líquido podem ainda resultar de influxos e efluxos de recursos de e para entidades externas, na sua condição de proprietários.

A sua decomposição é a seguinte:

	31/12/2023	31/12/2024
Património / Capital	41 034 549,61 €	41 034 549,61 €
Resultados transitados	-27 875 191,05 €	-26 750 107,73 €
Ajustamentos Ativos Financeiros	1 452 928,56 €	1 701 636,42 €
Outras variações no património líquido	13 457 254,89 €	12 918 977,33 €
Resultado líquido do período	-1 034,30 €	-1 398 623,69 €
Total	28 064 507,72 €	26 906 451,94 €

O património líquido da entidade registou um acréscimo de 1.158.055,78€.

A rubrica de Resultados Transitados (-27.875.191,05€) é utilizada para registar os resultados líquidos acumulados de períodos anteriores e, excecionalmente, também regista as regularizações não frequentes e de grande significado que afetam positiva ou negativamente o Património Líquido, mas não o resultado do período, nomeadamente as provenientes de alterações nas políticas contabilísticas e erros, nas condições previstas na NCP 2 — Políticas Contabilísticas, Alterações em Estimativas Contabilísticas e Erros.

A rubrica de Ajustamentos em Ativos Financeiros reflete o valor dos Ajustamentos do Município de Penela no valor de 4.750,00€ acrescido do ajustamento efetuado com base na percentagem de participação ou detenção do Município de Penela, no Resultado Líquido do Exercício da APIN – Empresa Intermunicipal Ambiente Pinhal Interior, EIM, SA no montante positivo de 1.448.178,56€. A rubrica de Outras variações no património líquido (13.457.254,99€) é utilizada para registar todas as variações que não sejam registadas nas contas anteriores, com especial destaque para as transferências e subsídios (não reembolsáveis) de capital. Incluem-se nesta conta as transferências e os subsídios não reembolsáveis para aquisição de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis (conta 5931), transferências e subsídios para aquisição de ativos não depreciables (conta 5932) e outras transferências e subsídios de capital (conta 5939).

A rubrica resultado líquido do exercício apresenta o valor negativo de 5.034,39€. Este montante reflete o valor do Resultado Líquido do Exercício do Município de Penela no valor positivo de 42.325,80€ acrescido do ajustamento efetuado com base na percentagem de participação ou detenção do Município de Penela, no Resultado Líquido do Exercício da APIN – Empresa Intermunicipal Ambiente Pinhal Interior, EIM, SA no montante negativo de 47.360,19€.

- ***Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas***

A decomposição da rubrica é a seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024
Mercadorias	1 078,52 €	4 806,37 €
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	80 699,14 €	95 434,55 €
Total	81.777,66 €	100 040,92 €

O custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas em 2025 foi de 81.777,66€.

- ***Fornecimentos e serviços externos***

O valor dos fornecimentos e serviços externos no valor de 2.510.623,35€ apresenta um decréscimo de 317.722,87€ e a sua desagregação é a que consta do quadro seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024
Serviços Saúde	2 475,39 €	2 121,76 €
Serviços de transporte	0,00 €	0,00 €
Serviços Alojamento e restauração	144 376,02 €	144 801,21 €
Serviços de fornecimento de água - Saneamento Básico	30 650,28 €	33 488,10 €
Tratamento Resíduos sólidos	49 248,34 €	42 800,72 €
Outros subcontratos ou concessões	0,00 €	0,00 €
Trabalhos especializados	752 448,89 €	1 168 409,60 €
Publicidade, Comunicação e Imagem	25 049,65 €	26 267,80 €
Vigilância e segurança	13 025,21 €	10 399,02 €
Honorários	0,00 €	0,00 €
Comissões	28 307,69 €	29 034,44 €
Conservação e reparação	173 651,84 €	177 371,68 €
Outros serviços especializados	932,89 €	15 711,25 €
Materiais de consumo	139 002,87 €	137 950,42 €
Electricidade	337 424,00 €	288 943,60 €
Combustíveis e lubrificantes	93 413,31 €	70 310,30 €
Água	37 638,29 €	63 612,00 €
Outros fluidos	0,00 €	0,00 €
Deslocações, estadas e transportes	250 273,72 €	268 807,48 €
Rendas e alugueres	183 439,21 €	167 030,60 €
Comunicação	38 114,83 €	31 799,89 €
Seguros	89 958,75 €	34 389,35 €
Contencioso e notariado	2 462,88 €	9 179,30 €
Limpeza e Higiene	14 689,05 €	13 882,04 €
Serviços desportivos	3 726,90 €	1 200,00 €
Serviços de educação	62 093,22 €	62 827,26 €
Outras	0,00 €	8 098,40 €
Total	2 510 623,35 €	2 828 246,22 €

• **Transferências e subsídios concedidos**

As transferências são transações sem contraprestação, através das quais uma entidade pública transfere determinada importância para uma outra entidade, sem que dela receba qualquer contrapartida. São enquadráveis nesta conta, e como tal consideradas transferências monetárias definitivas, todo e qualquer tipo de subvenção, subsídio, benefício, auxílio, ajuda, patrocínio, indemnização, compensação, gratificação, reembolso, doação, participação ou vantagem financeira e qualquer outro apoio, independentemente da sua natureza, designação e modalidade.

	31/12/2025	31/12/2024
Estado	626,57 €	51 848,05 €
Associações Municipais	18 084,32 €	35 305,59 €
Municípios	0,00 €	0,00 €
Freguesias	85 558,00 €	90 624,17 €
Empresas Locais	0,00 €	215 725,71 €
Instituições sem fins lucrativos	720 333,50 €	645 305,00 €
Ação Social	0,00 €	0,00 €
Bolsas	13 426,92 €	15 558,32 €
Outras	0,00 €	11 209,14 €
Sociedades e quase sociedades não financeiras	0,00 €	0,00 €
Total Transferências Correntes Concedidas	838 049,31 €	1 065 595,98 €
Empresas Locais	0,00 €	0,00 €
Famílias	505 203,83 €	74 773,88 €
Total Subsídios Correntes Concedidos	103 203,83 €	74 773,88 €
Associações Municipais	0,00 €	4 834,98 €
Freguesias	0,00 €	30 607,10 €
Instituições sem fins lucrativos	103 139,15 €	51 395,32 €
Famílias	224,00 €	5 000,00 €
Total Transferências Capital Concedidas	103 353,15 €	81 857,40 €
Total Transferências e Subsídios Concedidas	1 048 606,29 €	1 222 227,26 €

Relativamente ao ano anterior verifica-se um decréscimo de 173.620,97€ nas transferências e subsídios concedidos. Na sua decomposição verifica-se um decréscimo de 227.546,67€ nas transferências correntes concedidas, um acréscimo de 28.429,95€ nos subsídios correntes concedidos e um acréscimo de 25.495,75€ nas transferências de capital concedidas.

- Transferências e subsídios obtidos**

Entende-se por transferências correntes os recursos financeiros auferidos sem qualquer contraprestação, destinados à cobertura dos gastos correntes quer sejam específicos (transferências consignadas), quer não tenham uma afetação preestabelecida. A sua desagregação consta do quadro seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	3 737 487,00 €	3 692 857,00 €
Fundo Social Municipal (FSM)	133 409,00 €	117 924,00 €
Participação no IRS	209 592,00 €	224 298,00 €
Transferência de Competências - Lei n.º 50/2018	962 893,00 €	924 851,00 €
Participação do IVA	99 372,00 €	43 049,00 €
Art.º 35.º, n.º 3 da Lei 75/2013	996 968,00 €	685 832,72 €
Outras	301 740,31 €	381 321,13 €
Segurança Social	11 849,52 €	11 849,52 €
FEDER	4 264,35 €	42 977,26 €
Fundo Social Europeu	53 764,87 €	55 064,54 €
FEADER	0,00 €	0,00 €
Outras	143 323,87 €	174 645,29 €
Outras entidades	4 529,67 €	13 282,81 €
Total Transferências Correntes Obtidas	6 559 393,59 €	6 367 962,27 €

Relativamente às transferências correntes obtidas verifica-se um acréscimo de 191.431,32€.

- **Outros rendimentos**

A decomposição da rubrica de outros rendimentos é a seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024
Produtos agrícolas e pecuários	42,46 €	0,00 €
Ganhos em Inventários	231,83 €	33,08 €
Alienações de ativos tangíveis	36.766,56 €	75.827,32 €
Rendas terrenos	12.797,31 €	12.873,78 €
Rendas energia Elétrica (EDP)	261.776,48 €	254.527,48 €
Rendas parques Eólicos	143.951,53 €	164.677,57 €
Edifícios e outras construções	104.292,39 €	101.356,01 €
Outros rendimentos	406,50 €	609,75 €
Indemnizações	550,00 €	2.450,00 €
Correções relativas a anos anteriores	-9.147,57 €	-3.385,61 €
Imputação de subsídios e Transf. Para investimentos	929.199,92 €	884.922,47 €
Outros não especificados	3.098,88 €	1.444,80 €
Total	1.483.956,09 €	1.495.528,55 €

Do valor de outros rendimentos no montante de 1.483.956,09€ destacam-se:

- ✓ Alienações de ativos fixos tangíveis no montante 36.766,56€;
- ✓ Rendas das Infraestruturas debitadas à EDP no montante de 261.776,48€, receitas provenientes dos parques eólicos no montante de 143.951,53€ e rendas de edifícios e outras construções no montante de 104.292,39€;
- ✓ Imputação a rendimentos de parte do subsídio recebido por conta de investimentos no montante de 929.199,92€.

- **Outros Gastos**

A decomposição da rubrica de outros rendimentos é a seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024
Impostos e taxas	14.652,07 €	15.348,13 €
Perdas em Inventários	1.736,87 €	2.994,12 €
Gastos em investimentos	181,83 €	0,00 €
Correções relativas a anos anteriores	32.516,52 €	9.372,87 €
Quotizações	64.103,48 €	53.614,96 €
Outros gastos	1.139,01 €	8.654,25 €
Total	114.329,78 €	89.984,35 €

Do valor de outros gastos no montante de 114.329,78€ destacam-se as quotizações no valor de 64.103,48€, as correções relativas a anos anteriores no valor de 32.516,52€ e os impostos e taxas no valor de 14.652,07€.

- **Juros e gastos similares**

A decomposição da rubrica de juros e gastos similares é a seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024
juros de empréstimos obtidos	56.075,80 €	87.096,29 €
juros de locação financeira	2.293,96 €	5.045,70 €
Outros juros e encargos	4.773,12 €	631,46 €
Total	63.102,88 €	92.773,45 €

Do valor de juros e gastos similares no montante de 63.102,88€ destaca-se o valor dos juros de empréstimos obtidos no montante de 56.075,80€.

- **Demonstração dos fluxos de caixa**

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos das Atividades operacionais	395.081,49 €	444.041,00 €
Fluxos das atividades investimento	1.718.103,32 €	2.760.573,34 €
Fluxos das atividades financiamento	-350.401,55 €	-355.651,81 €
Variação de caixa e seus equivalentes	1.763.044,92 €	2.868.962,52 €
Caixa e seus equivalentes no início do período	3.579.755,39 €	710.802,87 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5.342.800,31 €	3.579.755,39 €
Variação de caixa e seus equivalentes	1.763.044,92 €	2.868.952,52 €

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. O Município classifica em "Caixa e seus equivalentes" os montantes de caixa, depósitos à ordem e outros instrumentos financeiros. O total em caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2025 ascende a 5.342.800,31€, representando um acréscimo de 1.763.044,92€.

1 MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO

Para efeitos de consolidação de contas com a entidade APIN – Empresa Intermunicipal Ambiente Pinhal Interior, EIM, SA, foi utilizado o método de equivalência patrimonial, que consiste na substituição no balanço do Município de Penela, do valor contabilístico das partes de capital detidas, pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios das entidades incluídas no perímetro de consolidação.

1 ENTIDADES DO GRUPO AUTÁRQUICO

O Município de Penela detém participação em diversas empresas, associações e agências. Na tabela abaixo, apresentam-se as entidades participadas pelo município e é indicado o respetivo método de consolidação utilizado. O atual âmbito da Lei das Finanças Locais (art.º 75 da Lei nº 51/2018) estabelece que "o grupo autárquico é composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades".

Tabela 1 – Entidades do Grupo Autárquico

Entidade	NIPC	Capital Social	Participação	Capital detida	Inclusão	Método	Fundamentação da Exclusão
Entidades Societárias							
APIS - Empresa Intermunicipal Ambiente Rural Interior, BEM SA	515515507	1 100 000,00 €	74 470,00 €	6,77%	Sim	MSF	
ESLIC - Resíduos Sólidos Urbanos, SA	505004401	4 073 000,00 €	12 769,23 €	0,31%	Não		Alínea b) do n.º 4 do art. 75.º da lei 73/2013, de 3 de Setembro
Águas da do Centro Litoral, SA	506586160	29 979 969,00 €	121 336,00 €	0,30%	Não		Alínea b) do n.º 4 do art. 75.º da lei 73/2013, de 3 de Setembro
Sist Formação - Sociedade de Ensino Profissional, SA	504600108	58 000,00 €	4 376,00 €	7,54%	Não		Alínea c) do n.º 4 do art. 75.º da lei 73/2013, de 3 de Setembro
Entidades Não Societárias							
ANEAC - Agência Regional de Energia e Ambiente Centro	504427189	85 000,00 €	3 000,00 €	3,53%	Não		Alínea c) do n.º 4 do art. 75.º da lei 73/2013, de 3 de Setembro
IPN - Instituto Pedro Nunes	502780618	317 556,00 €	12 500,00 €	3,93%	Não		Alínea c) do n.º 4 do art. 75.º da lei 73/2013, de 3 de Setembro
CESAB - Centro Serviços Ambiente	502883308	132 330,00 €	4 750,00 €	3,59%	Não		Alínea c) do n.º 4 do art. 75.º da lei 73/2013, de 3 de Setembro
CIORC - Comunidade Intermunicipal Região Central	508354817	-	-	3,24%	Não		Alínea c) do n.º 4 do art. 75.º da lei 73/2013, de 3 de Setembro
AMMP - Associação Nacional Municípios	501627415	-	-	0,28%	Não		Alínea c) do n.º 4 do art. 75.º da lei 73/2013, de 3 de Setembro
Duquele - Associação Desenvolvimento da Onda e Duquele	503821096	-	-	13,00%	Não		Alínea c) do n.º 4 do art. 75.º da lei 73/2013, de 3 de Setembro
Terras do Sol - Associação Desenvolvimento	503497720	-	-	13,70%	Não		Alínea c) do n.º 4 do art. 75.º da lei 73/2013, de 3 de Setembro
ADISTUR - Agência de Desenvolvimento Turismo Náutico do Tejo	507933370	-	-	4,09%	Não		Alínea c) do n.º 4 do art. 75.º da lei 73/2013, de 3 de Setembro
Agência para o Desenvolvimento dos Centros e Museus Medievais do Mondego	504443300	-	-	10,36%	Não		Alínea c) do n.º 4 do art. 75.º da lei 73/2013, de 3 de Setembro
IndCluster - Associação de Cluster Agro-Industrial do Centro	508971405	-	-	0,41%	Não		Alínea c) do n.º 4 do art. 75.º da lei 73/2013, de 3 de Setembro
Centro Antiquário do Centro Histórico Regional	505891650	-	-	5,57%	Não		Alínea c) do n.º 4 do art. 75.º da lei 73/2013, de 3 de Setembro
Flapem - Associação Produtores e Proprietários Flançais Concelho de Penela	509018014	-	-	0,01%	Não		Alínea c) do n.º 4 do art. 75.º da lei 73/2013, de 3 de Setembro
Associação Nacional de Assembléias Municipais	513842002	-	-	0,48%	Não		Alínea c) do n.º 4 do art. 75.º da lei 73/2013, de 3 de Setembro
Agência para o Desenvolvimento da Serra da Leuzá - Associação ADL	513858871	-	-	14,29%	Não		Alínea c) do n.º 4 do art. 75.º da lei 73/2013, de 3 de Setembro
Bulls - Rede de Universidades Sérvicas	504851980	-	-	-	Não		Alínea c) do n.º 4 do art. 75.º da lei 73/2013, de 3 de Setembro
FICAM	510388176	-	-	-	Não		Alínea c) do n.º 4 do art. 75.º da lei 73/2013, de 3 de Setembro

2 PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

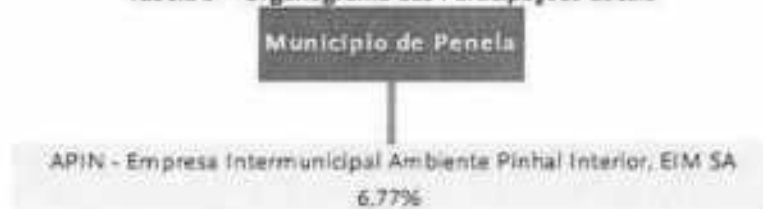
O artigo 75.º da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro define quais são as entidades que fazem parte do perímetro de consolidação. No caso do Município de Penela, as entidades incluídas na consolidação são as entidades consideradas como empresas locais de acordo com o disposto no artigo 19.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, a saber:

Tabela 2 – Participações

Entidades	Valor Participação	% Participação	Tipo Entidade
APIN - Empresa Intermunicipal Ambiente Pinhal Interior, EIM SA	74 470,00 €	6,77%	Empresa Local

Apresenta-se de seguida o organograma das participações:

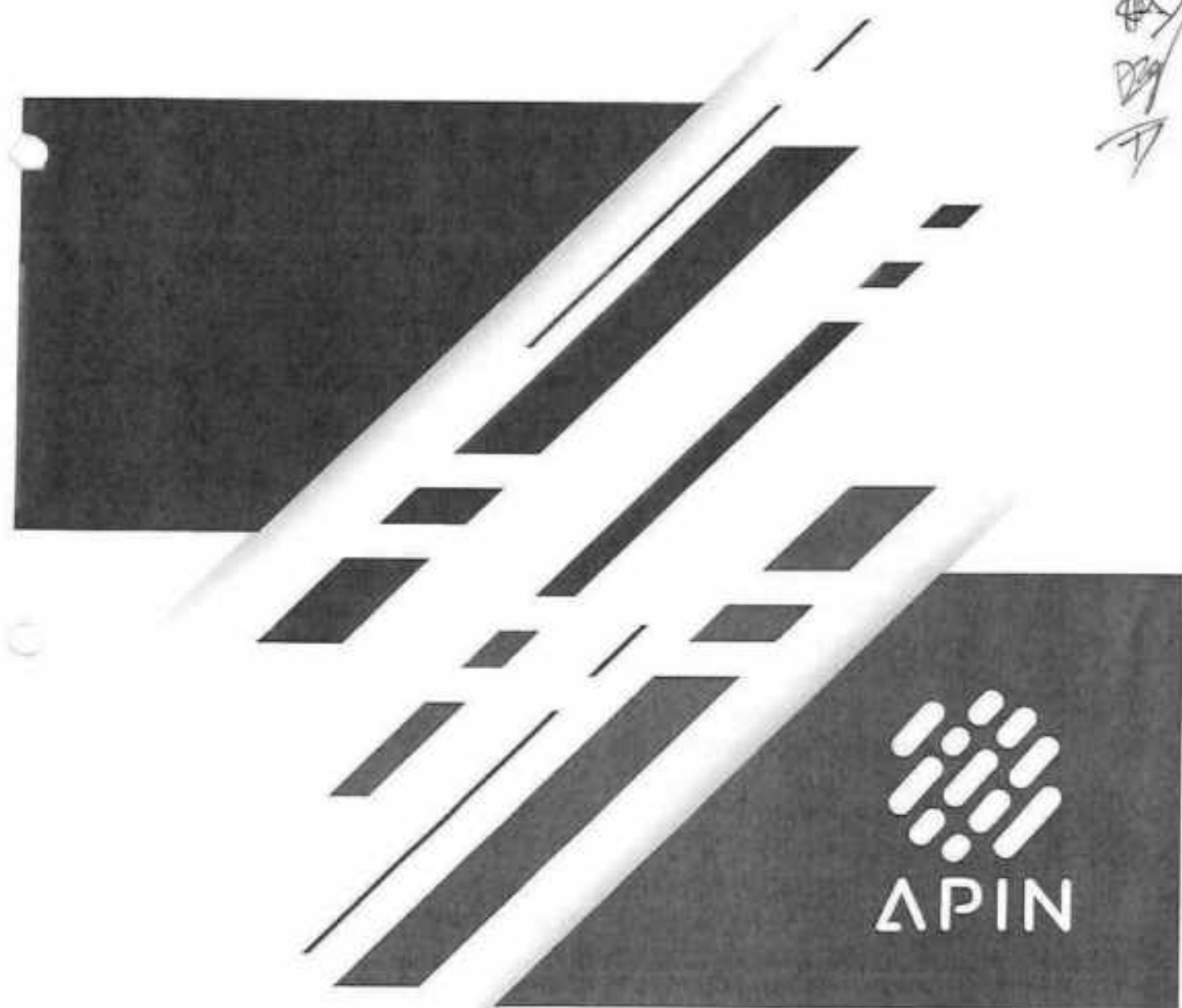
Tabela 3 – Organograma das Participações Locais



O Grupo Municipal é composto pelo Município (entidade-mãe) e pelo conjunto das entidades abrangidas pelo perímetro de consolidação (APIN - Empresa Intermunicipal Ambiente Pinhal Interior, EIM SA).

Relatório de Gestão & Contas 2025

Handwritten signatures and initials in the top right corner, including names like D, S, W, A, and others.



ÍNDICE GERAL

1	MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	6
2	QUEM SOMOS	9
3	A EMPRESA	12
3.1	Missão, Visão e Objetivos	14
3.1.1	Missão	14
3.1.2	Visão	14
3.1.3	Objetivos	15
3.2	Órgãos Sociais	15
3.2.1	Assembleia Geral	15
3.2.2	Conselho de Administração	15
3.2.3	Fiscal Único	16
3.3	Estrutura Organizacional da APIN	16
3.3.1	Regional	16
3.3.2	Funcional	18
3.4	Caracterização da situação atual	20
4	REGULAÇÃO	21
4.1	Regulamento de Serviço APIN	21
4.2	Regulação Económica	22
4.3	Regulação da Qualidade do Serviço	22
4.4	Política de Privacidade	22
5	INDICADORES DO ANO 2025	23
5.1	Posição Económico-Financeira	23
5.2	Aprovisionamento - Contratação Pública	23
5.3	Candidaturas a apoios financeiros	25
6	PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS	27
7	ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE	31
7.1	Enquadramento	31
7.2	Linhas Estratégicas	31
8	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	33
9	PROJETOS ESTRUTURANTES: GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS	38
10	ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	48
11	ATIVIDADE DA EMPRESA	50
11.1	Atividade Comercial e Gestão de Clientes	50

11.1.1	Clientes	50
11.1.2	Serviço de atendimento telefónico	51
11.1.3	Serviço de atendimento presencial	52
11.1.4	Leituras	52
11.1.5	Balcão Digital e Envio Eletrónico de Fatura	53
11.1.6	Faturação e Cobrança	54
11.1.7	Formas de Pagamento	56
11.1.8	Serviços	57
11.1.9	Reclamações	57
11.1.10	Volumes de água faturados	58
11.2	Abastecimento de Água	58
11.2.1	Volume aduzido à rede	58
11.2.2	Balanço Hídrico	59
11.2.3	Avárias na rede (roturas)	60
11.2.4	Deteção de fugas	62
11.2.5	Faihas no abastecimento	62
11.2.6	Qualidade da água	64
11.2.7	Ramais de abastecimento de água	65
11.2.8	Operação e manutenção de redes de abastecimento	66
11.3	Saneamento de Águas Residuais	67
11.3.1	Volumes recolhidos nas redes de saneamento	67
11.3.2	Quantidade e volumes recolhidos em fossas	67
11.3.3	Intervenções de desobstrução	68
11.3.4	Operação e manutenção de ETAR	69
11.3.5	Ramais de Saneamento	70
11.4	Gestão de Resíduos Urbanos	70
11.5	Manutenção	74
11.6	Central de Gestão de Operações	80
11.7	Investimentos	81
11.8	Planeamento e Projeto	85
11.9	Sistema de Informação Geográfica (SIG) e Cadastro	86
11.10	Segurança e Saúde no Trabalho	88
11.11	Comunicação e Imagem	90
11.12	Responsabilidade Social	93
12	ANÁLISE ECONÓMICO FINANCEIRA	94

12.1	Estrutura de Rendimentos	94
12.2	Estrutura de Gastos	94
12.3	Resultado	95
12.4	Capital Próprio	95
12.5	Principais Rádios Financeiros	96
12.6	Gestão de Riscos	96
12.7	Ações Próprias	97
12.8	Negócio entre a Sociedade e os Seus Administradores	97
12.9	Sucursais	97
12.10	Situação Fiscal e Contributiva	97
13	PERSPETIVAS FUTURAS	98
14	IMPOSTO DIFERIDO SOBRE O RENDIMENTO	99
15	CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
16	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	100
17	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS A CARGO DOS SÓCIOS (Artigo 40.º, n.ºs 2 e 8 da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto)	100
18	FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO	101
19	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	102
19.1	BALANÇO	103
19.2	DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	104
19.3	DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES	105
19.4	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	106
19.5	DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO - 2025	107
19.6	DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO - 2024	108
20	ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	109

Índice de Figuras

Figura 1-	Cadeia de valor do setor de águas e resíduos	11
Figura 2 –	Mapa geográfico da Empresa	14
Figura 3 -	Estrutura organizacional	17
Figura 4 -	Organograma da Empresa	19
Figura 5 -	Número de colaboradores	33
Figura 6 -	Dalcão digital	53



Índice de Quadros

Quadro 1 - Estrutura acionista	12
Quadro 2 - Âmbito territorial	13
Quadro 3 - Descrição global dos danos	29
Quadro 4 - Colaboradores por género e por direção	34
Quadro 5 - Idade dos colaboradores por escalões etários	35
Quadro 6 - Horas de formação	37
Quadro 7 - Número de compostores entregues em 2025	40
Quadro 8 - Número de compostores entregues e por entregar e taxa de execução da entrega dos compostores	40
Quadro 9 - Número de baldes entregues	43
Quadro 10 - Fundo Ambiental - Biorresíduos	44
Quadro 11 - Cenário macroeconómico 2024-2026	48
Quadro 12 - Contratos ativos	50
Quadro 13 - Contratos ativos por tipo de utilização	51
Quadro 14 - Serviço de atendimento telefónico	51
Quadro 15 - Número de leituras reais	53
Quadro 16 - Número de serviços executados	57
Quadro 17 - Tipo de reclamação	57
Quadro 18 - Água não faturada %	59
Quadro 19 - Limpeza de fossas realizadas em 2025 e 2024 e respetivos volumes	68
Quadro 20 - ETAR sob gestão da APIN	69
Quadro 21 - Parque de contentores	72
Quadro 22 - Ocorrências comunicadas por clientes	80
Quadro 23 - Tipificação dos serviços de água	80
Quadro 24 - Investimentos por tipologia	82
Quadro 25 - Número de ações de sensibilização	91
Quadro 26 - Rendimentos e ganhos	94
Quadro 27 - Gastos e perdas	94
Quadro 28 - Resultados	95
Quadro 29 - Capital próprio	95
Quadro 30 - Indicadores da posição financeira	96

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Km de rede de abastecimento de água	20
Gráfico 2 - Balanço de 2025	23
Gráfico 3 - Número de adjudicações por tipo de procedimento	24
Gráfico 4 - Valor dos procedimentos de contratação por tipo de procedimento	24
Gráfico 5 - Evolução do número de colaboradores	34
Gráfico 6 - Distribuição por género do total de colaboradores Gráfico 7 - Distribuição por género em funções administrativas	35
Gráfico 8 - Colaboradores por tipo de contrato de trabalho	36
Gráfico 9 - Habilitações literárias	36
Gráfico 10 - Recolha Seletiva Porta-a-Porta Vila Nova de Poiares	38
Gráfico 11 - Quilómetros efetuados pelas viaturas pesadas (circuitos de resíduos indiferenciados)	47

Gráfico 12 - Quilómetros efetuados por viaturas de biorresíduos	47
Gráfico 13 - Taxa de sucesso de atendimento telefónico	51
Gráfico 14 - Média mensal de atendimentos presenciais	52
Gráfico 15 - Balcão Digital e EEF	54
Gráfico 16 - Execuções fiscais	56
Gráfico 17 - Canais de cobrança	56
Gráfico 18 - Volumes de água faturados	58
Gráfico 19 - Volumes totais de água adquirida em "alta"	59
Gráfico 20 - Roturas por município em 2025	61
Gráfico 21 - Duração das falhas no abastecimento (não programadas)	63
Gráfico 22 - Duração média nas falhas no abastecimento (não programadas)	63
Gráfico 23 - % da qualidade da água	65
Gráfico 24 - Novos ramais de abastecimento de água	65
Gráfico 25 - Remodelação de ramais de abastecimento de água	66
Gráfico 26 - Serviços programadas nas redes de abastecimento de água	66
Gráfico 27 - Efluente entregue em "alta"	67
Gráfico 28 - Desobstruções na rede de saneamento	68
Gráfico 29 - Recolha de resíduos indiferenciados	72
Gráfico 30 - Recolha de resíduos indiferenciados e quantidade de clientes	73
Gráfico 31 - Manutenção corretiva e preventiva	75
Gráfico 32 - Número de intervenções nas viaturas	78
Gráfico 33 - Percentagem de processos por município	86



1 MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2025 decorreu num contexto exigente para a APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., S.A., refletindo os desafios que continuam a marcar o setor da água, saneamento e resíduos, particularmente nos territórios do interior. O ano foi pautado por um esforço consistente de consolidação operacional, reforço da eficiência e estabilização da atividade, num enquadramento financeiro que exige gestão prudente e rigorosa.

Durante o exercício verificou-se uma alteração na composição do Conselho de Administração, na sequência das eleições autárquicas realizadas em 2025 e da subsequente designação de novos membros pelos Municípios acionistas. Cumpre, neste contexto, expressar um agradecimento aos Municípios pela confiança depositada na nova administração, reafirmando o compromisso com uma gestão responsável, transparente e orientada para a sustentabilidade do sistema intermunicipal. O processo decorreu com normalidade institucional, assegurando continuidade na execução das prioridades estratégicas definidas.

No plano do investimento, 2025 correspondeu à consolidação dos efeitos do primeiro ciclo de investimentos realizado, cujo volume global ascendeu a cerca de 40 milhões de euros. Em abril de 2025, a APIN foi elegível para o mecanismo de overbooking do POSEUR, no montante global aproximado de 4,1 milhões de euros. Este reforço constitui um contributo relevante para o enquadramento financeiro do esforço de modernização levado a cabo e representa o reconhecimento da capacidade de execução demonstrada.

Os resultados operacionais continuam a evidenciar progressos, designadamente na redução das perdas de água. Entre 2020 e 2025, as perdas totais de água diminuíram mais de 11 pontos percentuais, traduzindo-se numa redução anual do volume de água aduzida ao sistema superior a 1,6 milhões de m³. Estes dados confirmam que os investimentos realizados na modernização das redes e no controlo ativo de fugas produzem efeitos estruturais, com impacto ambiental e económico positivo.

A conclusão deste ciclo de investimentos implicou igualmente um aumento do número de infraestruturas sob gestão da APIN. Esta nova realidade exige maior rigor na gestão de ativos, planeamento mais exigente da manutenção e utilização criteriosa dos meios disponíveis.

No plano interno, registou-se ao longo de 2025 uma redução do número de colaboradores. Esta evolução implicou um esforço acrescido por parte das equipas, que assumiram responsabilidades adicionais e asseguraram a continuidade das operações com elevado sentido de compromisso e profissionalismo.



A natureza dos serviços prestados pela APIN exige disponibilidade permanente, 24 horas por dia, 365 dias por ano, assegurando resposta contínua às populações e às ocorrências operacionais. Importa, por isso, reconhecer a dedicação e a capacidade de adaptação demonstradas pelos trabalhadores da APIN, cujo contributo tem sido determinante para manter os níveis de serviço e garantir a estabilidade operacional da empresa.

O ano de 2025 e o início de 2026 ficaram igualmente marcados por situações excecionais que testaram a resiliência dos sistemas e das equipas. O apagão energético ocorrido em abril de 2025, bem como o fenómeno meteorológico adverso verificado no início de 2026, exigiram mobilização técnica e operacional em condições particularmente exigentes. A continuidade dos serviços essenciais foi assegurada graças ao empenho, profissionalismo e espírito de missão das equipas que estiveram no terreno, muitas vezes em circunstâncias adversas, merecendo por isso um reconhecimento expresso.

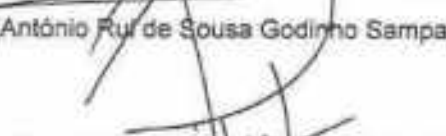
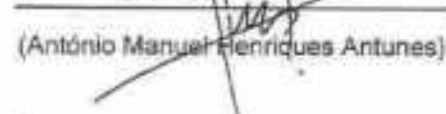
O exercício de 2025 evidencia uma melhoria significativa da eficiência operacional e dos indicadores económico-financeiros da empresa, traduzindo-se numa evolução positiva dos resultados face a exercícios anteriores. O caminho de consolidação iniciado começa a produzir efeitos visíveis, exigindo continuidade nas medidas de gestão prudente, controlo de custos e valorização dos ativos.

Encontra-se atualmente em consulta pública o novo Regulamento Tarifário promovido pela ERSAR, com potencial impacto na política tarifária das entidades gestoras. A APIN acompanhará este processo com especial atenção, reafirmando a posição de que os territórios de baixa densidade não podem ficar excessivamente condicionados por modelos tarifários de aplicação transversal que não reflitam adequadamente os custos de contexto associados à dispersão geográfica, à menor escala e às especificidades operacionais do interior. Neste enquadramento, a empresa mantém a convicção de que o princípio da tarifa única nacional constitui uma solução mais equilibrada e promotora da coesão territorial.

A APIN encontra-se já a planear o próximo ciclo de investimentos, orientado para o reforço da resiliência dos sistemas, a adaptação às alterações climáticas e a resposta a um enquadramento regulatório cada vez mais exigente. Este novo ciclo procurará consolidar os ganhos alcançados e fortalecer a capacidade da empresa para enfrentar desafios futuros com maior robustez técnica e operacional.

A APIN continuará a atuar com rigor, responsabilidade pública e espírito de cooperação com os Municípios acionistas, procurando reforçar a sustentabilidade do sistema intermunicipal e assegurar a prestação de serviços essenciais de qualidade às populações do Pinhal Interior.




(António Rui de Sousa Godinho Sampaio)
(António Manuel Henriques Antunes)
(Ana Soraia Leal Gomes)

2 QUEM SOMOS

Integram a APIN os Municípios de Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penela e Vila Nova de Poiares. A APIN opera no sector do ambiente, na sequência da autorização para a criação de um sistema intermunicipal de serviços de abastecimento público de água, saneamento de águas residuais e recolha de resíduos urbanos. A APIN cobre uma área de cerca de 1.700 km², com cerca de 66,3 mil habitantes, dos quais aproximadamente 53 mil são clientes.



Nos termos dos seus estatutos, a APIN tem por objeto a gestão de serviços de interesse geral, e mais concretamente a exploração e a gestão do Sistema Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, que agrega os sistemas municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos dos supracitados municípios, no respetivo território.

Esta atividade foi formalizada através de um Contrato de Gestão Delegada, celebrado a 2 de outubro de 2019, por um período mínimo de 30 anos contados a partir do dia seguinte ao termo do período de transição.

A APIN é regulada pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que estabelece o regime jurídico da atividade empresarial local e, subsidiariamente, pelo código das sociedades comerciais. Obedece ao regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, por força da Lei n.º 73/2013, de 13 de setembro e a Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, condicionando o regime de financiamento aos limites legais de endividamento municipal e demais regras aplicáveis.



Cadeia de Valor

As atividades de abastecimento público de água às populações, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos constituem serviços públicos de carácter estrutural, essenciais ao bem-estar geral, à saúde pública e à segurança coletiva das populações, às atividades económicas e à proteção do ambiente. Devem, por isso, obedecer a um conjunto de princípios, entre os quais se destacam a universalidade de acesso, a continuidade e a qualidade do serviço, a eficiência e a equidade de preços.

O setor de águas (o qual inclui o abastecimento público de água às populações e o saneamento de águas residuais urbanas) e gestão de resíduos contribuem significativamente para o desenvolvimento económico e social do País, tanto pela capacidade de gerar atividade económica e de criar emprego e riqueza, como pela crescente melhoria que tem conferido às condições de vida da população, gerando externalidades económicas noutros setores.

A cadeia de valor das atividades dos serviços de águas e resíduos permite compreender a sua complementaridade enquanto peças fundamentais do, tradicionalmente designado, saneamento básico (Figura 1).

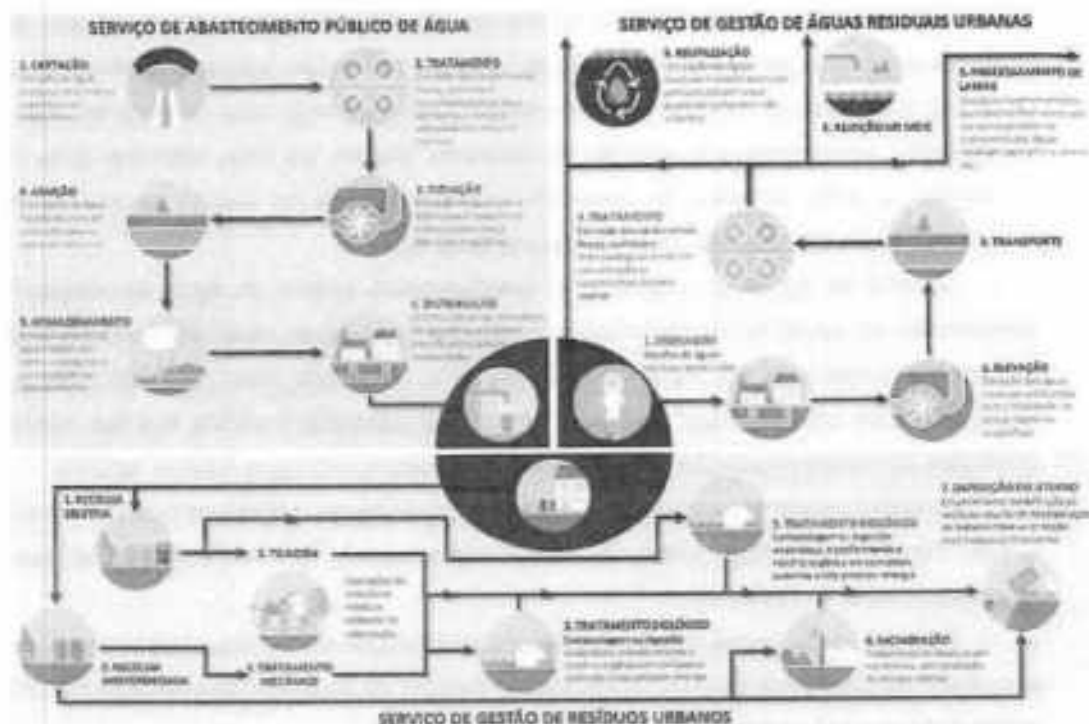
Esta estruturação dos sistemas conduziu a vantagens em termos de economias de escala e conduziu simultaneamente à divisão da cadeia de valor da prestação dos serviços considerando as fases do processo produtivo.

A gestão centralizada e integrada na região favorece o nível de serviço e poupança nos recursos.

Saliente-se que os centros de competências regionais em rede, permitem uma maior sustentabilidade ambiental e financeira e, são potenciadores de economias de escala, face a sistemas municipais isolados.



Figura 1 - Ciclo de vida do setor de águas e resíduos



Fonte: RASARP2024_Volume1

O ciclo urbano da água engloba todas as referidas fases para as atividades de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, desde a captação da água, até à rejeição final da água residual na natureza.

O serviço de gestão de resíduos urbanos compreende as etapas de recolha, transportes, triagem, valorização e eliminação dos resíduos provenientes das habitações:



3 A EMPRESA

Designação Social: APIN - Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., S.A.

Sede Social: Zona Industrial de Penela, Lote 15, 3230-347 Penela

Pessoa Coletiva: 515 515 507

Capital Social: € 1.100.000

Nº Registo na Conservatória do Registo Comercial de Penela: 515 515 507



Quadro 1- Estrutura organizativa²

Município	% Capital Social	Valor do Capital Social
Alvaiázere	8,98%	98 780 €
Ansião	13,73%	151 030 €
Castanheira de Pera	4,26%	46 860 €
Figueiró dos Vinhos	5,82%	64 020 €
Góis	7,20%	79 200 €
Lousã	18,39%	202 290 €
Pampilhosa da Serra	7,90%	86 900 €
Pedregão Grande	5,54%	60 940 €
Penacova	14,04%	154 440 €
Penela	6,77%	74 470 €
Vila Nova de Poiares	7,37%	81 070 €
Total	100,00%	1 100 000 €

A empresa situa-se no interior do País, NUTS III, e caracteriza-se por uma baixa densidade populacional, com municípios entre os 17 mil habitantes (Lousã) e os 2,7 mil habitantes (Castanheira de Pera).

² Na decorrência da decisão arbitral proferida no âmbito do Processo Arbitral n.º 15/2021/NS-RAP/ASB, foi determinada a desvinculação do Município de Penacova do Sistema APIN, com efeitos reportados a 31 de dezembro de 2020, o que resultou na nulidade de todas as deliberações da APIN subsequentes a essa data que tenham produzido efeitos relativamente ao Município de Penacova, na qualidade de acionista e entidade delegante. Não obstante, a participação correspondente ao capital social do Município de Penacova permanece registada, encontrando-se a APIN a desenvolver os trâmites formais necessários à amortização das respetivas ações, em conformidade com o estabelecido na decisão arbitral.



No quadro seguinte resumem-se os dados populacionais, de alojamentos e área dos municípios integrantes da agregação:

Quadro 2 – Dados populacionais

Município	População	Alojamentos	Área (km ²)
Alvalázere	6 479	5 728	160
Ansião	11 930	8 548	176
Castanheira de Pera	2 756	2 692	67
Figueiró dos Vinhos	5 325	4 905	173
Góis	3 822	5 048	263
Lousã	17 062	10 464	138
Pampilhosa da Serra	4 182	5 605	396
Pedregão Grande	3 718	3 569	129
Penela	5 714	4 382	132
Vila Nova de Poiares	7 261	4 439	84
Total	68 849	55 380	1 721

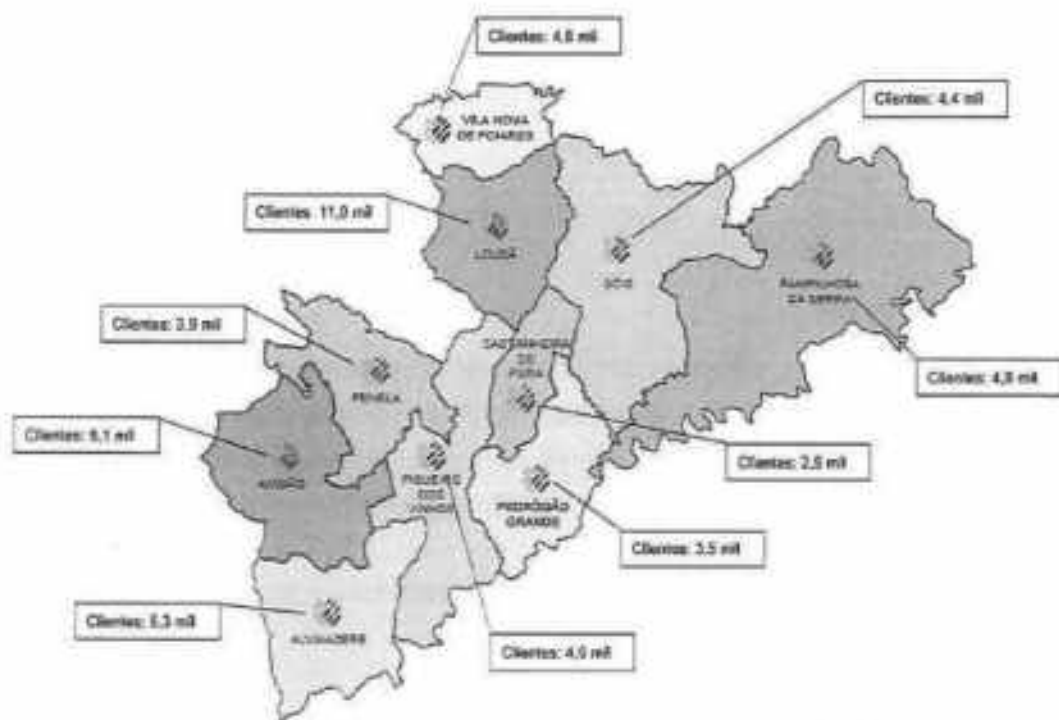
Estimativas Provisórias do INE de População Residente revistas em junho de 2024 - estimativas pós-censitárias assentes nos resultados dos Censos 2021 (incluam na população residente as pessoas desloçadas da Ucrânia beneficiárias do regime de Proteção Temporária em Portugal)

Os dez municípios que integram a APIN apresentam algumas características distintas, desde logo ao nível da população e área geográfica. Em termos populacionais, a população dos oito municípios menos populosos soma 39,3 mil habitantes, enquanto nos dois municípios mais populosos, Ansião e Lousã, ascendem a 29,6 mil habitantes.

Em termos de densidade populacional obtêm-se variações entre os 10,5 hab./km² (Pampilhosa da Serra) e os 127,6 hab./km² (Lousã).

A acessibilidade física e as taxas de atendimento dos serviços de abastecimento de água e de gestão de resíduos urbanos apresentam, de forma global, níveis satisfatórios, sendo igualmente positiva a qualidade da água distribuída. Persistem, contudo, em alguns municípios, taxas de atendimento do serviço de saneamento de águas residuais ainda aquém do desejável, não obstante as intervenções realizadas, em particular nos anos de 2022 e 2023. Importa recordar que, aquando da transferência da responsabilidade pela gestão destes serviços, se verificava uma insuficiente manutenção e renovação de condutas e coletores, bem como níveis elevados de perdas de água e infiltrações, circunstâncias que condicionaram a evolução inicial dos indicadores.

Figura 2 - Mapa geográfico da Empresa



3.1 Missão, Visão e Objetivos

3.1.1 Missão

Assegurar os serviços públicos de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e a gestão de resíduos urbanos de forma a garantir elevados níveis de qualidade de serviço ao menor custo para os utilizadores.

Os desafios que os referidos serviços enfrentam, exigem uma gestão mais profissional, com maior capacidade financeira, técnica e tecnológica e com uma dimensão capaz de garantir a sua sustentabilidade atual e também para as futuras gerações.

3.1.2 Visão

Ser reconhecida como referência empresarial no setor, pela qualidade do serviço que presta e pela competência profissional.

Assumir-se como uma empresa intermunicipal, orientada para estabelecer tarifários justos e equilibrados, que sejam:

- Socialmente acessíveis;





- Protetores do ambiente;
- Economicamente sustentáveis;
- Garantindo níveis de excelência consentâneos com as melhores práticas do setor, no que se refere a:
 - ✓ Rigor nos Investimentos;
 - ✓ Rigor na Gestão;
 - ✓ Rigor na Eficiência.

3.1.3 Objetivos

- Promover a qualidade do serviço prestado, potenciando a satisfação dos clientes;
- Aumentar a eficiência operacional, mantendo proximidade com os utilizadores;
- Garantir equidade entre os utilizadores, sendo socialmente responsável;
- Privilegiar a economia circular: redução, reutilização, recuperação e reciclagem de materiais e energia;
- Fomentar uma cultura de inovação, desenvolvimento e de melhoria contínua.

3.2 Órgãos Sociais

3.2.1 Assembleia Geral

A composição da Assembleia Geral da APIN a 31 de dezembro de 2025 é a seguinte:

- Presidente – Município da Alvaiázere, representado por: João Paulo Carvalho Guerreiro;
- Secretário – Município de Ansião, representado por: Jorge Humberto Fernandes Cancelinha.

3.2.2 Conselho de Administração

A composição do Conselho de Administração a 31 de dezembro de 2025 é a seguinte:

- Presidente – Município de Góis, representado por: António Rui de Sousa Godinho Sampaio;
- Vogal – Município da Castanheira de Pera, representado por: António Manuel Henriques Antunes;
- Vogal – Município de Pedrógão Grande, representado por: Ana Soraia Leal Gomes.

O Conselho de Administração delega a gestão corrente da empresa numa Comissão Executiva, fixando-lhas os limites de delegação.



O Conselho de Administração da APIN sofreu alterações na sua composição durante o ano de 2025, na sequência das eleições autárquicas realizadas em 2025 e da subsequente designação de novos membros pelos Municípios acionistas

3.2.3 Fiscal Único

- Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados, SROC, S.A., representado por: Bruno José Machado de Almeida.

Como Fiscal Único suplente: José Joaquim Marques de Almeida

3.3 Estrutura Organizacional da APIN

3.3.1 Regional

Face à elevada área geográfica, à baixa densidade populacional e ao elevado cumprimento de rede de águas por alojamento, determinou-se que os serviços operacionais não se deviam concentrar todos num único local.

Efetivamente, ainda que estes serviços se localizassem no centro de gravidade da região, as distâncias a percorrer implicariam ineficiências em termos de custos de transporte e tempo despendido. Assim, optou-se por uma organização com três níveis de funcionalidades:

- Uma Sede;
- Três Polos Operacionais;
- Centros Operacionais².

Com estes pressupostos, obteve-se uma estrutura otimizada, eficiente e com elevada capacidade de decisão e resposta.

A **Sede**, que está localizada no Município de Penela, concentra todos os serviços de suporte, nomeadamente:

- Administração;
- Primeiras linhas de Direção: Comercial, Administrativa e Financeira, Exploração e Manutenção e Engenharia e Qualidade;
- Planeamento, Projetos e Obras, SIG e Segurança e Saúde no Trabalho;
- Gestão dos processos de Faturação e Cobrança;
- Gestão de Reclamações;
- Recursos Humanos;
- Contabilidade e Controlo de Gestão;

² A 31 de dezembro de 2025 encontravam-se em funcionamento oito centros operacionais.





- Incentivos Financeiros e Aprovisionamento;
- Serviços Administrativos;
- Apoio Informático;
- Certificação.

Os **Polos Operacionais**, localizados nos Municípios da Lousã (Polo 1), Pampilhosa da Serra (Polo 2) e Penela (Polo 3), concentram os serviços operacionais transversais a todos os municípios, designadamente:

- Gestão de produção de água e de tratamento e rejeição de efluentes (Operação, manutenção e exploração dos sistemas em "alta");
- Armazéns e oficinas;
- Recolha de Resíduos Urbanos;
- Parque de veículos especiais e de inertes;
- Manutenção preventiva.

O edifício do Polo Operacional da Lousã possui instalações para os serviços de Controlo de Qualidade, para o Centro de Gestão de Operações e para a Telegestão.

Figura 1 - Estrutura organizacional



Os **Centros Operacionais**, localizados nos Municípios de Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penela e Vila Nova de Poiares, asseguram o serviço e proximidade à população, concentrando concretamente:

- Operação de redes de água e saneamento em "baixa";

- Manutenção curativa (roturas, colapsos, etc.) das redes de água e saneamento em "baixa";
- Serviços de atendimento ao público;
- Leituras de contadores.

Por uma questão de organização, os Municípios de Ansião e Alvalázere partilham instalações com o Polo de Penela.

Os Polos e os Centros Operacionais garantem, a todos os municípios, proximidade do serviço à população e capacidade de resposta descentralizada.

Para reduzir sobreposições de dimensionamento de escritórios e pessoal, a Sede coincide com um dos Polos Operacionais e cada Polo Operacional coincide com um Centro Operacional.

3.3.2 Funcional

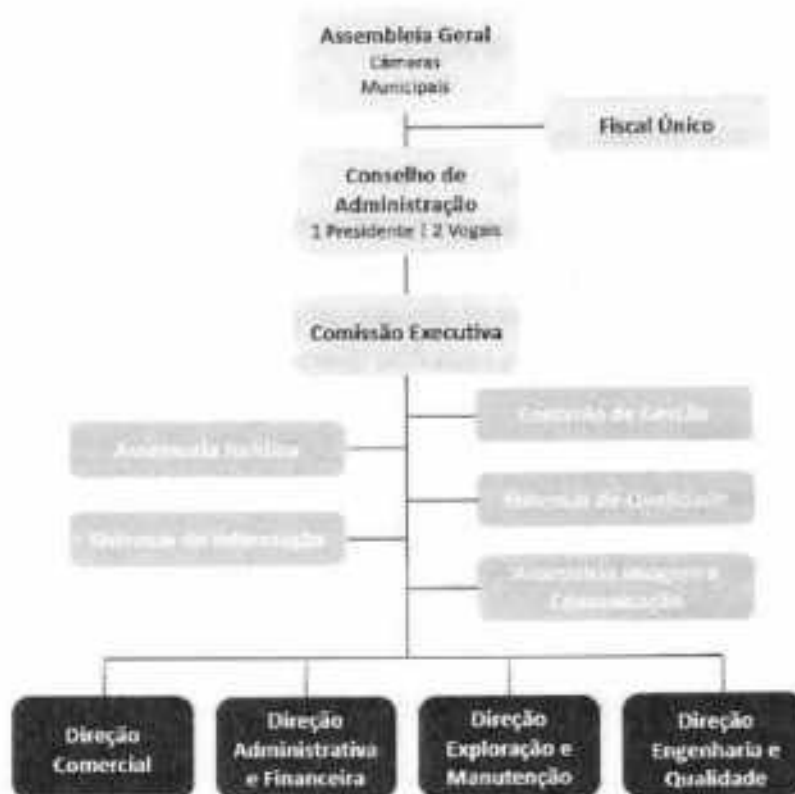
3.3.2.1 Organograma

O organograma da APIN é composto por:

- Órgãos Sociais;
- Comissão Executiva;
- 5 Unidades de suporte à Comissão Executiva;
- 4 Direções;
- 19 Áreas operacionais.



Figura 4 - Organização da Empresa



3.3.2.2 Aspectos relacionados com os trabalhadores

Segundo o artigo 28.º da Lei n.º 50/2012, o estatuto do pessoal das empresas é o do regime do contrato individual de trabalho (sendo assim o mesmo regulado pelo direito privado), havendo lugar a exercício de funções, por parte de trabalhadores que exerciam funções públicas, através de acordo de cedência de interesse público, aplicando-se, então, as regras de direito administrativo.

Nota-se que, os direitos e regalias dos trabalhadores que transitaram em regime de cedência mantêm-se inalterados. Além disso, a transição para a nova estrutura agregada aconteceu numa base voluntária.

A empresa intermunicipal implementa ainda políticas de recursos humanos orientadas para a sua valorização e promoção da igualdade (em conformidade com o artigo 50.º do DL n.º 133/2012).

No final de 2025 verificava-se a existência de 26 colaboradores que transitaram das Câmaras Municipais para a APIN ao abrigo de Acordos de Cedência.



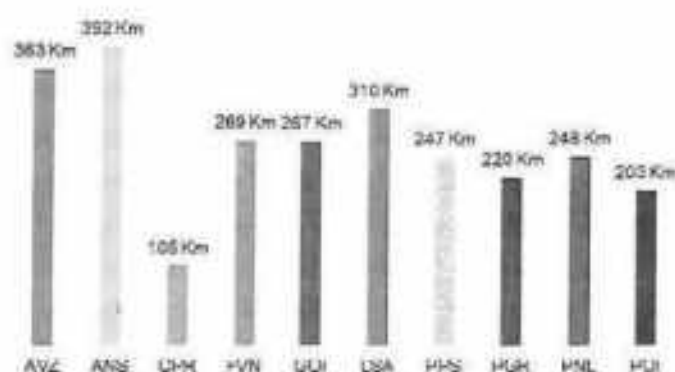
3.4 Caracterização da situação atual

A gestão das diferentes fases do ciclo urbano da água em que a APIN tem intervenção - captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, saneamento de águas residuais urbanas e recolha de resíduos urbanos - mantém-se orientada pelos princípios fundamentais da sustentabilidade da qualidade do serviço prestado aos seus clientes e utilizadores.

A acessibilidade física e a taxa de atendimento do serviço de abastecimento de água e do serviço de gestão de resíduos urbanos e a qualidade da água são globalmente boas, havendo alguns municípios com baixas taxas de atendimento do serviço de saneamento de águas residuais.

A 31 de dezembro de 2025 existiam nos sistemas de abastecimento de água, 288 captações, 2.624 km de redes, 59 estações de tratamento de água, 403 reservatórios, 71 estações elevatórias de abastecimento de água e 129 pontos de entrega ("alta").

Gráfico 1 - Km de rede de abastecimento de água



Dos 2.624 km de rede de abastecimento de água, os maiores destaques vão para os concelhos de Ansião e de Alvalázere com 392 km e 363 km, respetivamente.

Nos sistemas de saneamento existiam 748 km de redes, 31 ETAR, 50 fossas sépticas coletivas, 88 estações elevatórias e 171 pontos de recolha em "alta".

Os resíduos urbanos contavam com 10.777 contentores (10.393 contentores de resíduos indiferenciados e 384 de Biorresíduos) e 35 viaturas funcionais.



4 REGULAÇÃO

A atividade da APIN está sujeita à regulação económica por parte da ERSAR e rege-se igualmente pelo disposto nos respetivos diplomas constituintes e estatutários, bem como pelo Contrato de Gestão Delegada. As disposições legais e estatutárias, assim como o Contrato de Gestão Delegada, estabelecem obrigações mínimas do serviço público, definem o plano de investimentos.

Os serviços prestados assentam nos princípios da defesa do interesse público, do carácter integrado dos sistemas, da eficiência produtiva e da prevalência da gestão empresarial, alinhados com as políticas públicas e os planos estratégicos sectoriais nacionais.

A atividade da APIN, de exploração de sistemas de titularidade municipal, obedece ao Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, na sua redação atual.

4.1 Regulamento de Serviço APIN

Pretende-se que a gestão da APIN seja realizada de acordo com os normativos nacionais e internacionais, de modo a assegurar um correto cumprimento do desígnio da empresa.

O regulamento de serviço constitui o principal instrumento que regula as relações entre a Entidade Gestora e os utilizadores, pelo que deve conter, de forma clara e detalhada, o conteúdo e a forma de exercício dos direitos e deveres dos utilizadores, por força do dever de informação que impende sobre o prestador de serviços públicos essenciais, nos termos do disposto no artigo 5.º da Lei n.º 23/96, de 26 de Julho, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 12/2008, de 26 de Fevereiro, designada por Lei dos Serviços Públicos Essenciais.

Tal como disposto no n.º 8 da Cláusula 12.ª do Contrato de Gestão Delegada e até que seja aprovado o regulamento definitivo, mantém-se em vigor, com aplicação a todo o Sistema, o regulamento de serviço vigente à data do termo do Período de Transição num dos municípios da área territorial abrangida escolhido pela Entidade Gestora, em tudo o que não seja contrariado pelo Contrato de Gestão Delegada e pela lei.

O regulamento de serviço escolhido pela Entidade Gestora para aplicar até ser aprovado o regulamento definitivo foi o do Município de Góis. Assim, e até à entrada em vigor do regulamento de serviço proposto pela empresa, é aplicável o regulamento do Município de Góis, em tudo quanto não contrarie as condições definidas no contrato de gestão delegada. Importa referir que o projeto de Regulamento Geral dos Serviços de Abastecimento de Água, de Saneamento de Águas Residuais Urbanas e de Gestão de Resíduos Urbanos da APIN foi publicado em Diário da República em 28 de novembro de 2019 e submetido à apreciação dos

municípios integrantes do sistema. Nos termos do modelo de governação adotado, a sua entrada em vigor depende da aprovação por todas as Entidades Delegantes. Até à presente data, não foi ainda possível concluir este processo, por não ter sido obtida a unanimidade necessária entre os municípios acionistas.

4.2 Regulação Económica

A atividade da APIN está regulada e sujeita à intervenção da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) nos termos definidos na Lei n.º 10/2014, de 6 de março, no que diz respeito à regulação económica, regulação da qualidade de serviço, da interface com o utilizador, exercendo ainda a ERSAR a atribuição de autoridade competente para a coordenação e a fiscalização do regime da qualidade da água para consumo humano.

4.3 Regulação da Qualidade do Serviço

A APIN está sujeita à intervenção da ERSAR quer em termos de qualidade de serviço quer no controlo da qualidade da água para consumo humano.

Desta regulação, resulta o controlo da qualidade da água para consumo humano, de acordo com os parâmetros legais e regulamentares aplicáveis.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 69/2023, de 21 de agosto, na redação atual, a APIN deve elaborar anualmente o Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA), e submeter para aprovação da ERSAR, cabendo a esta entidade coordenar e a fiscalizar a respetiva implementação.

No cumprimento da legislação, a APIN implementa o PCQA, sendo as situações de incumprimento dos valores paramétricos comunicadas às entidades competentes. Em dezembro de 2025, o PCQA de 2026 da APIN foi aprovado pela ERSAR.

4.4 Política de Privacidade

Para exercer a sua atividade, a APIN recolhe e processa dados pessoais de vários titulares, nomeadamente clientes, colaboradores, fornecedores, entre outros. O objetivo desta política é descrever as orientações da APIN para garantir a proteção dos dados pessoais de todos os que interagem com a nossa empresa. Este documento apresenta orientações para agir com integridade e em conformidade com os requisitos regulatórios no âmbito da proteção dos dados, devendo ser respeitado por todos os colaboradores da APIN.



5 INDICADORES DO ANO 2025

No presente capítulo é apresentada informação relativa a quatro aspetos fundamentais da gestão, designadamente: posição económico-financeira, contratação pública, candidaturas a fundos não reembolsáveis e recursos humanos.

5.1 Posição Económico-Financeira

A posição Económico-Financeira da empresa a 31 de dezembro de 2025 foi a seguinte:

Gráfico 2 – Balanço de 2025



A APIN apresentou um total de Balanço de € 58,1 milhões. O Capital Próprio cifrou-se em € 21,4 milhões, que contempla € 1,1 milhões de Capital Social, € 155,6 mil de Reservas Legais, € 2,8 milhões de Resultados Transitados, € 18,0 milhões de Outras Variações do Capital Próprio e - € 608,4 mil de Resultado Líquido do Período. O total do Passivo foi de € 36,7 milhões.

5.2 Aprovisionamento - Contratação Pública

Na aquisição de bens/serviços, locação e empreitadas, a APIN rege-se pelo Código dos Contratos Públicos, utilizando a plataforma eletrónica ACINGOV para o desenvolvimento dos vários tipos de procedimento, garantindo a transparência efetiva sobre todas as suas compras relevantes. A contratação pública permite à APIN uma melhor alocação dos seus recursos financeiros, gerando uma poupança no ato de contratação.



Ao longo do ano de 2025 foram tramitados diversos procedimentos de contratação, nas mais variadas vertentes, no sentido de assegurar o normal funcionamento da empresa.

De forma a transmitir uma ideia mais abrangente da vertente da contratação pública, ao longo do ano de 2025 foram desenvolvidos 96 procedimentos de contratação (mais 4 procedimentos face ao ano de 2024), no valor de € 4,5 milhões (não considerando a contratação por ajuste direto simplificado), dos quais 11 dizem respeito a empreitadas, 36 a aquisições de bens, 47 a aquisição de serviços e 2 a locação operacional de bens móveis.

No gráfico seguinte, apresenta-se o número de adjudicações contratualizadas por tipo de procedimento:



No gráfico seguinte, apresenta-se os valores contratualizados por tipo de procedimento:



Nos gráficos acima é possível verificar que a maior fatia da despesa diz respeito a Concursos Públicos no valor de aproximadamente € 2,5 milhões, representando cerca de 55,1%.

do total de contratações. Relativamente ao número de adjudicações contratualizadas, cerca de 49,0% dizem respeito a contratações por consulta prévia.

5.3 Candidaturas a apoios financeiros

Durante o ano de 2025 a APIN submeteu candidaturas a apoios financeiros ao Centro 2030, ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e ao Fundo Ambiental, que serão explanados de seguida:

I. Centro 2030 – reabilitação/licenciamento de dez Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR).

A candidatura para este apoio financeiro não reembolsável visa a reabilitação de 10 ETAR localizadas nos Municípios de Góis, Castanheira de Pera, Pampilhosa da Serra e Vila Nova de Poiares. O valor da candidatura é de € 1.2 milhões prevendo-se uma comparticipação de 85%. A operação tem como objetivo a modernização e requalificação destas infraestruturas, atualmente com limitações técnicas e tecnológicas decorrentes da sua antiguidade, procurando melhorar o seu desempenho operacional, reforçar a fiabilidade dos sistemas e assegurar o cumprimento integral dos requisitos ambientais aplicáveis. Com esta candidatura pretende-se ainda reduzir custos de operação e manutenção com a implementação de sistemas de monitorização remota que permitam o controlo em tempo real e gestão preditiva.

As intervenções propostas inserem-se na Prioridade de Investimento RSO2.6 – Promoção do acesso à água e da sua gestão sustentável, prevista no Centro 2030, e visam garantir o cumprimento da Diretiva 91/271/CEE relativa ao tratamento de águas residuais urbanas, bem como os objetivos do Plano de Gestão da Região Hidrográfica (PGRH).

O procedimento encontra-se em fase de tramitação de acordo com o Código dos Contratos Públicos. Prevê-se a sua conclusão até 30/03/2026, prazo que permitirá a adjudicação, assinatura do contrato e obtenção das autorizações necessárias para o início dos trabalhos.

II. Plano de Recuperação e Resiliência – SIG partilha de serviços de dados.

Esta candidatura, já aprovada, oferece um apoio financeiro não reembolsável no montante de € 50,8 mil com uma taxa de comparticipação de 100%. Os principais objetivos desta candidatura são de aumentar o conhecimento infraestrutural relativo a infraestrutura de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais para os Municípios de Alvaiázere,



Castanheira de Pera e Figueiró dos Vinhos e de resíduos sólidos urbanos para a totalidade dos municípios sobre gestão delegada da APIN, de melhorar a qualidade da informação alfanumérica e geográfica do nosso sistema de gestão de clientes, integrando informação relativa à localização e à caracterização dos endereços com distribuição postal associados a divisões administrativas, códigos postais e coordenadas geográficas. A aquisição de software e hardware permite manusear e atualizar toda esta informação cadastral para posteriormente ser disponibilizada. Até ao final de 2025 não foi ainda efetuado qualquer pagamento associado a esta candidatura, encontrando-se o processo em fase de tramitação nos termos previstos.

III. Fundo Ambiental - Apoio à implementação de projetos de recolha seletiva de biorresíduos - Devolução do valor da Taxa de Gestão de Resíduos (TGR)

Com o PERSU 2030, pretende-se, garantir a compatibilização das ações a desenvolver com o pacote financeiro previsto no âmbito do Portugal 2030, prevendo a devolução da TGR para reinvestimento em projetos que promovam a recolha seletiva e o tratamento na origem de biorresíduos, bem como, a modelação da componente dos valores de contrapartida aplicados pelas entidades gestoras de fluxos específicos de resíduos, no contexto da responsabilidade alargada do produtor, que permita suportar os custos desde a recolha do resíduo até ao seu encaminhamento para tratamento pelo operador de gestão de resíduos, sem descurar a garantia da sustentabilidade do setor.

Neste sentido o projeto "Recolha Bio – Apoio à implementação de projetos de recolha seletiva de biorresíduos 2023" que tem como finalidade "A distribuição da verba por município e CIM/AM foi efetuada com base nos valores da TGR efetivamente liquidadas em 2022 e 2023.

Enquadrada neste mecanismo, a APIN deu continuidade a iniciativas já existentes de valorização de biorresíduos, reforçando, em particular, o desvio de resíduos biodegradáveis de aterro através da promoção da compostagem doméstica. A operação apresentada prevê a distribuição de compostores aos utilizadores dos diversos municípios do sistema, incentivando o tratamento na origem e a redução da fração indiferenciada.

O apoio financeiro concedido pelo Fundo Ambiental apresenta uma taxa de comparticipação de 100%, com um montante global aprovado de 345,8 mil euros, tendo sido recebido até 31 de dezembro de 2025 o valor de 45,4 mil euros.

Com a implementação desta medida, pretende-se demonstrar, de forma quantitativa, o aumento do tratamento na origem de biorresíduos e a correspondente redução da deposição em aterro, contribuindo para o cumprimento das metas ambientais aplicáveis.





6 PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

O ano de 2025 consolidou-se como um período de decisões estruturantes para o setor do ambiente em Portugal, marcado pelo lançamento de novas estratégias nacionais e pela aceleração de investimentos em infraestruturas resilientes.

Em março de 2025 o Governo apresentou o programa estratégico "**Água que Une**". Com um investimento estimado de 5 mil milhões de euros até 2030, esta estratégia mobiliza 294 medidas e assume uma transformação estrutural na forma como Portugal gere os seus recursos hídricos. A prioridade é garantir a segurança do abastecimento, promover a eficiência e modernizar a gestão da água, através de tecnologia e planeamento de longo prazo.

A "**Água que Une**" está organizada em três grandes pilares:

- ✓ **Eficiência hídrica:** menos perdas, mais reaproveitamento e otimização das infraestruturas existentes;
- ✓ **Resiliência hídrica:** construção de novas barragens, no reforço das interligações entre bacias e no reforço da capacidade de armazenamento;
- ✓ **Inteligência:** digitalização do ciclo da água, gestão integrada e capacitação institucional.

Em abril de 2025 a Associação Portuguesa de Estudos de Saneamento Básico (APESB) organizou o **17.º Congresso da Água** que se discutiu a gestão estratégica dos recursos hídricos num contexto de crescente pressão climática. Após o término deste congresso ficou reforçada a urgência de passar do planeamento à execução, centrando-se na segurança hídrica como prioridade nacional. O consenso entre os especialistas apontou para a necessidade imperativa de diversificar as origens de água, destacando que a reutilização de águas residuais tratadas (ApR) e a dessalinização são agora componentes essenciais, e não apenas complementares, do sistema hídrico português, especialmente no sul do país.

Outra conclusão fundamental incidiu na digitalização e inteligência de dados, sublinhando que a sustentabilidade do setor depende da capacidade das entidades gestoras em reduzir as perdas reais de água através de redes inteligentes.

Em novembro de 2025 a Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas (APDA) organizou o **Encontro Nacional de Entidades Gestoras de Água e Saneamento**. O foco central desta edição foi a eficiência e a transformação digital, com um destaque particular para a integração de Inteligência Artificial e sensores IoT na gestão de redes de abastecimento e saneamento.

Em dezembro de 2025 a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) apresentou o **Relatório do Estado do Ambiente 2025** ao qual foram evidenciados progressos relevantes no setor da



água, nomeadamente na qualidade da água para consumo humano com 98,77% em 2023, e progressos na monitorização digital e produção de água para reutilização. No entanto, foram apresentadas fragilidades na disponibilidade de recursos hídricos e obsolescência das infraestruturas de distribuição. Na gestão de resíduos urbanos a deposição em aterro continua elevada, representando 59% do destino final dos resíduos urbanos.

No que respeita à atividade da APIN, os principais acontecimentos e fatores que influenciaram o desempenho no exercício de 2025 foram os seguintes:

a) Em 2025 a APIN recebeu os seguintes apoios financeiros:

- ✓ Em 2025, a APIN recebeu 3,5 milhões de euros em comparticipações no âmbito do mecanismo de overbooking do POSEUR, na sequência do elevado grau de execução do plano de investimentos realizado e do reconhecimento da sua elegibilidade para financiamento adicional.

Tipologia		Overbooking 2025
AA	Fecho de Sistemas	102 977 €
	Redução de Perdas	1 042 528 €
	Subtotal	1 145 505 €
AR	Fecho de Sistemas	2 301 363 €
	Subtotal	2 301 363 €
RU	Bioresíduos	83 281 €
	Subtotal	83 281 €
TOTAL		3 530 249 €

- b) Tal como referido no ponto anterior a APIN submeteu três candidaturas a apoios financeiros, num total de € 1,6 milhões.
- c) Em 2025 verificou-se um acréscimo de 475 clientes no serviço de saneamento, resultado do trabalho desenvolvido na ampliação da rede e na promoção da ligação dos utilizadores ao sistema, contribuindo para a melhoria da taxa de cobertura e para o reforço das condições ambientais do território.
- d) A água não faturada diminuiu em 2025 para 46,1% (51,3% em 2024 e 55,1% em 2023).
- e) Os incêndios que afetaram a região centro em agosto de 2025 causaram danos nas infraestruturas de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e resíduos urbanos sob a gestão da APIN, nos Municípios de Góis, Lousã e Pampilhosa da Serra, conforme pode ser visualizado no quadro seguinte:



Quadro 5 – Descrição global dos danos

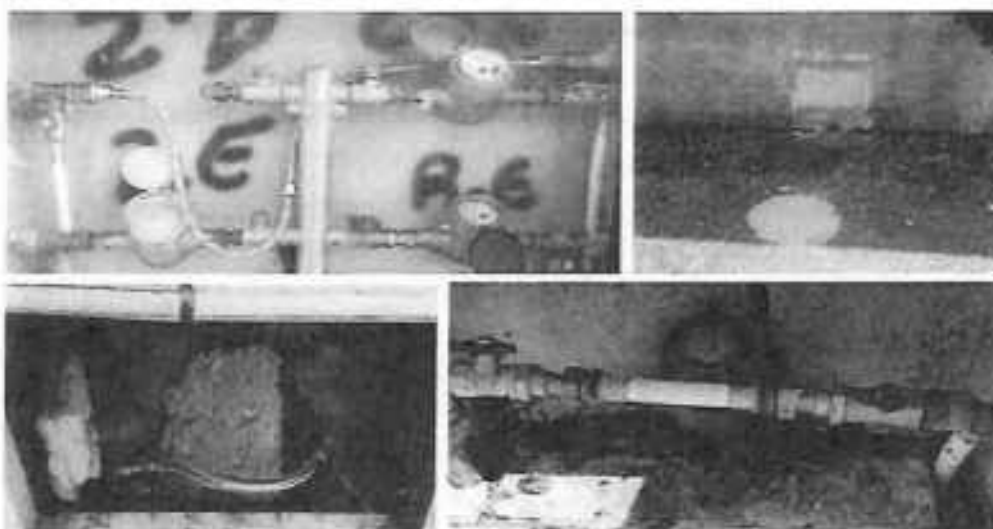
Tipologia	Tipos de infraestruturas afetadas	Natureza dos danos observados
Abastecimento de Água	Redes de distribuição, ramais, condutas expostas, captações, estações de bombagem	Queima de condutas aéreas ou expostas; isolamento ou danificação de ramais de ligação; danos em infraestruturas de superfície.
Saneamento de Águas Residuais	Redes de coletores, emissários, estruturas de suporte e poços de inspeção	Danos por calor extremo; colapsos ou fissuras em tubos; entupimentos provocados por depósitos de cinza/árvores caídas; danos nas entradas de inspeção ou estruturas acima do solo.
Resíduos Urbanos	Contentores de resíduos urbanos	Queima ou fusão parcial; deformação; desaparecimento ou destruição total; necessidade de substituição completa.

Para além da destruição física de equipamentos, este incêndio teve impacto operacional e de serviço, nomeadamente:

- Interrupções de serviço de abastecimento de água em algumas localidades nos três municípios, com necessidade de uso de soluções de contingência ou abastecimento alternativo;
- Retardamento ou impossibilidade da recolha de resíduos nas zonas mais afetadas enquanto não foram substituídos os contentores danificados;
- Acesso rodoviário / de manutenção às infraestruturas que ficou dificultado devido a estradas cortadas ou perigosas por contato com fogo ou quedas de árvores;
- Custos adicionais associados à mobilização extraordinária de equipas de reparação/limpeza e aquisição de materiais de substituição.



- f) Na sequência das eleições autárquicas de 2025 e da designação de novos representantes pelos municípios acionistas, foi constituída, em novembro de 2025, uma nova composição dos órgãos sociais da APIN. A presidência da Assembleia Geral passou a ser exercida pelo Presidente do Município de Alvaiázere, João Paulo Carvalho Guerreiro, e a presidência do Conselho de Administração pelo Presidente do Município de Góis, António Rui de Sousa Godinho Sampaio.
- g) À semelhança do que tem vindo a ocorrer em anos anteriores, a APIN manteve em 2025 ações de monitorização e fiscalização destinadas à deteção de utilizações indevidas da rede de abastecimento. No decurso do exercício foram identificadas 10 situações de ligações diretas, representando um acréscimo face ao ano anterior. Sempre que detetadas, estas ocorrências são objeto de interrupção imediata do fornecimento e de comunicação às entidades competentes, nos termos legais aplicáveis. As situações mais frequentes referem-se a ligações realizadas a montante do contador, manipulação de equipamentos de medição e utilizações indevidas através de bocas de incêndio.



7 ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE

7.1 Enquadramento

Pela sua relevância no setor, o Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, é o principal referencial normativo para os serviços públicos de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de recolha de resíduos urbanos obedecem.

Neste contexto, os princípios pelos quais os mencionados serviços públicos se regem são os seguintes:

- ✓ A garantia da qualidade do serviço e da proteção dos interesses dos utilizadores;
- ✓ A proteção da saúde pública e do ambiente;
- ✓ A promoção tendencial da sua universalidade e a garantia da igualdade no acesso;
- ✓ O desenvolvimento da transparência na prestação de serviços;
- ✓ A promoção da solidariedade económica e social, do correto ordenamento do território e do desenvolvimento regional;
- ✓ A garantia da eficiência e melhoria contínua na utilização dos recursos afetos, respondendo à evolução das exigências técnicas e às melhorias técnicas ambientais disponíveis.

Os princípios referidos devem ser aplicados com eficácia, assegurando elevados padrões de qualidade ao menor custo possível para os utilizadores.

Sustentando a sua atuação num compromisso de promoção da melhoria do capital natural e humano em benefício das populações atuais e das gerações futuras, a APIN assume a sustentabilidade nos alicerces da sua estratégia de gestão, enquanto potenciadora da criação de valor para todas as partes interessadas.

7.2 Linhas Estratégicas

Serão garantidas as condições financeiras que permitam a sustentabilidade operacional da empresa, tendo em vista o cumprimento da missão, da visão e dos objetivos da APIN, nomeadamente ao nível dos custos de exploração e investimento.

Sem comprometer os pressupostos que conduziram à criação da empresa e que delimitaram os objetivos definidos, os órgãos executivos irão procurar implementar medidas que irão contribuir para as orientações estratégicas assim explanadas:

- Aumentar a taxa de cobertura da rede de saneamento de águas residuais;



- Reduzir as perdas de água aumentando os níveis de eficiência na gestão do recurso "Água";
- Diminuir as afluências indevidas à rede de saneamento, nomeadamente, das águas pluviais cujo peso é expressivo e afeta em demasia o custo do seu tratamento;
- Estabelecer contratos de fornecimento de bens e serviços com fornecedores que partilham dos nossos princípios e ética empresarial, e adquirir produtos e serviços energeticamente eficientes;
- Assegurar a prestação de um serviço sustentável e inovador, focado no cliente e nas demais partes interessadas, respeitando a comunidade envolvente e o ambiente, promovendo a colaboração e a partilha de informação e conhecimento;
- Garantir que os trabalhadores encontram todos os dias um local de trabalho cada vez mais seguro e saudável, integrando aspetos da Segurança e Saúde no Trabalho na gestão dos nossos negócios, para que todas as atividades sejam consideradas sob a perspetiva da prevenção e da minimização dos respetivos riscos;
- Conferir responsabilidade e motivação dos trabalhadores para um desempenho de elevado nível, fomentando o trabalho em equipa, transversal à empresa e promovendo a formação contínua;
- Prestar um serviço de alta qualidade, assegurando o cumprimento da legislação nacional e comunitária;
- Renovação do parque de contentores, e com o aumento do número médio de lavagens;
- Garantir a acessibilidade económica das famílias, através de um tarifário sustentável (tarifário social).



8 GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

A gestão dos recursos humanos da APIN desenvolveu-se de forma integrada e articulada com os objetivos da Empresa, com vista à melhoria dos serviços públicos prestados às populações e ganhos de eficácia da gestão global da APIN, nas diferentes vertentes.

Em consonância com a estrutura organizacional, foi dimensionada a estrutura de pessoal, tendo em consideração:

- O pessoal afeto aos serviços de águas e resíduos em cada município;
- As necessidades específicas da estrutura agregada;
- A otimização e eficiência dos serviços.

Adicionalmente, atendeu-se à organização regional, adequando a estrutura funcional aos diferentes níveis de descentralização – Polos e Centros Operacionais.

Assim, a 31 de dezembro de 2025 estavam ocupados 176 postos de trabalho, que se detalham e distribuem da seguinte forma:

- Sede: 30 colaboradores;
- Polos Operacionais: 78 colaboradores;
- Centros Operacionais: 68 colaboradores.

Figura 5 - Número de colaboradores



* acumula funções na Direção de Engenharia e Qualidade

A estrutura dos Recursos Humanos da APIN resultou da integração de trabalhadores provenientes dos municípios, em regime de "Acordo de Cedência por Interesse Público", e da contratação de técnicos especializados com o intuito de fortalecer as competências da atividade operacional da empresa e também de suporte à Administração.

Durante o ano de 2025 ocorreram 18 cessações das quais quatro por aposentação. Não existiram admissões durante o ano de 2025.

Os 176 colaboradores estão distribuídos por género e por direcção, da seguinte forma:

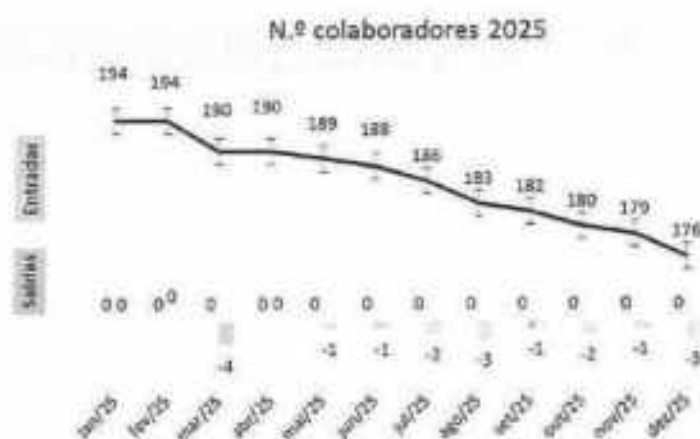
Quadro 4 - Colaboradores por género e por direcção

Direção	2025			2024			2023		
	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total
Estrutura	2	1	3	2	1	3	2	1	3
Direção Administrativa e Financeira	4	9	13	4	9	13	5	9	14
Direção Comercial	17	11	28	19	11	30	20	12	32
Direção Exploração e Manutenção	121	2	123	135	3	138	145	3	148
Direção Engenharia e Qualidade	6	3	9	6	4	10	6	4	10
Total	150	26	176	166	28	194	178	29	207

A maioria dos colaboradores da APIN desempenha funções nas áreas de operação e manutenção. O facto de existirem muito poucas mulheres em funções enquadradas nas áreas de operação e manutenção influencia significativamente a estatística global.

O gráfico seguinte apresenta a evolução do número de trabalhadores no decorrer do ano de 2025.

Gráfico 3 - Evolução do número de colaboradores





A distribuição evidencia uma maior representatividade do sexo masculino, particularmente nas áreas operacionais e de manutenção, o que se encontra diretamente associado à natureza das funções desempenhadas, maioritariamente de carácter técnico-operacional e fisicamente exigente.

Nas atividades associadas à estrutura da empresa (administrativas), a representação é mais equilibrada, tal como se pode verificar nos seguintes gráficos:

Gráfico 8 - Distribuição por género do total de colaboradores - Gráfico 9 - Distribuição por género em funções administrativas



O acesso às funções da APIN é, contudo, formalmente neutro do ponto de vista do género, não existindo critérios diferenciados de recrutamento, seleção ou progressão em função do sexo.

A média de idades dos colaboradores da APIN, à data de 31 de dezembro de 2025, era de 47 anos (45 no ano anterior), distribuída pelos seguintes níveis etários:

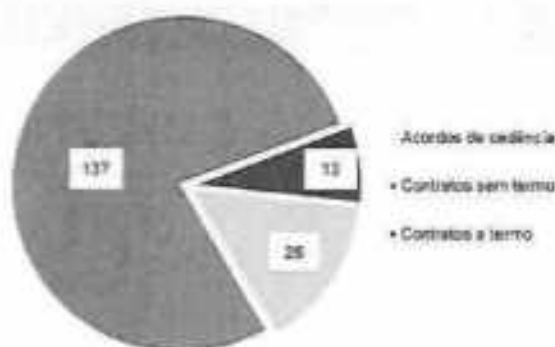
Gráfico 10 - Idade dos colaboradores por escalões etários

Escalões Etários	Homens	Mulheres	Total
19-27	2	11	13
28-36	4	24	28
37-45	13	27	40
46-54	6	49	55
55-63	1	25	26
>64	0	14	14
Total	26	150	176

Atualmente existem três tipos de contratos: acordo de cedência, contrato a termo e contrato sem termo. O número de trabalhadores no final de dezembro de 2025, por tipo de contrato, encontrava-se assim repartido:

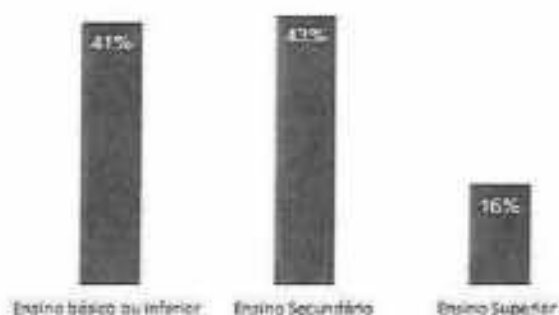


Gráfico 8 – Habilitações literárias por tipo de contrato e de trabalho



As habilitações literárias dos colaboradores da APIN estão distribuídas da seguinte forma:

Gráfico 9 – Habilitações literárias



A formação profissional, enquanto instrumento de valorização das competências técnicas, sociais e de gestão dos colaboradores é um dos pilares de gestão de recursos humanos da APIN, encontrando-se consolidadas as rotinas de formação e desenvolvimento dos colaboradores.

Em 2025 foram desenvolvidas 17 ações de formação que gerou um volume total de formação de 155 horas.

A distribuição por tipo de formação é a seguinte:



Quadro 1 - Cursos de Formação

Tipo de Formação	Nº Horas de Formação	N.º Colaboradores que frequentaram
Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD)	105	1
Auditoria de vulnerabilidades	70	1
Microsoft Power BI	50	2
Certificado de aptidão de motorista	35	2
Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais	24	2
Microsoft Word	20	1
Manobrador de empilhador	14	1
Plano de corrupção e infrações conexas	13	107
Manobrador de gratória	8	12
Mecânica	8	1
Decreto-Lei n.º 50/2005 - utilização de equipamentos de trabalho	8	8
Influência persuasiva e gatilhos mentais	7	2
Higiene e saúde no trabalho	4	10
Manobrador de Gratória	3	2
Formação Recursos Humanos	2	1
Submissão de atos no Diário da República	2	1
Relatório Único	1	1
Total	373	155

No ano 2025 a APIN registou 17 acidentes de trabalho, menos 1 face ao ano anterior, dos quais 10 deram origem a baixas médicas.

Para promoção da saúde e segurança no trabalho a APIN assegura serviços de medicina no trabalho aos colaboradores. Durante o ano de 2025 realizaram-se 77 exames, distribuídos da seguinte forma: exames periódicos: 71; exames ocasionais (após doença): 4; exames ocasionais (pedido de serviço): 2.



9 PROJETOS ESTRUTURANTES: GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS

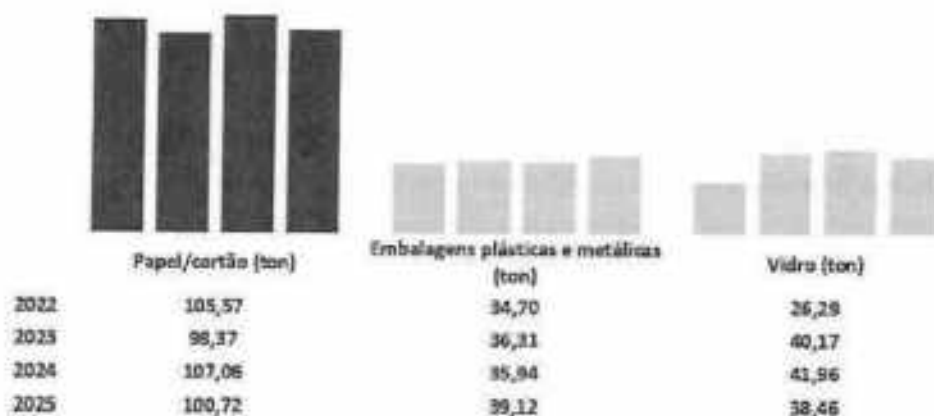
Relativamente aos projetos executados ou que se encontram ainda em fase de implementação na APIN, no âmbito da gestão de resíduos, contribuindo para o cumprimento das metas nacionais e internacionais, destacam-se os seguintes:

🔄 Recolha de resíduos porta-a-porta – Projeto piloto

No âmbito do projeto Recolha Porta-a-Porta, intitulado de "Valorização de Resíduos Urbanos", cujo objetivo é a valorização de materiais recicláveis, como o papel/cartão, embalagens plásticas e de metal, bem como o vidro, o qual foi implementado na freguesia de Lavegadas, na zona industrial e estabelecimentos comerciais em Vila Nova de Poiares, à semelhança dos anos anteriores, em 2025 manteve-se o projeto.

Foram contabilizados no total 178,3 toneladas de resíduos recicláveis nas áreas identificadas no ponto anterior, dos quais 100,7 toneladas de papel e cartão, 39,1 toneladas de embalagens plástica e metálicas e 38,5 toneladas de vidro, refletindo uma diminuição de cerca de 3,8% face aos quantitativos recolhidos em 2024 (185 toneladas).

Gráfico 10 - Recolha Seletiva Porta-a-Porta Vila Nova de Poiares



Quanto ao número de aderentes ao projeto não houve alterações face ao ano de 2024, tendo sido mantido o registo de 161 aderentes ao projeto, 73 clientes domésticos e 88 clientes não domésticos.

Este projeto resulta de um protocolo em colaboração com a APPACDM (Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental) de Vila Nova de Poiares, em que os utentes efetuam a recolha e a respetiva separação dos resíduos, os quais são colocados nos



equipamentos disponíveis nas instalações da associação. De referir que os equipamentos são dois compactadores, um para a fileira do papel/cartão, outro para a fileira das embalagens e um multibenne para as embalagens de vidro. Todos os materiais são recolhidos pela Entidade ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro, S.A. (ERSUC), sendo posteriormente encaminhados para valorização.

A APIN irá continuar a colaborar na cedência de sacos plásticos para que os aderentes possam efetuar a separação correta dos resíduos valorizáveis nas suas habitações, estabelecimentos comerciais e empresas.

13 Sistema de compostagem doméstica para reduzir lixo em aterros

O projeto SIC APIN – Sistema Intermunicipal de Compostagem foi iniciado em 2022 com o objetivo de promover a valorização orgânica na origem, reduzindo a deposição de biorresíduos em aterro e incentivando práticas de economia circular junto da comunidade. A implementação desenvolveu-se em fases, abrangendo inicialmente Escolas e Instituições Particulares de Solidariedade Social, e posteriormente os clientes domésticos, no âmbito das metas definidas na candidatura.

Após a fase de arranque em 2022 e a consolidação do projeto em 2023 e 2024, o exercício de 2025 representou um período de aceleração da execução, com a entrega de 2.249 compostores durante o ano. Até 31 de dezembro de 2025, foram distribuídos 5.570 compostores no total, evidenciando a progressão consistente do projeto e o reforço da adesão por parte da população.

O Quadro 7 apresenta o número de compostores entregues em 2025, sendo posteriormente evidenciado o ponto de situação acumulado face às metas definidas na candidatura, bem como o número de equipamentos ainda por entregar por município.



Quadro 7 - Número de composteiras entregues em 2025

Ano	Município	N.º composteiras entregues
2025	Alvaiázere	83
	Ansião	102
	Castanheira de Pera	69
	Figueiró dos Vinhos	157
	Góis	139
	Lousã	304
	Pampilhosa da Serra	515
	Pedregão Grande	48
	Penela	220
	Vila Nova de Poiares	612
	Total	2 249

A tabela seguinte apresenta os dados acumulados, até final de 2025, assim como o número de composteiras ainda entregar, por município.

Para uma análise mais precisa da taxa de execução do projeto SIC-APIN, a tabela seguinte, apresenta a totalidade do número de composteiras previstos na candidatura, face ao número de equipamentos entregues em 2025:

Quadro 8 - Número de composteiras entregues e por entregar e taxa de execução da entrega das composteiras

Município	N.º composteiras previstos em candidatura	N.º composteiras entregues	N.º Composteiras por entregar	Taxa de execução
Alvaiázere	2 861	392	2 469	14%
Ansião	4 209	631	3 578	15%
Castanheira de Pera	1 359	215	1 144	16%
Figueiró dos Vinhos	2 430	514	1 916	21%
Góis	2 585	478	2 107	18%
Lousã	599	439	160	73%
Pampilhosa da Serra	2 830	822	2 008	29%
Pedregão Grande	1 828	381	1 447	21%
Penela	2 350	568	1 782	24%
Vila Nova de Poiares	2 278	1 130	1 148	50%
Total Geral	23 329	5 570	17 759	24%

Este resultado reflete o empenho e dedicação das equipas envolvidas, destacando-se, em particular, o esforço da equipa de leitores da APIN, que desempenhou um papel fundamental na abordagem direta aos clientes, na sensibilização para a adesão ao projeto e na posterior entrega dos composteiras.





No âmbito da monitorização do processo de compostagem doméstica, foram realizados contactos telefónicos com os munícipes aderentes, com o objetivo de acompanhar a evolução do processo, esclarecer dúvidas e reforçar boas práticas de utilização dos compostores. Esta ação permitiu avaliar o nível de utilização dos equipamentos, identificar eventuais constrangimentos e promover a correta valorização dos biorresíduos junto dos participantes.

Os contactos foram efetuados junto de utilizadores com compostor atribuído desde o ano de 2023. No total, foram realizadas 139 tentativas de contacto, das quais resultaram 113 respostas válidas ao formulário de monitorização.

As ausências de um maior número de respostas positivas devem-se aos seguintes fatores:

- munícipes não atenderam as tentativas de contacto;
- 2 contratos encontravam-se liquidados;
- 9 registos não dispunham de contacto telefónico;
- 2 munícipes informaram não possuir compostor, apesar do registo;
- 2 munícipes possuem compostor, mas não o utilizam, manifestando intenção de devolução.

Da análise dos 113 formulários preenchidos, salientam-se os seguintes pontos:

- 78% dos clientes efetuam compostagem, sendo que 22% não efetuam;
- Aparentam-se como principais razões, a alimentação animal, pouca frequência à habitação, reduzida mobilidade do cliente ou falta de formação;
- 98% residem em moradia e tem jardim e/ou horta;
- Dos que utilizam o compostor, destacam-se os 33% dos clientes que vão depositar biorresíduos 3x/semana e 19% que vão 4x/semana;



- A maioria utiliza o compostor para restos de frutas, borras de café e saquetas de chá;
- Nenhum dos Inquiridos utilizam o compostor para deposição de excrementos de animais, produtos láteos ou restos de carne/peixe/marisco;
- Quanto aos resíduos de jardim, 67% utilizam para relva, 44% para a poda e 41% para plantas.

Os resultados obtidos, apesar de representarem apenas 4% do total de compostores entregues em 2023, revelam-se positivos, verificando-se, de forma geral, que os aderentes ao projeto utilizam corretamente o compostor.

🌿 Bio Resíduos - recolha seletiva de lixo orgânico no concelho da Lousã

O projeto BIO-APIN tem como objetivo a implementação da recolha seletiva de biorresíduos, contribuindo para o aumento da taxa de preparação para reutilização e reciclagem, através da valorização orgânica e da redução da deposição em aterro. A operação abrange a quase totalidade dos alojamentos nas freguesias da Lousã (com exceção de Serpins, integrada no projeto SIC-APIN), envolvendo cerca de 15.000 habitantes, e contempla a disponibilização de equipamentos dedicados, viaturas de recolha e ações de sensibilização junto da população.

Após o arranque no final de 2023 e a consolidação da instalação de equipamentos e campanhas de adesão durante 2024, o ano de 2025 foi marcado pela continuidade das ações de proximidade e reforço da adesão dos utilizadores, com especial incidência nas campanhas porta-a-porta no Município da Lousã.

No final de 2025 encontravam-se registados 8.270 clientes com acesso a equipamento para deposição seletiva de biorresíduos, evidenciando uma evolução consistente do nível de implementação do projeto e o progressivo aumento da adesão ao sistema.



APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior



Pontualmente, verificaram-se situações de devolução de baldes no nosso balcão de atendimento no Município da Lousã, bem como a colocação indevida dos mesmos no interior dos nossos contentores de resíduos. Em todas estas ocorrências, os clientes foram devidamente identificados, tendo sido posteriormente contactados por email ou telefone, de forma a alertar para o comportamento desadequado.

Em relação às Ecoboxes, e apesar das anomalias que foram detetadas ao longo de 2025, das 286 Ecoboxes, cerca de 20 encontravam-se para reparação do dispositivo eletrónico instalado no seu interior, ou anomalias associadas à abertura da tampa. O quadro seguinte permite identificar os quantitativos de equipamentos disponíveis para a valorização de biorresíduos dividido por freguesia:

Quadro 2 - Número de Baldes disponíveis

Freguesias	N.º aderentes 2024	N.º aderentes 2025	Total 31/12/2025
Foz de Arouce e Casal de Ermio	325	374	699
Gândaras	456	67	523
Lousã e Vilarinho	4 254	2 649	6 903
Total	5 035	3 090	8 125

❖ Projeto Recolha BIO – “Apoio à Implementação de projetos de Recolha Seletiva de Biorresíduos”

No âmbito do programa Recolha BIO do Fundo Ambiental, ao qual a APIN efetuou três candidaturas em outubro de 2022, duas candidaturas ao Fundo Ambiental, através da Comunidade Intermunicipal de Leiria e uma candidatura através da Comunidade Intermunicipal de Coimbra, tendo como principal objetivo a implementação de projetos que tenham um contributo positivo para o aumento da quantidade e qualidade da reciclagem dos resíduos, com particular, dando ênfase nos biorresíduos, promovendo a redução da deposição de resíduos em aterro. Estas candidaturas são um complemento aos projetos em curso, no âmbito da valorização dos biorresíduos, quer no tratamento na origem, quer na recolha seletiva.

A tabela seguinte apresenta um resumo dos artigos que fizeram parte das candidaturas distintos por cada uma das Comunidades Intermunicipais:



Candidatura	Recolha Seletiva de Biorresíduos n.º 203	Recolha Seletiva de Biorresíduos n.º 205	Recolha Seletiva de Biorresíduos n.º 211	Total
Área de intervenção	Ansão e Avelãze	Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e Pedregão Grande	Góis, Lousã, Pampilhosa da Serra, Penela e Vila Nova de Poiares	-
Contentores de 120 Litros (n.º)	27	38	71	136
Baldes 7 litros (n.º)	297	407	781	1 485
Viaturas elétricas (€) *1	95 413 €	83 280 €	262 623 €	441 321 €
Sistema de Software *2	2 711 €	2 733 €	5 460 €	10 904 €

*1 - 4 viaturas elétricas (2 com sistema de lavagem) + 1 reboque com plataforma elevatória e 1 reboque com eixo fixo de transporte de contentores e 4 reboques para recolha de resíduos

*2 - Inclui um tablet por viatura, a integração num sistema de gestão de dados de recolha e a instalação do Tag RFID nos contentores de biorresíduos

As viaturas elétricas, e respetivos reboques de recolha de resíduos, entregues em outubro de 2023 têm sido utilizados frequentemente não só para a recolha, mas também para transporte de contentores ou Ecoboxes, quer para reforço, quer para substituição. No âmbito destas candidaturas, os baldes de 7 litros assim como, os equipamentos tablet foram entregues no primeiro trimestre de 2024.



Em 2024, considerando que os circuitos efetuados no Município da Lousã, por questões de proximidade e porque os biorresíduos têm de ser obrigatoriamente entregues na CITVR – ERSUC em Coimbra, a APIN avançou com a implementação da recolha para clientes não domésticos no Município de Vila Nova de Poiares. No total foram instalados 15 contentores, em 9 distintos locais, onde a produção de biorresíduos é considerada mais significativa, como cafés, restaurantes e/ou alojamento local.





Em 2025, mantendo o critério adotado em 2024 — proximidade aos circuitos existentes e obrigatoriedade de encaminhamento para a CITVR - ERSUC, de forma complementar ao projeto SIC APIN, a APIN avançou com a implementação da recolha de biorresíduos por proximidade em zonas de prédios na freguesia de Serpins.

No total, foram instalados 13 pontos de deposição de resíduos orgânicos. Importa referir que estes locais não reúnem as condições necessárias para a instalação de compostores no âmbito do projeto SIC APIN, nomeadamente por limitações de espaço, inexistência de área exterior adequada ou constrangimentos associados à tipologia dos edifícios.

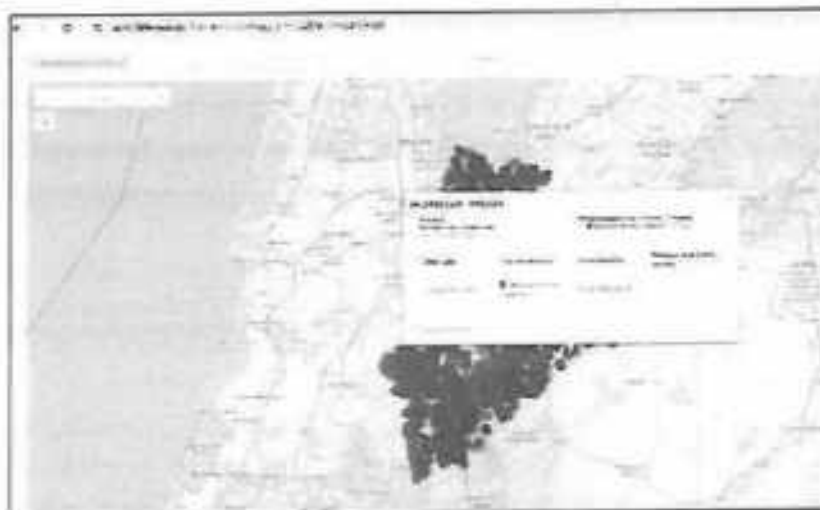
❶ Projeto de otimização de circuitos

Decorre na APIN desde junho de 2022 a otimização de circuitos de recolha de resíduos urbanos, com vista à redução de custos, nomeadamente, ao nível do consumo de combustíveis fósseis.

No decurso do ano de 2025, foram introduzidas reformulações nos circuitos dos Municípios de Góis e Pampilhosa da Serra, particularmente durante o período de verão. Estas alterações resultaram da redução do número de colaboradores disponíveis e tiveram como finalidade a concentração e racionalização dos meios nos municípios com maior criticidade operacional. Face ao aumento significativo de população flutuante em ambos os municípios, urge a necessidade de reforçar a recolha em alguns lugares, aumentando a periodicidade de recolha. A imagem seguinte permite observar a diferença de circuitos à terça-feira, no Município de Góis, no período de inverno e verão (pontos a amarelo - circuito de verão e pontos a vermelho - circuito de inverno):



Com o objetivo de reforçar a proximidade e a transparência no âmbito do processo de recolha de resíduos, é disponibilizada informação atualizada diariamente site da APIN. Na página podem ser consultadas as periodicidades de recolha dos contentores, por município e por lugar, bem como a data da última recolha efetuada, permitindo aos munícipes acompanhar de forma clara e acessível o serviço prestado.



Ainda sobre o processo de otimização de circuitos considera-se a necessidade de implementar três fases distintas neste processo, mas que caminham "lado a lado", designadamente:

- **Fase 1:** definição de novos circuitos considerando a proximidade e distribuição geográfica dos pontos de recolha de resíduos sólidos urbanos, e respetiva periodicidade, assim como, ajustar os tempos disponíveis ao horário das equipas.
- **Fase 2:** reduzir os pontos de recolha porta-a-porta, com a realocação de contentores existentes nas proximidades ou através do reforço de contentores para aumentar a volumetria disponível.
- **Fase 3:** atualização do cadastro, assim como a continua necessidade de atualização de contentores, nomeadamente, localização, volumetria, características do corpo do contentor, manutenções e higienizações. Esta fase é fundamental para a análise e implementação do processo de otimização de circuitos.

Desde janeiro de 2024, as equipas dos três Polos passaram a efetuar o registo operacional através do software 360 Waste, utilizando tablets instalados nas viaturas de recolha. Esta ferramenta permitiu consolidar informação sistematizada sobre circuitos, contentorização,

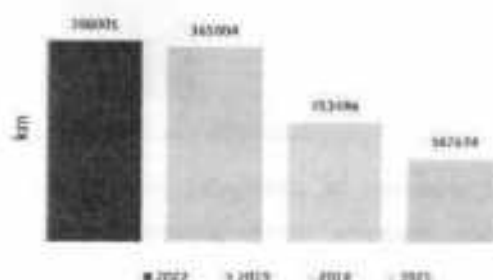


quilometragem percorrida e quantidades recolhidas, criando uma base técnica para a análise e otimização do serviço.

Paralelamente, procedeu-se ao reforço e ajustamento da contentorização, designadamente através da substituição de equipamentos de menor capacidade por contentores de maior volume e do reforço pontual em zonas de maior produção, o que resultou num aumento médio de 2,6% da capacidade instalada por município, face a 2024.

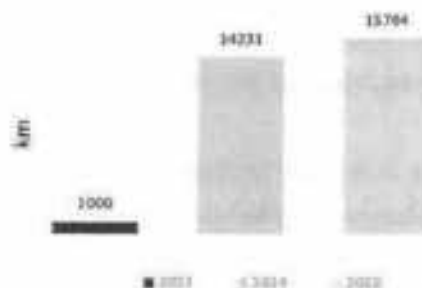
Com base nos dados recolhidos, foi possível proceder à reorganização de alguns circuitos, tendo em conta os níveis médios de enchimento dos contentores e a eficiência operacional das rotas. Apesar da recolha mínima semanal de todos os equipamentos instalados, as alterações introduzidas permitiram alcançar uma redução de 2% na quilometragem associada aos circuitos de resíduos indiferenciados, face a 2024.

Gráfico 11 - Quilómetros efetuados pelos veículos para a recolha de resíduos indiferenciados



Quanto à recolha de biorresíduos e o elevado número de contentores instalados para recolha porta-a-porta ou por proximidade, em 2025 terminou com a execução de três circuitos de biorresíduos. Em termos de quilómetros efetuados, apenas para a recolha de biorresíduos, apresentam-se de seguida:

Gráfico 12 - Quilómetros efetuados por veículos de biorresíduos



10 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

O ano de 2025 caracterizou-se por um crescimento global moderado, mas resiliente, acompanhado por uma trajetória de desinflação que permitiu o alívio das políticas monetárias. No entanto, o ano é marcado por elevada incerteza devido a tensões geopolíticas e novas barreiras comerciais. O cenário macroeconómico situa-se atualmente numa fase de normalização após a forte recuperação pós-pandemia.

No quadro que se segue, apresentam-se os dados macroeconómicos perspetivados para a economia portuguesa:

Quadro 11 - Cenário macroeconómico 2024-2026

	2024	2025 Projeção	2026 Projeção
PIB e componentes da despesa (taxa de crescimento real, %)			
PIB	2,1	2,0	2,3
Consumo privado	3,0	3,6	2,3
Consumo público	1,5	1,8	1,2
Formação bruta de capital fixo	4,2	4,0	5,0
Procura interna	2,9	4,0	2,8
Exportações	3,1	1,1	2,6
Importações	4,8	5,3	3,5
Evolução dos preços (taxa de crescimento %)			
Taxa de inflação (IHPC)	2,7	2,2	2,1
Excluindo bens energéticos e alimentares	2,7	2,2	2,3
Evolução do mercado de trabalho (taxa de crescimento %)			
Emprego	0,7	2,2	1,1
Taxa de desemprego	6,4	6,2	6,3
Saldo das balanças (% do PIB)			
Balança corrente e de capital	3,1	2,8	3,2
Balança de bens e serviços	2,3	1,1	0,9

Fontes: Banco de Portugal e INE

O crescimento da economia portuguesa deverá situar-se em 2,0% em 2025 e crescer para 2,3% em 2026. O grande catalisador deste crescimento mais robusto em 2026 será o investimento, fortemente impulsionado pela execução final das verbas do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). De acordo com as análises da Comissão Europeia, Portugal conseguirá manter um diferencial de crescimento positivo face à média da Zona Euro, sustentado pela competitividade das exportações de serviços e pela disciplina das contas públicas.

Estima-se que o consumo privado apresente uma desaceleração, passando de um crescimento de 3,6% em 2025 para 2,3% em 2026. Esta variação, embora indique um abrandamento no ritmo de despesas das famílias deve ser interpretada como uma normalização





após um período de forte recuperação do poder de compra. Em 2025, o consumo foi excecionalmente impulsionado pela descida rápida da inflação e pelo alívio imediato nas prestações do crédito à habitação, que libertaram rendimento disponível de forma mais acentuada.

A aceleração das exportações portuguesas, que deverão passar de um crescimento de 1,1% em 2025 para 2,6% em 2026, representa uma mudança estrutural na dinâmica do PIB nacional. Este salto quantitativo marca a transição de um período de estagnação industrial europeia para uma fase de retoma de procura externa, permitindo que Portugal reduza a sua dependência do consumo interno.

Relativamente à evolução nos preços, a inflação, medida pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), desacelera para 2,2% em 2025 e 2,1% em 2026. Este perfil de descida da inflação face a 2024 (2,7%) reflete um processo de estabilização económica após o choque inflacionista dos últimos anos. Esta desaceleração gradual fundamenta-se no efeito das políticas monetárias restritivas do Banco Central Europeu (BCE), cujas taxas de juro elevadas nos anos anteriores contiveram a procura e agora permitem que os preços converjam para a meta da estabilidade dos 2%. Para esta descida prevista no IHPC também contribuirá a dissipação definitiva dos choques nos preços da energia e das matérias-primas, que atingiram o pico nos últimos anos, que permitiu que os custos de produção estabilizassem, refletindo-se nos preços finais ao consumidor.

Para o mercado de trabalho, o cenário antecipa um maior dinamismo no crescimento do emprego em 2025 e 2026. Prevê-se que o número de pessoas empregadas cresça 2,2% em 2025 (0,7% em 2024) e para 2026 aponta-se para um abrandamento no crescimento do emprego para 2,1%. Prevê-se que a taxa de desemprego diminua em 2025 para 6,2% da população ativa (6,4% em 2024) e para 2026 deverá manter-se nos 6,3% da população ativa.

Embora as previsões para 2026 sejam positivas, Portugal enfrenta desafios que podem comprometer estas previsões como a incerteza geopolítica e tarifária com a ameaça de novas tarifas comerciais dos Estados Unidos da América sobre produtos europeus é vista como um risco elevado para as empresas exportadoras nacionais, bem como pelo "abismo" pós-PRR ao qual existe o risco de um arrefecimento económico a partir de 2027, uma vez que em 2026 marca o fim do forte impulso dos fundos europeus, exigindo que a economia encontre novos motores de crescimento autónomos.

Face a este panorama, a APIN está preparada para enfrentar e superar os desafios inerentes ao enquadramento macroeconómico atual e determinada em acelerar e reforçar o posicionamento para o futuro.



11 ATIVIDADE DA EMPRESA

11.1 Atividade Comercial e Gestão de Clientes

A excelência no relacionamento com o cliente é o eixo central da atividade da APIN. Durante o ano de 2025 demos continuidade ao compromisso de eficiência suportado pelo desenvolvimento de uma cultura de melhoria contínua. Este esforço reflete o nosso rigor e a vontade constante de evoluir para prestar um serviço público de referência.

Apresentamos de seguida alguns indicadores da área comercial e de gestão de clientes.

11.1.1 Clientes

O número de utilizadores associados aos vários serviços que a APIN gere, determina-se pelo número de contratos que se encontram em condições de faturar.

A 31 de dezembro de 2025, a APIN registava 52.799 contratos ativos, correspondentes a contratos com serviço operacional e faturação associada. Do total, cerca de 20,8% referem-se ao Município da Lousã, conforme evidenciado no quadro seguinte:

Quadro 12 - Contratos ativos

Município	2025	2024	2023	Peso (2025)	Variação 25/24
Alvaiázere	5 309	5 279	5 254	10,1%	0,6%
Anaião	8 098	7 999	7 940	15,3%	0,9%
Castanheira de Pera	2 525	2 539	2 532	4,8%	-0,6%
Figueiró dos Vinhos	4 578	4 568	4 558	8,7%	0,2%
Góis	4 404	4 374	4 352	8,3%	0,7%
Lousã	10 980	10 574	10 833	20,8%	1,0%
Pampilhosa da Serra	4 611	4 827	4 803	9,1%	-0,3%
Pedregão Grande	3 455	3 447	3 407	6,6%	0,2%
Ponte de Sor	3 900	3 852	3 853	7,4%	1,2%
Vila Nova de Poiares	4 799	4 711	4 654	9,0%	1,2%
Total	52 799	52 470	52 183	-	0,6%

A tendência crescente na evolução do número de clientes verificou-se novamente em 2025, registando-se um acréscimo face ao ano anterior de 329 contratos (+0,6%).

Os clientes da APIN encontram-se caracterizados ao nível de tipo de utilização, da seguinte forma:





Quadro 13 – Clientes ativos por tipo de utilização

Tipo de Utilização	2025	2024	2023	Peso (2025)	Variação 25/24
Doméstico	42 912	42 855	42 413	81,3%	0,1%
Familiar 5 pessoas	83	81	103	0,2%	2,5%
Familiar 6 pessoas	11	11	15	0,0%	0,0%
Familiar 7 pessoas	2	2	1	0,0%	0,0%
Familiar 8 pessoas	1	1	2	0,0%	0,0%
Familiar 9 pessoas	0	0	1	0,0%	0,0%
Social Doméstico	3 990	3 927	4 208	7,6%	1,6%
Não Doméstico	4 272	4 099	3 953	8,1%	4,2%
Estado	36	37	41	0,1%	-2,7%
Instituições	517	520	526	1,0%	-0,6%
Municípios	787	763	734	1,5%	3,1%
Juntas de Freguesia	154	150	153	0,3%	2,7%
Caudalímetros	3	2	2	0,0%	50,0%
Rede de Incêndio Pública	31	22	21	0,1%	40,9%
Total	52 799	52 470	52 183	-	0,6%

Os clientes domésticos representam cerca de 81,3% do total de clientes ativos a 31 de dezembro de 2025. Os tarifários sociais atribuídos atingiram uma percentagem de 7,6% (mais 0,1 p.p. face a dezembro de 2024).

11.1.2 Serviço de atendimento telefónico

Durante o ano de 2025 o número de chamadas recebidas, através da linha de apoio ao cliente foi de 37.613, o que significa uma média de 3.151 chamadas mensais. Verificou-se um aumento de 214 chamadas em média por mês, face ao ano de 2024.

Quadro 14 – Serviço de atendimento telefónico

Ano	Chamadas Atendidas	Chamadas Não Atendidas	Chamadas Recebidas	% Chamadas não atendidas	Taxa de Sucesso
2024	31 537	3 707	35 244	10,5%	89,5%
2025	31 921	5 692	37 613	15,1%	84,9%

A taxa de sucesso no atendimento de chamadas à primeira tentativa foi de 84,9%.

Gráfico 13 – Taxa de sucesso de atendimento telefónico

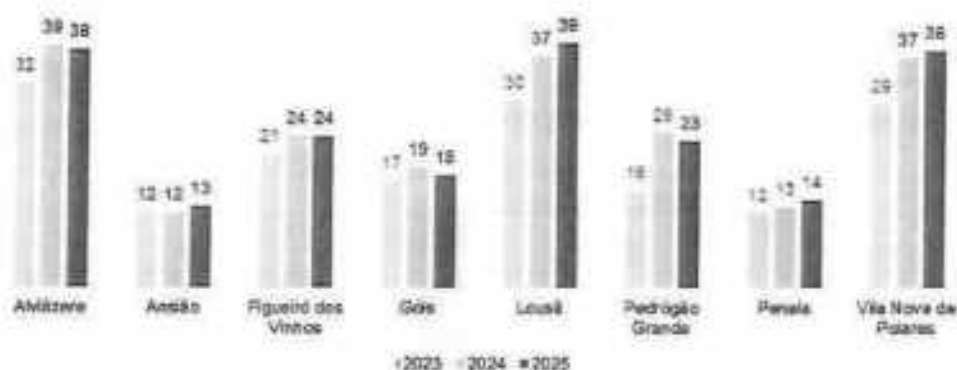


O aumento de chamadas não atendidas justificam-se pela concentração de chamadas registadas em períodos específicos, nomeadamente entre julho e setembro, devido ao atraso na entrega da correspondência por parte dos CTT, que originou a entrega de cartas com data-limite de pagamento expirado, forçando assim a emissão de novas referências multibanco.

11.1.3 Serviço de atendimento presencial

A APIN tem 8 balcões de atendimento presencial ao cliente, 2 em lojas localizadas na Lousã e em Penela, 2 localizados nas lojas do cidadão de Alvalázere e Ansião e 4 postos de atendimento situados nos Municípios de Figueiró dos Vinhos, Góis, Pedrógão Grande e Vila Nova de Poiares.

Gráfico 13 - Média mensal de atendimentos presenciais



No ano de 2025 a loja da Lousã, situada na papelaria ABC, registou uma média de 39 clientes por dia (37 em 2024), a loja de Penela, situada no Polo 1, registou uma média de 14 clientes por dia (13 em 2024) enquanto a loja de Ansião, situada na loja do cidadão, registou uma média de 13 clientes por dia (12 em 2024 e 2023).

11.1.4 Leituras

Ao longo de 2025 foram realizadas cerca de 521,6 mil leituras, das quais 94,7% foram realizadas pelos leitores. Os clientes comunicaram aproximadamente 12,2 mil leituras (2,3%), privilegiando serviço de comunicação de leituras disponibilizado no site da APIN (35,9%), seguido atendimento presencial nos balcões de atendimento da APIN (33,8%) e pelo contacto telefónico (32,6%).





Quadro 12 – Números de leituras reais

Modo de leitura	2025	2024	2023	Peso (2025)	Varição 25/24
Cliente	12 211	11 888	11 581	2,3%	2,7%
Corretiva	2 218	1 600	1 704	0,4%	38,7%
Leitor	493 770	516 280	535 320	94,7%	-4,4%
Serviço	13 448	7 385	9 691	2,6%	82,1%
Total	521 648	537 153	558 296	-	-2,9%

Considerando o potencial de leituras que foram previstas realizar em 2025 pelos leitores, verifica-se uma taxa de sucesso de 95,0% (96,6% em 2024 e 97,0% em 2023).

11.1.5 Balcão Digital e Envio Eletrónico de Fatura

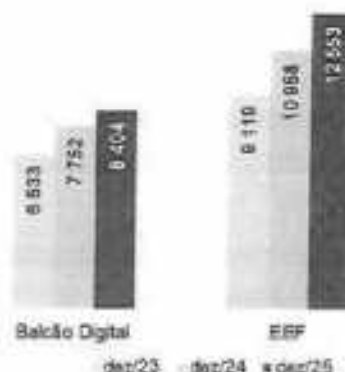
No balcão digital é possível o cliente observar e interagir sobre os diferentes aspetos do seu contrato. Em 2025 verificou-se um crescente interesse por estes canais, suportado pela adesão à fatura eletrónica e pelo fornecimento de leituras, bem como, pela perceção dos consumos faturados, controlo de cobranças, entre outros.

Figura 6 - Balcão digital



No final de 2025, existiam 8.404 clientes ligados ao balcão digital, mais 652 face ao final ano anterior (7.752) que representa cerca de 15,9% do total de clientes.

Até 31 de dezembro de 2025 aderiram ao envio de faturas por email 12.553 clientes, mais 1.595 face ao final do ano anterior (10.958) representando cerca de 23,8% do total de utilizadores da APIN.



11.1.6 Faturação e Cobrança

Dados de Faturação

No decorrer de 2025, destacam-se na área da faturação os seguintes parâmetros:

- Calendarização do mapa de faturação e leituras para o ano de 2025, respeitando um período mínimo (28 dias) e máximo (33 dias) entre faturas, mitigando o envio de duas faturas por mês.
- Agendamento de ações de leitura de contadores inacessíveis ou sem leitura registada há período prolongado.
- Otimização das zonas/áreas de leitura com vista à redução dos quilómetros percorridos pelas equipas de leitura, aumentando a eficiência do processo.
- Melhoria da qualidade da informação registada no sistema de gestão de clientes;
- Desenvolvimento de ações para reduzir o número de clientes sem registo de leitura, nomeadamente com a entrega de boletins de aviso de leitura aos utilizadores, aos quais os leitores não têm acesso ao contador. Desta forma, é fomentado o envio de leituras através das linhas de comunicação disponibilizadas pela APIN.
- Sempre que se verificaram consumos de água excessivos para o perfil de consumo do cliente, foram entregues boletins de aviso a informar do consumo anómalo apresentado.
- Em 2025 foi iniciado um procedimento externo para reforço do programa de substituição do parque de contadores, mantendo-se em paralelo as substituições





realizadas com meios internos, tendo sido substituídos no total 5.111 equipamentos ao longo do exercício.

As atividades desenvolvidas em 2025 com vista a uma cobrança célere e eficaz, foram as seguintes:

- Aumento das ações no terreno para suspensão de serviço por falta de pagamento;
- Análise e acompanhamento de situações pendentes relacionadas com as dívidas de clientes;
- Instauração de processos de execução fiscal, que se refletiu numa maior eficiência na gestão da dívida vencida;
- Ênfase no contacto de proximidade com os clientes, no sentido de oferecer um serviço de melhor qualidade e evitar situações de descontentamento;
- Continuidade do serviço de envio de SMS como alerta da data-limite de pagamento da fatura. Este serviço é gratuito para o cliente e só exige que este disponibilize um contacto de telemóvel à APIN. Este serviço prestado ao cliente tem o benefício de evitar o pagamento fora do prazo limite definido, e, por conseguinte, a possibilidade de corte do serviço de abastecimento de água;
- Envio de cartas de avisos de corte notificando o consumidor de uma possível interrupção de serviços. Ao longo de 2025 foram enviados cerca de € 21,7 mil avisos de corte com notificação de interrupção de serviços.

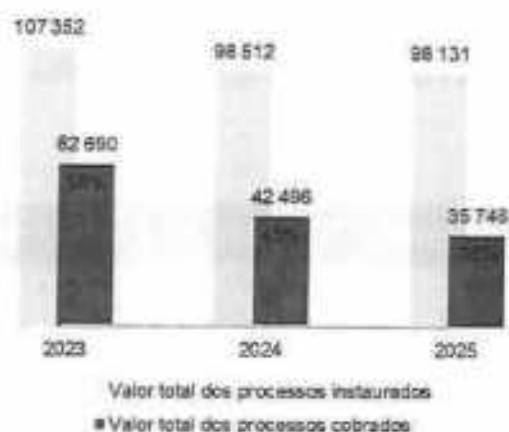
Dados de Cobrança

A cobrança coerciva das receitas da APIN é assegurada através do processo de execução fiscal, tramitado pelos serviços da Autoridade Tributária, bem como mediante a interrupção do fornecimento de água por motivo imputável ao utilizador, nos termos legalmente previstos. Estes mecanismos são utilizados de forma articulada e proporcional, com vista à recuperação dos valores em dívida e à salvaguarda da sustentabilidade do sistema.

No que concerne à atividade da instauração de execuções fiscais, a situação a 31 de dezembro de 2025, era a seguinte:



Gráfico 16 - Execuções financeiras

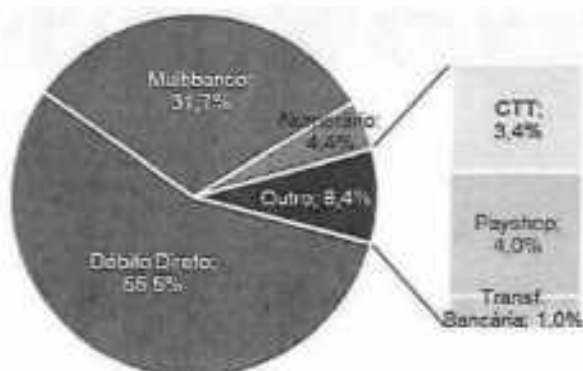


Durante o ano de 2025, prosseguiremos com o desenvolvimento de técnicas e procedimento tendentes a uma maior automatização do tratamento da dívida e da cobrança da dívida.

11.1.7 Formas de Pagamento

Relativamente ao pagamento através dos vários canais de cobrança disponibilizados pela APIN, verifica-se que o débito direto foi o canal mais utilizado pelos utilizadores no ano de 2025 para pagamento das faturas com 55,5% (54,3% em 2024), seguido do pagamento por multibanco com 31,7% (31,3% em 2024) como se pode visualizar de seguida:

Gráfico 17 - Canais de cobrança



11.1.8 Serviços

No decorrer de 2025 o resultado da operação das equipas, sob a responsabilidade da Direção Comercial, poderá ser observado no quadro seguinte:

Quadro 16 – Tabela de serviços executados

Tipo de Serviço	2025	2024	2023	Peso 2025	Variação 25/24
Avaria micro (nicho)	560	525	551	4,0%	6,7%
Colocação de contador	1 323	1 289	1 186	9,8%	2,6%
Contador suspeito	3	43	11	0,0%	-93,0%
Leitura de contador	33	50	16	0,2%	-34,0%
Retirada de contador	873	829	811	6,3%	5,3%
Substituição de contador	5 111	1 943	3 014	37,0%	183,0%
Verificação de contador	5 220	2 285	2 474	37,7%	128,4%
Fecho de Água	631	1 029	679	4,6%	-38,7%
Restabelecimento de ligação	0	3	6	0,0%	-100,0%
Verificações ou informações diversas	75	193	317	0,5%	-61,1%
Total	13 829	8 189	9 065	-	68,9%

Foram efetuados 13.829 serviços, mais 5.640 face ao ano anterior, dos quais se destacam a verificação de contadores (5.220), a substituição de contadores (5.111) e a colocação de contadores (1.323), que representam em conjunto cerca de 84,3% do total de serviços.

11.1.9 Reclamações

Durante o ano de 2025 foram registadas 307 reclamações, mais 20 face ao ano anterior (287), das quais 143 (46,6%), correspondem a reclamações relativas a leituras, faturação e cobrança, tal como se apresenta de seguida:

Quadro 17 – Tipo de reclamação

Tipo de Reclamação	2025	2024	Peso (2025)	Diferença 25/24
Atendimento	2	3	0,7%	-1
Contratação	8	9	2,6%	-1
Leituras, Faturação e Cobrança	143	118	46,6%	25
Ligação e Disponibilidade	30	52	9,8%	-22
Qualidade da água	12	12	3,9%	0
Qualidade do Serviço	52	56	20,2%	4
Tarifário	50	35	16,3%	15
Total	307	287	-	20

11.1.10 Volumes de água faturados

O volume de água faturado e contabilizado no ano de 2025 ascendeu a 3.736.575 m³ de água, o que reflete um aumento de 4,3% face a 2024.

Abaixo, pode-se verificar, os volumes faturados de água por município e contabilizados em 2025.

Gráfico 18 - Volumes de água faturados



O Município da Lousã apresenta o maior consumo de água faturado com 25,0%. Por outro lado, o Município de Castanheira de Pera apresentou apenas 3,6% do total de consumo de água faturado. Foram fornecidos, mas não faturados, 564 m³ de água, referente a consumos em instalações próprias da APIN.

11.2 Abastecimento de Água

11.2.1 Volume aduzido à rede

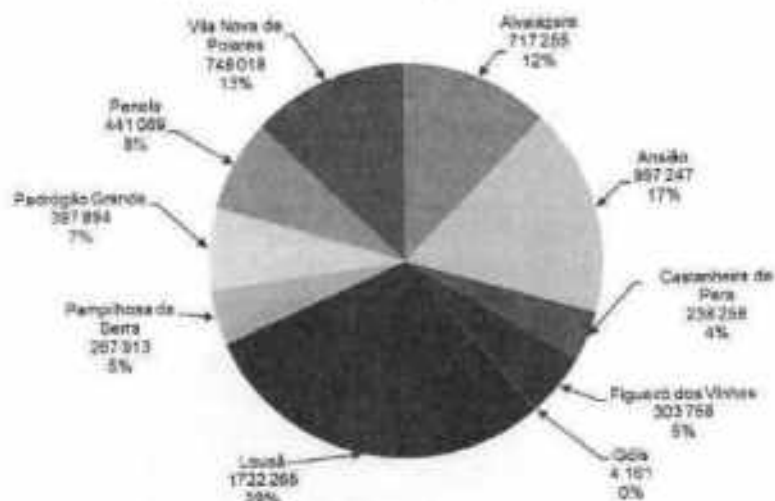
No ano de 2025 foram aduzidos 6.980.105 m³ nos sistemas de abastecimento público de águas dos municípios geridos pela APIN, ao qual existe uma diminuição de 4,8% face a 2024. Do total de volumes aduzidos, 55,9% foram adquiridos à Águas do Centro Litoral, S.A., 27,6% à Águas do Vale do Tejo, S.A., 16,4% correspondem a captações próprias e 0,1% dizem respeito a aquisição de água em "alta" aos Municípios de Arganil e Condeixa.

A distribuição de água aduzida à rede e os volumes totais por município encontram-se no seguinte gráfico:





Gráfico 13 – Distribuição anual de água captada em "alta"



O volume de água adquirido no Município da Lousã representa cerca de 29,5% do volume total adquirido em "alta". O Município da Lousã com 547.216 m³ e o Município de Góis com 344.821 representam em conjunto cerca de 78,1% do total de captações de água (1.142.267 m³).

11.2.2 Balanço Hídrico

O resultado das tendências evidenciadas nos dois pontos anteriores, demonstram uma evolução positiva na eficiência hídrica, onde foi possível constatar uma redução da água não faturada superior à redução da água faturada.

As perdas de água dividem-se em perdas reais e perdas aparentes, sendo que o indicador de perdas reais representa o volume total de perdas físicas de água do sistema em pressão, até ao contador do cliente, e o indicador de perdas aparentes contabiliza todos os tipos de imprecisões associadas às medições de água produzida e não consumida e, ainda, o consumo não autorizado (por furto ou uso ilícito).

Relativamente a este indicador de água não faturada, calculada entre a diferença entre a água que deu entrada no Sistema e o consumo autorizado faturado, regista-se um decréscimo face ao ano anterior em 5,2 p.p., que traduz uma redução no volume de água não faturada de 10,1%. Este indicador inclui as perdas reais e aparentes.

Gráfico 14 – Água não faturada (%)

Balanço Hídrico	2025	2024	2023	2022	2021	2020
Água não faturada (%)	46,1%	51,3%	56,1%	56,3%	56,2%	56,9%



A redução dos volumes de água não faturados constitui um objetivo central da APIN, mas é também um fator determinante, não só com fortes impactos na eficiência ambiental e económica, mas também no bem-estar dos consumidores. Centrado na sua redução, a APIN deu continuidade, ao longo de 2025, às medidas que conduzem à consecução deste objetivo, nomeadamente:

- ✓ Substituição de condutas e ramais cuja condição física e desempenho são manifestamente deficientes, selecionados com base na informação complementar recolhida através de diagnóstico do funcionamento da Empresa;
- ✓ Intensificação das ações de gestão e otimização de pressões, por forma a alcançar condições de serviço adequadas e prolongar a vida útil dos equipamentos e infraestruturas de distribuição;
- ✓ Criação de mais zonas de monitorização e controlo, através do projeto "Implementação de Sistemas de Medição, Controlo e Gestão nos Sistemas de Abastecimento de Água - Eficiência Hídrica", por forma a obter dados mais detalhados para o balanço hídrico e análise do comportamento hídrico nas condutas, reservatórios, prevenindo/antecipando faltas de água e possíveis roturas na rede. Estes equipamentos estão a permitir uma análise diária dos consumos em cada das Zonas de Medição e Controlo (ZMC), conseguindo através dos valores obtidos graficamente, detetar fugas, desencadeando imediatamente a sua pesquisa ativa fugas ou consumos indevidos de água;
- ✓ Continuação das ações de pesquisa de fugas ativas, garantindo a deteção de fugas não visíveis à superfície em maior número e num menor espaço de tempo.

Como já evidenciámos, temos vindo a investir em sistemas de monitorização da rede de água, com o objetivo de identificar a ocorrência das fugas e consumos abusivos, densificando o sistema NAVIA e de telegestão, para reforço do controlo e monitorização dos caudais captados e distribuídos, dos valores de pressão, dos níveis de água nos reservatórios e do estado dos equipamentos em geral.

11.2.3 Avarias na rede (roturas)

No que respeita às avarias de rede e de ramal (roturas), foram registadas 3.510 ocorrências durante o ano de 2025, das quais 1.640 na rede e 1.970 em ramais. Observou-se um aumento de ocorrências na ordem dos 24,7% relativamente a 2024 (2.895 ocorrências). A média de ocorrências neste período foi de 9,31 roturas por dia, acima das 7,91 roturas por dia verificadas no ano de 2024.



A intensificação de campanhas de fugas não visíveis contribuiu para o aumento das roturas em 2025 na medida em que foram detetadas e reparadas 1.126 roturas no âmbito de campanhas, verificando-se um aumento de 47% face a 2024. Deste modo, 31,2% das roturas reparadas decorreram de campanhas de deteção de fugas não visíveis.

O aumento do número de roturas prende-se, essencialmente, com o aumento do número de roturas detetadas e reparadas no âmbito da campanha de deteção de fugas não visíveis, de 764 em 2024 para 1.126 em 2025, ou seja, mais 362 roturas.



O maior número de roturas registadas foi no Município de Lousã com 1.165, representando 32,3% das roturas totais. Este município contempla 11,6% do total de km de rede do sistema, sendo o terceiro município com maior extensão de rede.

Gráfico 20 - Roturas por município em 2025



As ocorrências destas avarias deveram-se maioritariamente ao desgaste dos materiais e/ou ao deficiente estado das condutas e ramais. O número de roturas apresentado e que tende a aumentar ao longo dos anos apenas poderá ser invertido, com a remodelação da rede de distribuição de água (RDA).

11.2.4 Detecção de fugas

No que diz respeito às perdas de água que se manifestam através do aparecimento à superfície ou as "não visíveis" que são de mais difícil localização, a APIN tem uma equipa de quatro colaboradores para a deteção e localização de fugas, recorrendo a quatro geofones. As campanhas de deteção de fugas são planeadas após análise dos caudais mínimos noturnos através do sistema de telegestão. Permitindo deste modo alocar os meios disponíveis nas Zonas de Medição e Controlo (ZMC's) com mais Fator de Pesquisa (Fp) permitindo deste modo uma redução do índice de perdas através da tomada de medidas proativas.



Assim, no âmbito da campanha de controlo ativo de perdas e apoio às equipas de reparação de roturas foram realizadas 3.059 ações de deteção de roturas durante o ano de 2025, mais 639 ações face ao ano de 2024, das quais 409 de apoio às equipas de reparação de roturas.

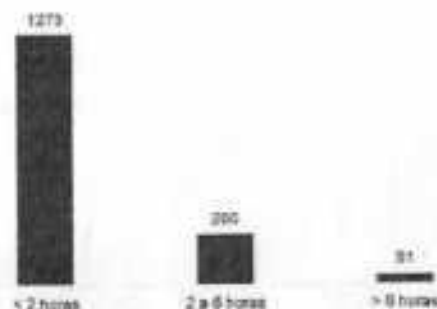
11.2.5 Falhas no abastecimento

As falhas no abastecimento ocorrem na sua grande maioria na sequência de ocorrências de roturas nas redes, procedendo os serviços técnicos da APIN à suspensão do abastecimento público para reparação das condutas e restabelecimento da qualidade da água. Efetuou-se ainda a suspensão do abastecimento devido a intervenções programadas, essencialmente de remodelação de redes, higienização de reservatório e em intervenções das Entidades Gestoras em "alta" Águas do Centro Litoral, S.A. e à Águas do Vale do Tejo, S.A., sendo, nestes casos, emitidos avisos aos moradores das zonas afetadas de acordo com a legislação em vigor.



No decorrer do ano de 2025 foram registadas 202 interrupções de fornecimento de água programadas e 1.584 não programadas. Verificou-se um aumento de 159 interrupções relativamente ao ano anterior (mais 95 interrupções programadas e mais 64 não programadas).

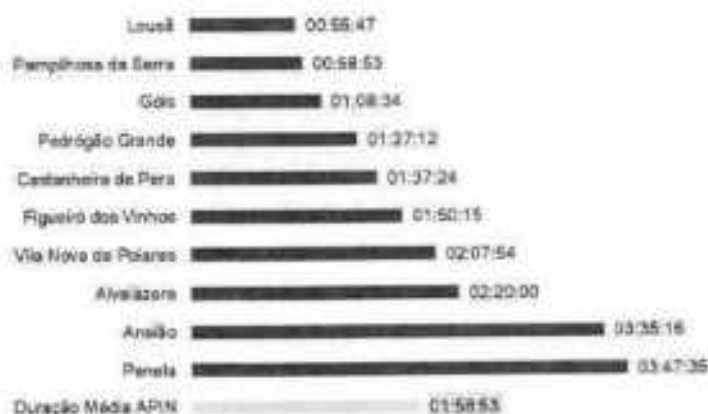
Gráfico 21 - Duração das falhas não objetivamente não programadas



Deste modo, constata-se que das 1.584 interrupções não programadas em 2025, 1.273 (80,7%) tiveram uma duração inferior a 2 horas, sendo que 260 provocaram uma suspensão entre 2 a 6 horas e apenas 3,2% (51) resultaram numa suspensão superior a 6 horas. No caso das interrupções superiores a 6 horas, a grande maioria situa-se no Município de Ansião com 49,0%, seguindo-se o Município de Penela com 17,6%.

As interrupções programadas foram objeto de comunicação através do site da APIN, com uma antecedência mínima de 48 horas, em conformidade com o previsto no n.º 5 do artigo 60.º do DL 194/2009, de 20 de agosto, bem como nas redes sociais da APIN e também com a colocação de editais nas ruas onde se realizaram as interrupções de água.

Gráfico 22 - Duração média por freguesia no âmbito das falhas não programadas



O tempo médio de interrupções não programadas no abastecimento varia entre os 55 minutos e as 3 horas e 47 minutos. A duração média das falhas de água no conjunto dos 10 municípios em 2025 foi de 1 hora e 58 minutos (1 hora e 43 minutos em 2024).

A diferença de tempos nas falhas no abastecimento resulta de diversos fatores, nomeadamente características da rede, acessibilidades para a reparação da rotura a acima de tudo características do solo. Importa referir que as características dos solos nos Municípios de Alvalázere, Ansião e Penela, são bastante díspares dos restantes municípios da APIN. Trata-se de solos bastante rochosos que dificultam a abertura de valas o que leva a um aumento do tempo de regularização das intervenções a realizar.

11.2.6 Qualidade da água

No que concerne à qualidade da água para consumo humano, registámos a manutenção de elevados padrões de qualidade na água fornecida pela APIN.

Garantir a qualidade da água em toda a extensão dos sistemas de abastecimento da APIN, desde os recursos hídricos utilizados até à torneira do consumidor, constitui uma das maiores preocupações da nossa atividade.

O programa de monitorização da qualidade da água do Sistema APIN integra duas componentes:

1. Controlo legal – Plano de Controlo de Qualidade da Água aprovado pela Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos (ERSAR), cujo objetivo é comprovar o nível de qualidade de água de acordo com a legislação em vigor (Decreto-Lei n.º 69/2023, de 21 de agosto);
2. Controlo operacional/vigilância da qualidade da água – Realizado em todas as origens de água para consumo humano (captações superficiais e captações subterrâneas), nos reservatórios de água tratada, no controlo da eficiência do tratamento da água nas Estações de Tratamento de Água (ETA) e de pontos da rede de abastecimento de água, com o objetivo de detetar possíveis anomalias na qualidade da água, ocasionais ou de carácter sistemático, de modo a permitir que sejam postas em prática medidas preventivas/corretivas eficazes.

No âmbito do Plano de Controlo de Qualidade de Água, em 2025 foram efetuadas 1.105 análises da qualidade da água e verificados 12.097 parâmetros, dos quais 103 ultrapassaram os valores paramétricos definidos na legislação, o que evidencia um bom desempenho da empresa, com uma percentagem de cumprimento de 99,1%, o que permite classificar a água distribuída



pela APIN, como sendo de boa qualidade, uma água segura, de acordo com o Guia de Avaliação da Qualidade de Serviço da ERSAR, que se tem vindo a manter nos último anos.

Gráfico 23 – % de qualidade da água



A qualidade da água na torneira do consumidor cumpriu as normas definidas na legislação portuguesa.

O programa de monitorização da qualidade da água do ano de 2025, aprovado pela Entidade Reguladora, foi integralmente cumprido.

No sítio <https://www.apin.pt> são divulgados os relatórios da qualidade da água, com periodicidade trimestral, de demonstração do programa de controlo legal, efetuado em água colhida nas torneiras dos consumidores.

11.2.7 Ramais de abastecimento de água

No ano de 2025 foram executados pelos serviços de exploração 312 novos ramais de abastecimento de água, uma média de 26 ramais por mês, dos quais 60 no Município de Ansião, 45 no Município da Lousã e 34 nos Municípios de Penela e Vila Nova de Poiares. Face ao ano de 2024 foram executados mais 50 ramais.

Gráfico 24 – Novos ramais de abastecimento de água



Resultante do estado e condições dos ramais existentes, no ano de 2025 foram remodelados 198 ramais de abastecimento de água, mais 84 do que em 2024, dos quais 70 no Município de Góis e 31 no Município de Vila Nova de Poiares.

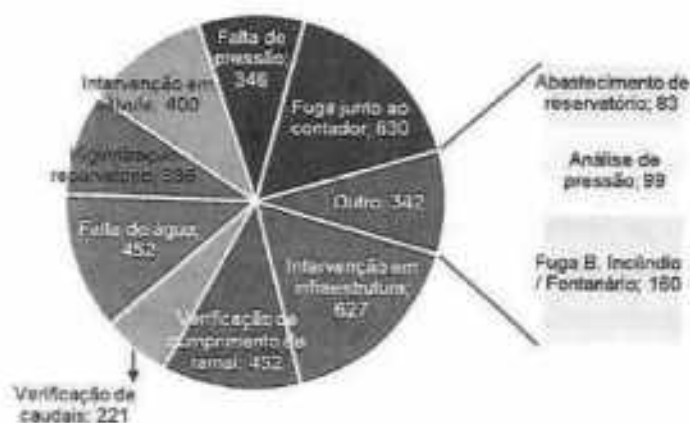
Gráfico 25 – Remodelação de ramais de abastecimento de água



11.2.8 Operação e manutenção de redes de abastecimento

Para além dos trabalhos de reparação de roturas e execução de ramais, destacam-se as seguintes ações realizadas em 2025 nas redes de abastecimento, no âmbito de ocorrências e serviços programados.

Gráfico 26 – Serviços programados nas redes de abastecimento de água

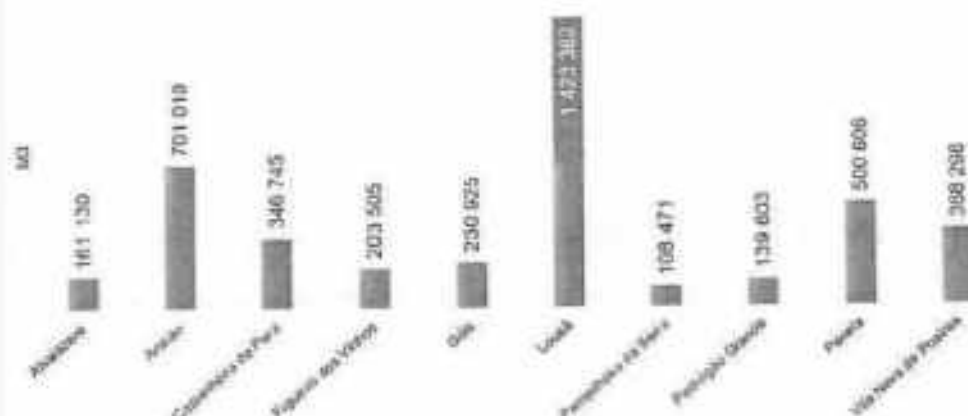


11.3 Saneamento de Águas Residuais

11.3.1 Volumes recolhidos nas redes de saneamento

Nas operações de saneamento de águas residuais foram recolhidos e enviados para tratamento 4.912.711 m³ de efluentes, ao qual existe um aumento de 6,2% face a 2024. Do total de volumes recolhidos e enviados para tratamento, 65,6% foram para a Águas do Centro Litoral, S.A., 19,5% para a Águas do Vale do Tejo, S.A. e 14,8% correspondem a ETAR próprias.

Gráfico 27 - Efluentes enviados em "alta"



O volume recolhido no Município da Lousã representa cerca de 34,0% do volume total recolhido em "alta" nas redes de saneamento.

Relativamente ao volume recolhido nas ETAR próprias, o Município da Lousã, com 473.713 m³ representa cerca de 65,0% do total de volume recolhido nas (729.027 m³).

11.3.2 Quantidade e volumes recolhidos em fossas

O serviço de limpeza de fossas sépticas inclui-se na atividade de saneamento de águas residuais. As fossas sépticas, enquanto instalações particulares, individuais ou coletivas de disposição de águas residuais urbanas, estão largamente disseminadas pela área de intervenção da APIN. O seu adequado funcionamento, nomeadamente quanto ao destino final das lamas, deve ser devidamente acautelado, na medida em que pode constituir um problema ambiental relevante ou mesmo de saúde pública.



Durante o ano de 2025 foram executadas um total de 2.916 limpezas de fossa e foram recolhidos 24.501 m³ de lamas. Verificou-se uma diminuição de 309 limpezas de fossa face ao ano anterior.

Quadro 19 - Limpeza de fossas realizadas em 2025 e 2024 e respetivos volumes

Município	N.º de limpeza de fossas		Volumas recolhidos (m ³)		Diferença n.º LF 25/24
	2025	2024	2025	2024	
Aveiã	158	147	1 284	1 581	11
Ansião	322	373	2 981	3 806	-61
Castanheira de Pera	210	233	1 817	2 254	-23
Figueiró dos Vinhos	715	924	5 582	6 746	-209
Góis	119	131	598	884	-12
Lousã	497	478	5 161	5 225	19
Parafloresta da Serra	103	99	585	576	4
Pedrógão Grande	176	183	1 067	1 289	-7
Penela	246	268	1 651	1 868	-20
Vila Nova de Poiares	370	391	3 776	3 649	-21
Total	2 916	3 225	24 501	27 659	-309

A diminuição do número de limpeza de fossas prende-se essencialmente pelo aumento da taxa de cobertura da rede de saneamento de águas residuais, sendo exemplo disso mesmo a diminuição dos serviços de limpeza de fossas em sete municípios, tendo o Município de Figueiró dos Vinhos uma diminuição de 22,6% (menos 309).

11.3.3 Intervenções de desobstrução

As equipas de exploração procederam no ano de 2025 a 532 intervenções de desobstrução da rede de drenagem de águas residuais, das quais 202 no Município da Lousã (38,0%). Observou-se um aumento de 53 intervenções relativamente a 2024.

Gráfico 28 - Desobstruções na rede de saneamento





A média de ocorrências no ano de 2025 foi de 1,45 obstruções/dia, o que representa um aumento de 0,15 obstruções/dia relativamente ao ano anterior.

A ocorrência de obstruções deveram-se na sua maioria ao mau estado dos coletores e caixas de visita, nomeadamente em redes unitárias com coletores em grês, normalmente associadas a entrada de areias e afluências indevidas. Para além deste tipo de episódios, temos ainda a considerar a afluência de caudais associados a eventos pluviométricos causando sobrecarga hidráulica no sistema com várias consequências nefastas, como sejam, descargas sem tratamento adequado. Deste modo, é recomendado o encaminhamento para um sistema separativo, articulando-se com as intervenções dos municípios.

11.3.4 Operação e manutenção de ETAR

Atualmente a APIN tem sob sua gestão 31 ETAR como se pode visualizar de seguida:

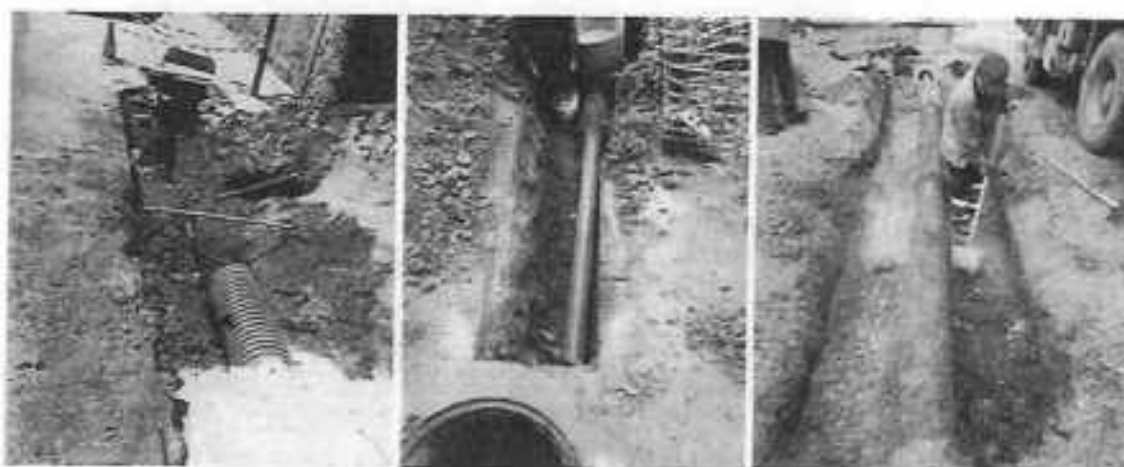
Quadro 20 - ETAR sob gestão da APIN

Município	Quantidade de ETAR	Volumes tratados (m3)
Alvalade	-	-
Alvão	-	-
Castanheira de Pera	3	110 624
Figueiró dos Vinhos	-	-
Góis	4	91 090
Lousã	3	473 713
Pampilhosa da Serra	20	50 307
Pedregal Grande	-	-
Penela	-	-
Vila Nova de Poiares	1	3 293
Total	31	729 027

No ano de 2025, foram recolhidos mais de 700 mil m³ de águas residuais nas ETAR próprias. As ETAR instaladas nos Municípios de Alvaiázere, Ansião, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande e Penela são geridas pelas Entidades em "alta".

11.3.5 Ramais de Saneamento

Durante o ano de 2025 foram executados 72 novos ramais de ligação de águas residuais. Comparativamente aos 70 ramais executados no ano de 2024, verifica-se um aumento global de cerca de 2,9%.



11.4 Gestão de Resíduos Urbanos

O Departamento de Resíduos Urbanos tem como missão assegurar a gestão eficiente dos recursos humanos e dos meios técnicos disponíveis, bem como promover e implementar medidas destinadas à redução da deposição de resíduos em aterro sanitário, contribuindo para a proteção da saúde pública e para a promoção de um ambiente mais sustentável.

Durante o período de maior intensidade operacional, designadamente entre julho e setembro, foram adotadas medidas de ajustamento da capacidade operacional, tendo sido desencadeados procedimentos de contratação de prestadores de serviços para assegurar a continuidade do serviço e a adequada cobertura de ausências temporárias e períodos de férias. Neste âmbito, foram contratados 5 prestadores de serviços para reforço temporário das equipas.

A APIN dispõe de cerca 10.804 contentores com capacidade de 6.720 m³, dos quais 10.406 são contentores de recolha de resíduos urbanos indiferenciados e 398 contentores de recolha de biorresíduos.



No âmbito da substituição de contentores houve a necessidade de substituir contentores que se encontravam danificados. Foram também efetuados trabalhos de arranjos exteriores para uma maior higienização dos contentores e minimizar o impacto visual.



Durante o ano de 2025 foram efetuadas 13.123 lavagens de contentores de resíduos indiferenciados (aumento de 10.055 lavagens face ao ano de 2024) e 3.125 lavagens de contentores de biorresíduos (aumento de 446 lavagens face ao ano de 2024). A diferença verificada nas lavagens de contentores de resíduos indiferenciados, deve-se, sobretudo, por terem sido verificadas dificuldades nos procedimentos de contratação pública para o efeito no ano de 2024.



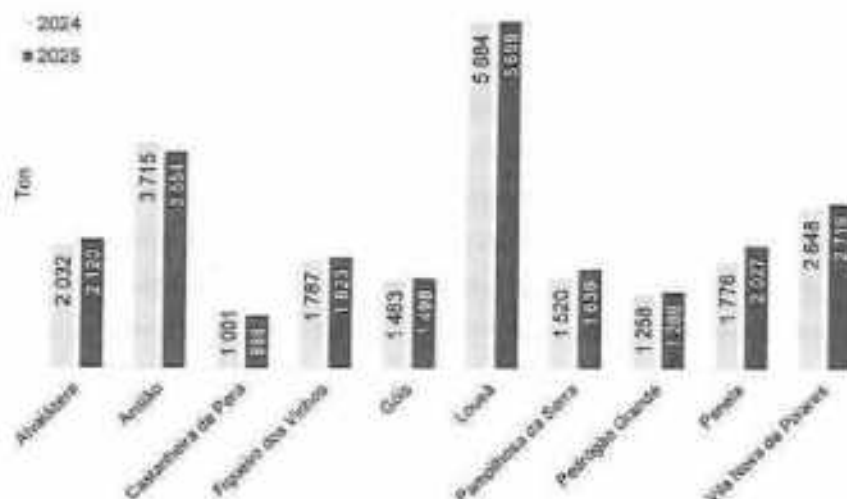
No quadro que se segue, apresenta-se o detalhe do parque de contentores à data de 31 de dezembro de 2025:

Quadro 21 - Parque de contentores

Município	Contentores (Qt)	Indiferenciados								Biorresíduos				Capacidade instalada (m3)
		Quantidades								Quantidades				
		120l	240l	360l	600l	800l	1 100l	3 000l	Total	120l	140l	360l	Total	
Alvaiázere	1 178	362	2	71	-	608	135	-	1 178	-	-	-	-	704
Ansião	1 631	113	6	19	-	1 462	19	12	1 631	-	-	-	-	1 248
C. Pera	532	98	9	24	6	319	76	-	532	-	-	-	-	364
F. Vinhos	605	123	2	9	1	584	86	-	605	-	-	-	-	501
Góis	821	10	20	166	7	595	23	-	821	-	-	-	-	571
Lousã	2 109	246	312	331	-	797	54	-	1 740	23	80	266	369	1 030
P. Serra	985	90	162	49	1	668	15	-	985	-	-	-	-	619
P. Grande	858	145	8	49	258	357	41	-	858	-	-	-	-	497
Penela	721	3	4	126	-	546	42	-	721	-	-	-	-	530
V.N. Poiares	1 137	245	73	326	-	418	60	-	1 122	15	-	-	15	668
	10 777	1 435	598	1 170	273	6 354	551	12	10 293	38	80	266	384	5 710

No decorrer do ano de 2025 foram recolhidas 23.256 toneladas de resíduos indiferenciados nos 10 municípios da área de intervenção da APIN, os quais foram entregues nas Estações de Transferência da ERSUC, situadas nos concelhos de Góis e Ansião, o que traduz um aumento de 1,5% face a 2024 (22.904 toneladas). Estes valores não incluem a recolha de biorresíduos.

Gráfico 22 - Recolha de resíduos indiferenciados

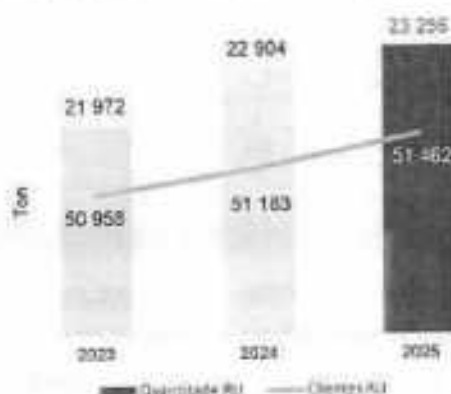




Observando os dados de quantitativos recolhidos por município de 2024 e 2025, conclui-se que os maiores aumentos foram nos concelhos da Lousã (+24,5%), Ansião (+15,3%) e Vila Nova de Poiares (+11,7%).

Registou-se um aumento da quantidade de resíduos recolhidos, acompanhado por um crescimento do número de clientes do serviço. O gráfico seguinte apresenta a evolução comparativa dos valores anuais entre 2023 e 2025:

Gráfico 34 - Recolha de resíduos indiferenciados e quantidade de clientes



Os resíduos urbanos indiferenciados são posteriormente encaminhados pela empresa responsável pelo tratamento de resíduos, designadamente o Sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos do Litoral Centro, situado em Coimbra, que visa garantir a valorização desses resíduos da forma mais sustentável nas suas diversas áreas de atuação. O tratamento e a recolha seletiva dos resíduos urbanos produzidos nos dez municípios são assegurados pela ERSUC.

No âmbito do projeto BIO/APIN – Recolha de biorresíduos (Município da Lousã - exceto a freguesia de Serpins) e do projeto Recolha-Bio (Município de Vila Nova de Poiares), no ano de 2025 foram recolhidas 193,5 toneladas de biorresíduos, que representa um aumento de 36% face ao ano de 2024 de resíduos que são encaminhados para valorização orgânica.

Importa ainda referir que a APIN procede, sempre que se justifique, ao reforço temporário de meios de recolha em eventos de maior afluência e impacto territorial. Em 2025 destacam-se os reforços de contentorização para resíduos indiferenciados nos Municípios de Góis e da Lousã, no âmbito da realização do Rally de Portugal.





11.5 Manutenção

A área da manutenção da APIN tem à sua responsabilidade a manutenção das infraestruturas de abastecimento de água, a manutenção das infraestruturas de saneamento e a manutenção da frota de viaturas da APIN, nomeadamente viaturas de apoio à exploração, viaturas de recolha de resíduos, viaturas de limpeza de fossas e máquinas de movimentação de terras.

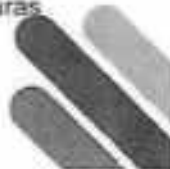
As 1.108 infraestruturas que fazem parte do sistema de abastecimento de água da responsabilidade da APIN estão distribuídas por diferentes tipologias: captações; estações de tratamento de água; reservatórios; estações elevatórias; caixas com instrumentação de medição e monitorização, ventosas; válvulas reguladoras de pressão; caixas de perda de carga.

Relativamente ao saneamento, as cerca de 126 infraestruturas distribuem-se pelas seguintes tipologias: ETAR e estações elevatórias de águas residuais.

As 133 viaturas que atualmente compõem o parque auto distribuem-se pelos seguintes tipos: ligeiras de passageiros; ligeiras de mercadorias; pesadas de mercadorias; viaturas de resíduos urbanos, máquinas de escavação, atrelados, motas e veículos elétricos.

O objetivo da área da manutenção da APIN é contribuir de forma efetiva e decisiva para assegurar uma melhoria contínua da qualidade de serviço prestada à população dos municípios que constituem a APIN. Neste processo a estreita colaboração e interação com a operação é fundamental. Para se assegurar estes objetivos a APIN atua em quatro vetores fundamentais, nomeadamente: manutenção corretiva, manutenção preventiva, e melhorias e reabilitações.

- ✓ **Manutenção corretiva:** é a atividade técnica executada depois da ocorrência de uma avaria e tem como objetivo restaurar o ativo para uma condição em que pode funcionar como pretendido, quer pela sua reparação ou por substituição.
- ✓ **Manutenção preventiva:** consiste em intervenções realizadas para prevenir a ocorrência de avarias e monitorizar o desempenho operacional das infraestruturas



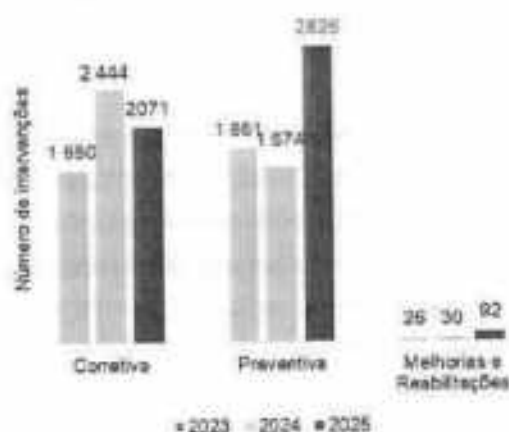


e respetivos equipamentos. A manutenção preventiva é planeada e realizada independentemente da condição operacional do ativo no momento, com o objetivo de evitar avarias e minimizar as consequências de colapsos.

- ✓ Melhorias e Reabilitações: Em sistemas de abastecimento de água ou de saneamento antigos e em deficiente estado de conservação, a manutenção de melhoria e a reabilitação traduzem-se em intervenções essenciais para garantir o funcionamento adequado, eficiente e sustentável, além de prolongar a vida útil das infraestruturas. Estas ações incluem: atualização tecnológica, melhoria de qualidade de tratamento, redução de perdas, adequação das capacidades às solicitações, além de intervenções nas infraestruturas de construção civil.

O trabalho realizado no ano de 2025 nas infraestruturas resume-se de seguida:

Gráfico 21 – Manutenção corretiva e preventiva



Apresenta-se de seguida alguns exemplos de intervenções de melhorias e reabilitações de infraestruturas que ocorreram durante o ano de 2025:

- 1) Reservatório de Gamarhos - Alvalázere



Antes



05
B
H
2/3
A

Depois





2) Reservatório da Cumezeira – Penela

Antes



Depois



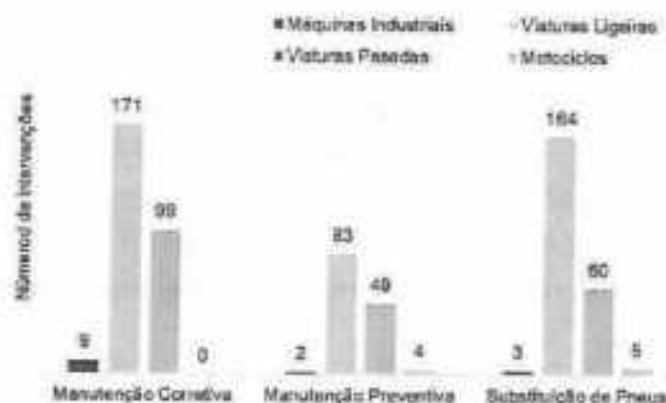
Para apoio à gestão da manutenção e operação a APIN conta com uma importante ferramenta informática, a plataforma "NAVIA", suporte essencial para se conseguir gerir, avaliar, programar e otimizar o trabalho realizado.

No que respeita aos serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, todas as intervenções efetuadas foram realizadas por meios próprios através das equipas internas de manutenção existentes em cada um dos três polos em que se encontram organizados e distribuídos os 10 concelhos constituintes da APIN. No que diz respeito à manutenção de equipamentos, recorreu-se apenas a prestadores de serviços para a reparação de equipamentos de bombagem.



Relativamente ao parque de viaturas da APIN, apresenta-se de seguida o número de intervenções por tipo de viatura e por tipos de intervenção:

Gráfico 12 – Número de intervenções nas viaturas



Durante o ano de 2025 entre manutenção preventiva, corretiva e substituição de pneus foram efetuadas um total de 649 intervenções em viaturas, menos 82 intervenções em relação ao ano de 2024, das quais, 14 em máquinas industriais, 418 em viaturas ligeiras, 208 em viaturas pesadas e 9 em motociclos. As intervenções em viaturas pesadas, essencialmente em viaturas de recolha de resíduos urbanos, que apesar de serem em número relativamente reduzido face à restante frota (22 viaturas operacionais de resíduos urbanos; 5 viaturas de limpeza e desobstrução de saneamento; 69 viaturas ligeiras; 6 máquinas e 5 motociclos), apresentam elevadas intervenções de manutenção corretiva, este facto justifica-se pela elevada idade da frota de viaturas de resíduos.

A experiência acumulada ao longo do tempo tem demonstrado que a aposta na manutenção preventiva e na sensibilização dos motoristas para uma utilização mais cuidada das viaturas tem impactos positivos significativos. Esta abordagem tem resultado numa redução expressiva do número de intervenções de manutenção corretiva e, consequentemente, numa diminuição dos custos associados.

No que se refere ao parque de viaturas pesadas, a manutenção auto conta apenas com um mecânico especializado. Grande parte dos recursos internos são canalizados para a resolução de avarias em viaturas de recolha de resíduos urbanos, muitas vezes com necessidade de intervenção em estrada. A gestão da manutenção preventiva das viaturas pesadas e máquinas é realizada de forma articulada entre o gestor de frota e a manutenção auto da APIN. Através de um planeamento rigoroso, procura-se realizar revisões gerais programadas em todas as viaturas



pesadas, complementadas por manutenção condicionada detalhada, abrangendo chassis e superestrutura. Este processo permite identificar e corrigir anomalias latentes, prevenindo avarias de maior dimensão que poderiam implicar custos elevados e tempos de paragem prolongados. Este aspeto assume particular relevância num parque de viaturas reduzido face às necessidades operacionais e com uma idade média elevada, situada em torno dos 21 anos.

Nos casos em que os recursos internos não são suficientes para responder às necessidades de manutenção, recorre-se a prestadores de serviço externos, através de procedimentos específicos previamente estabelecidos. Desde o início das suas atividades, a manutenção na APIN tem como princípio fundamental garantir diariamente:

- ✓ Abastecimento de água: assegurar a continuidade do fornecimento de água potável a todos os clientes, garantindo o cumprimento dos padrões de qualidade exigidos pela legislação vigente;
- ✓ Tratamento de águas residuais: assegurar o encaminhamento e tratamento adequado de todos os efluentes, em conformidade com as normas e regulamentos legais aplicáveis;
- ✓ Operacionalidade da frota: garantir a plena operacionalidade da frota de viaturas, essencial para a execução eficiente das atividades da APIN.

Para atingir estes objetivos, é essencial assegurar eficiência, eficácia e um controlo rigoroso dos custos.

Perspetivas a curto prazo:

Para os próximos anos, a manutenção da APIN pretende consolidar e evoluir nas seguintes áreas:

- ✓ Plataforma NAVIA: continuar a consolidação da implementação e aperfeiçoamento da plataforma, permitindo melhorar a organização, eficiência e eficácia das operações de manutenção;
- ✓ Eficiência hídrica: após a conclusão das obras de eficiência hídrica, importantes para alcançar o objetivo de controlo e redução de perdas, o foco estará na garantia da fiabilidade dos mais de 400 pontos de recolha de informação, assegurando a sua operação ininterrupta e fidedigna;
- ✓ Infraestruturas de água e saneamento: dar continuidade à reabilitação e melhoria destas infraestruturas, garantindo a sua modernização e eficiência;
- ✓ Parque de viaturas: além de manter a plena operacionalidade da frota, pretende-se melhorar as condições de trabalho para a manutenção interna, bem



como renovar progressivamente a frota de viaturas de resíduos urbanos, através da reabilitação das viaturas existentes e da substituição das mais antigas e desgastadas.

Desta forma, a APIN continuará a investir na manutenção preventiva e na otimização dos seus recursos, garantindo um serviço eficiente e sustentável para os municípios que serve.

11.6 Central de Gestão de Operações

A Central de Gestão de Operações realiza em permanência a ligação entre os elementos necessários para uma prestação de serviços eficaz e eficiente.

A Central de Gestão de Operações faz o atendimento da linha de roturas e avarias da APIN, fazendo a ponte entre as ocorrências, comunicadas por clientes, entidades, colaboradores da APIN, por equipas no terreno, ou por alarmística dos meios em utilização (telegestão ou telemetria) 24 horas por dia, mantendo todas as partes interessadas informadas quanto ao decorrer dos trabalhos.

No decorrer do ano de 2025 registaram-se 2.757 ocorrências comunicadas por clientes, mais 173 face às ocorrências registadas em 2024, das quais 2.368 correspondem a contactos para serviços de abastecimento de água que reúne cerca de 86% do total de ocorrências, como pode ser visualizado nos quadros que se seguem:

Quadro 22 - Ocorrências comunicadas por clientes

Serviços	2025	% anual	2024	% anual	2023	% anual
Água	2 368	86%	2 238	87%	2 841	88%
Saneamento	254	10%	256	10%	292	9%
Resíduos	32	1%	46	2%	33	1%
Diversos	73	3%	44	2%	122	4%
Total	2 757		2 584		3 288	

Quadro 23 - Tipificação das roturas de água

Tipificação dos Serviços de Água	2025	% anual	2024	% anual	2023	% anual
Rotura	1 110	47%	1 051	47%	1 210	49%
Sem água	385	18%	375	17%	581	20%
Verificação de Contador	408	17%	395	18%	478	17%
Falta de Pressão	293	12%	262	12%	335	12%
Qualidade da água	52	2%	52	3%	82	3%
Situações Diversas	58	2%	61	3%	80	3%
Fuga Boca de Incêndio	62	3%	33	1%	75	3%
Total	2368		2239		2841	





Dos contactos recebidos relativos ao serviço de abastecimento de água cerca de 47% dizem respeito a roturas.

Em 2025 consolidou-se a operacionalização do software NAVIA e procedeu-se à sua integração com os dados fornecidos pelos equipamentos instalados no âmbito do projeto de eficiência hídrica através do software Zeus. O acompanhamento permanente destes dados constitui o contributo basilar para o controlo de perdas, permitindo a identificação precoce de roturas e reconhecimento de zonas críticas.

No decorrer de 2025 foi sistematizada a análise dos consumos mínimos noturnos das ZMC da APIN, permitindo deste modo um apoio pró-ativo do acompanhamento da evolução das campanhas de deteção de fugas não visíveis, dando, deste modo, continuidade ao trabalho já iniciado de redução do valor do índice de perda de água.



11.7 Investimentos

O investimento realizado pela APIN abrange a execução física e financeira do Plano Investimentos (PPI) e de Outros Investimentos.

No âmbito da execução de investimentos que são objeto de financiamento comunitário ao abrigo das candidaturas a apoio comunitário, desde o início da sua atividade (2020) até final de 2025, a APIN investiu cerca de € 39,8 milhões, repartido da seguinte forma:



- Investimento em obras de saneamento de águas residuais, no valor de € 30,6 milhões;
- Investimento em obras de abastecimento de água, no valor de € 1,6 milhões;
- Projeto Eficiência Hídrica – Redução de Perdas, no valor de € 5 milhões;
- Projeto BIO APIN (Biorresíduos), no valor de € 991,1 mil;
- Projeto SIC APIN (Compostagem), no valor de € 1 milhão;
- Projeto Porta-a-Porta (Recolha Seletiva), no valor de € 78,8 mil;
- Duas Viaturas Limpa Fossas, no valor de € 472,8.

Do investimento realizado, a APIN viu participado a fundo perdido cerca de 52,7% do total investido.

Apresenta-se de seguida os montantes globais de investimento dividido por tipologia:

Quadro 24 - Investimentos por tipologia

Serviço	Tipologia	Investimento Total
Abastecimento de água	Obras AA	1 580 507 €
	Eficiência Hídrica - Redução de Perdas	5 020 315 €
	Sub total	6 600 822 €
Saneamento de águas residuais	Obras AR	30 633 396 €
	Viaturas Limpa Fossas	472 751 €
	Sub total	31 106 148 €
Gestão de Resíduos Urbanos	Compostagem	1 037 702 €
	Biorresíduos	991 104 €
	Porta-a-Porta (Recolha Seletiva)	78 801 €
	Sub total	2 107 607 €
Total		99 814 578 €

Os investimentos no serviço de saneamento de águas residuais representam cerca de 78,1% do total de investimentos que foram objeto de financiamento comunitário ao abrigo das candidaturas ao POSEUR.

O ritmo do investimento em 2025 foi inferior ao registado nos anos anteriores, sobretudo aos anos de 2021 a 2023. Tal é resultado do final das operações cofinanciadas pelo POSEUR e a inexistência de novas operações aprovadas com cofinanciamento.

Relativamente às obras cofinanciadas pelo POSEUR, durante o ano de 2025, foram efetuados os seguintes procedimentos:

- vistorias para efeitos de receções parciais das obras, com efeitos de libertação de garantia por parte dos empreiteiros (2 anos após a finalização das obras);





- gestão de reclamações por parte dos municípios sobretudo em relação aos pavimentos nas zonas de execução de coletores e de substituição de condutas;
- vistorias na obra da eficiência hídrica na parte dos equipamentos instalados (caudalímetros, dataloggers) com intuito de perceber se estava tudo funcionar corretamente.

Importa realçar algumas obras efetuadas em 2025 integralmente financiadas pela APIN:

1. Góis - Fecho de rede de saneamento de águas residuais em Carvalhais - Várzea Pequena, no valor de € 66,177 - este investimento permitiu disponibilizar o serviço de saneamento em mais de 40 locais de consumo, com a instalação de rede de drenagem de águas residuais, o que permitiu colocar em serviço 765 metros lineares de rede. Em simultâneo, foram reabilitados mais de 200 metros lineares da rede de abastecimento de água, bem como 10 ramais domiciliários, contribuindo significativamente para a melhoria da eficiência e fiabilidade do sistema existente.

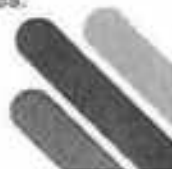




2. Lousã - Aquisição de ETAR - Fossa biológica modular na Cerdeira, no valor de € 25.200 – A obra foi realizada na sequência da identificação de anomalias estruturais na fossa existente, designadamente fissuras que possibilitavam a infiltração de efluente no solo.



3. Pedrogão Grande – substituição de conduta de abastecimento no Coelhal, no valor de € 17.990.
4. Castanheira de Pera - substituição de coletor de saneamento e águas residuais, no valor de € 15.995 – substituição de 25 metros de coletor, após diversas obstruções.



Apesar dos progressos alcançados nos últimos anos, os serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, carecem de um esforço adicional no sentido de não só aumentar a taxa de cobertura, mas também proceder à substituição de condutas em fim de vida e/ou que manifestam perdas elevadas, bem como de coletores de águas residuais que manifestam patologias.

A execução do Quadro Comunitário PT2030 está em curso, no seu programa estão previstos apoios a investimentos no Ciclo Urbano da Água. Em setembro de 2024 foi publicado o Aviso CENTRO2030-2024-54 que se destina a investimentos nos sistemas de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, que contem o período para apresentação de candidaturas até março de 2026.

Face à impossibilidade de assegurar a comparticipação própria, tal como deliberado pelos seus Órgãos não foram realizados projetos e não serão apresentadas diretamente pela APIN candidaturas ao PT2030 – Ciclo Urbano da Água, continuando a ser estudada a possibilidades dos Acionistas de forma direta, o poderem vir a fazer. De referir que estas candidaturas têm a intervenção das Comunidades Intermunicipais de Coimbra e de Leiria, na qualidade de organismos intermédios. Através destes novos projetos pretende-se continuar a criar e implementar soluções que permitam o uso eficiente da água e reduzir as perdas de água nos sistemas de abastecimento público. A empresa tem sinalizado investimentos nestes dois serviços, para 2026, no valor de cerca de € 1,2 milhões, associado a este investimento a empresa apresentou projetos de reabilitação de 10 ETAR para o qual apresentou uma candidatura ao abrigo do Aviso Centro2030-2024-29. A empresa irá continuar a sensibilizar as entidades gestoras dos sistemas pluviais para que invistam nas respetivas redes de recolha.

11.8 Planeamento e Projeto

Durante o ano de 2025 deram entrada 287 processos para análise técnica das condições e/ou autorização de ligação às redes públicas, dos quais 212 correspondem a pedidos de clientes domésticos, 73 de clientes não domésticos e 2 referente a pareceres para infraestruturas a construir por municípios.

Relativamente aos pedidos de informação cadastral, pressão e caudal, análise de ramais com extensão superior a 20 metros, pedidos de declarações e ramais de incêndio, foi dada resposta a 31 solicitações.

No total, foram analisados 318 processos. Apresenta-se de seguida a percentagem de processos por município:



Gráfico 12 - Percentagem da proceieva por município



11.9 Sistema de Informação Geográfica (SIG) e Cadastro

Os Sistemas de Informação Geográfica (SIG) são ferramentas essenciais para as empresas com os serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, pois permitem recolher, analisar e visualizar dados espaciais sobre a disponibilidade e qualidade, no que diz respeito ao fornecimento e recolha de efluentes, demonstrando assim a realidade das infraestruturas existentes no terreno, de forma mais incisiva e precisa.

Estas tecnologias de informação geográfica, são também, nos dias de hoje, poderosos instrumentos na tomada de decisões sobre o planeamento, monitorização e gestão dos recursos hídricos, bem como na prevenção e mitigação de riscos hidrológicos, como secas, inundações e poluição.

Os SIG são agora marcados por uma convergência de tecnologias emergentes, como a inteligência artificial, a internet das coisas (IOT), bem como a computação em nuvem, que impulsionam a capacidade de análise e visualização de dados geográficos. Essa evolução tem permitido:

- **Análises mais complexas e precisas:** A integração de dados de diversas fontes, como imagens de satélite, sensores remotos e dados socioeconômicos, permite realizar análises espaciais mais sofisticadas, identificando padrões e tendências antes invisíveis.
- **Visualizações mais interativas e imersivas:** A utilização de tecnologias de realidade virtual e aumentada proporciona uma experiência mais rica e intuitiva na

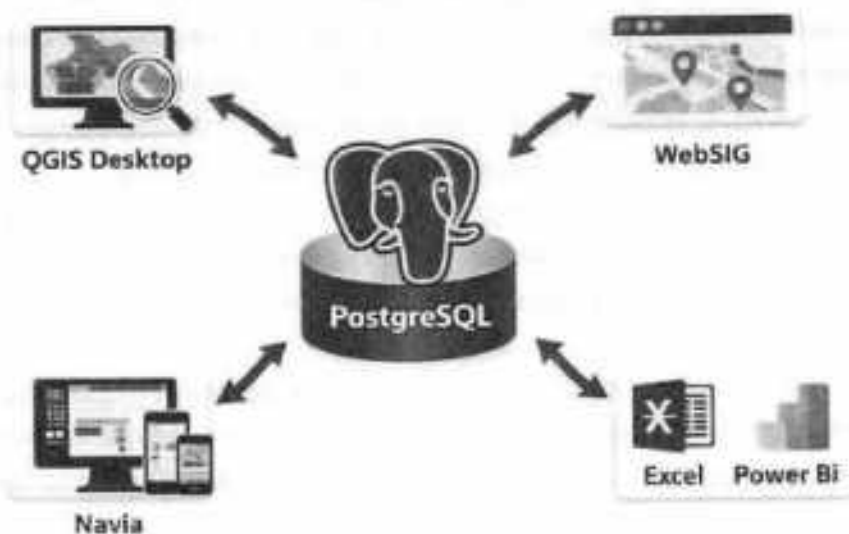


exploração de dados geográficos, facilitando a comunicação de resultados complexos.

- **Aplicações em tempo real:** A combinação de SIG com IOT e sensorização permitindo monitorizar e analisar dados em tempo real, possibilitando a tomada de decisões mais ágeis em situações críticas.
- **Acessibilidade e democratização:** O desenvolvimento de plataformas SIG de código aberto e a disponibilização de grandes volumes de dados geográficos gratuitos têm democratizado o acesso a essas ferramentas, permitindo que um público cada vez mais amplo explore e utilize dados geográficos.

No entanto, desafios persistentes como a interoperabilidade entre diferentes sistemas, a qualidade dos dados e a necessidade de profissionais qualificados continuam a exigir uma maior e especial atenção.

Infraestrutura de Dados Espaciais



As atividades desenvolvidas, no decorrer do ano de 2025, foram as seguintes:

- Atualização da informação geográfica e cadastral existente;
- Elaboração de plantas cadastrais para os vários departamentos e Poios Operacionais, bem como para entidades e requerentes externos;



- Construção de mapas temáticos de apoio à tomada de decisão para os vários departamentos organizacionais;
- Conversão e importação de telas finais provenientes de diversas empreitadas de saneamento e eficiência hídrica;
- Apoiar os vários departamentos, através da preparação de diversa informação em diversos formatos de dados, e para diferentes objetivos (dados analíticos);
- Desenvolvimento de novas aplicações com informação cadastral temática para o Geoportal, de modo a dar resposta a solicitações de outros departamentos internos;
- Validação e incorporação de informação geográfica e cadastral das infraestruturas de abastecimento de água e saneamento do Município de Vila Nova de Poiares;
- Levantamento e validação cadastral de infraestruturas de saneamento de águas residuais em diversas localidades;
- Delimitação de bacias de drenagem de águas residuais para os Municípios de Penela, Ansião e Alvaiázere;
- Elaboração de projeto de partilha de dados cadastrais, no âmbito da aprovação de uma candidatura ao PRR;
- Correção de cadastro físico do software de gestão de clientes Aquamatrix;
- Continuação do desenvolvimento da interoperabilidade entre os vários sistemas e softwares de informação existentes (SIG – Navia, SIG – Aquamatrix e SIG-360 Waste);
- Criação de scripts automáticos em SQL e Python, de modo a melhorar a interoperabilidade entre os diversos sistemas SIG, QGIS Desktop – QgisWebClient e QgisDesktop – PostgreSQL;
- Implementação das respetivas metodologias para a criação de metadados de acordo com as respetivas diretivas nacionais e europeias.

11.10 Segurança e Saúde no Trabalho

No ano de 2025, manteve-se o investimento contínuo na higiene e segurança da organização, consolidando as medidas de prevenção e minimização dos riscos associados às tarefas desenvolvidas, com o objetivo de eliminar ou reduzir a exposição dos trabalhadores a perigos profissionais. Assim, e à semelhança do ano anterior, foram desenvolvidas diversas atividades com vista ao reforço das condições de segurança e saúde no trabalho (SST), destacando-se:

- Entrega e reposição de equipamentos de proteção individual e fardamento ao longo do ano;



- Reavaliação da identificação de perigos e avaliação dos riscos profissionais, com a consequente definição e atualização das respetivas medidas de controlo, sempre que se justificou;
- Análise e acompanhamento de acidentes e incidentes de trabalho;
- Análise de dados e indicadores de segurança, nomeadamente índices de sinistralidade;
- Adaptação e melhoria dos equipamentos de proteção individual e coletiva, em função das necessidades identificadas e partilhadas pelos colaboradores que os utilizam;
- Acompanhamento de trabalhos e atividades, assegurando o cumprimento dos procedimentos de segurança definidos;
- Controlo, ao nível da segurança, dos prestadores de serviço sob alçada da APIN, garantindo o cumprimento da legislação aplicável em matéria de segurança e saúde no trabalho;
- Atualização de registos e documentação no âmbito da SST;
- Avaliação das condições de armazenamento de materiais e equipamentos, incluindo o levantamento de necessidades existentes nos diversos centros operacionais, nomeadamente para futura aquisição de bacias de retenção;
- Sensibilização contínua dos trabalhadores e prestadores de serviço para o cumprimento das regras de segurança em vigor;
- Monitorização da exposição a ruído e vibrações no setor dos resíduos, com vista à verificação da eficácia dos equipamentos de proteção individual e dos procedimentos implementados, não se tendo verificado necessidade de medidas corretivas adicionais;
- Preparação técnica e planeamento das futuras medições de diagnóstico de radão, em conformidade com os requisitos legais aplicáveis;
- Realização de ações de sensibilização estruturadas sobre segurança no trabalho, incidindo nos riscos associados às atividades desenvolvidas, na utilização adequada de equipamentos de proteção individual e nos procedimentos a adotar em caso de acidentes e incidentes de trabalho.



Para 2026, prevê-se a continuidade do investimento na melhoria das condições de segurança e saúde no trabalho, com destaque para a conclusão da aquisição de pórticos móveis para elevação de cargas e pessoas e para a realização de medições de diagnóstico de radão nas instalações da empresa, em cumprimento da legislação aplicável, mantendo-se a monitorização contínua e a promoção de uma cultura de segurança preventiva.

11.11 Comunicação e Imagem

O Departamento de Comunicação e Imagem tem como missão assegurar a articulação institucional da APIN com os seus stakeholders, apoiar a divulgação das iniciativas desenvolvidas e promover o envolvimento da empresa com a comunidade servida.

O Em 2025, a atividade nesta área foi assegurada de forma limitada, tendo sido dada prioridade a ações consideradas estruturantes, designadamente a divulgação de investimentos realizados no Município de Góis e a realização de ações de sensibilização junto da população. Apesar da redução da atividade regular nesta área, foram mantidos os canais institucionais de comunicação considerados essenciais:

- Junho 2025 – “APIN investe em nova infraestrutura de saneamento e abastecimento de água em Carvalhais - Várzea Pequena (Freguesia de Vila Nova do Ceira)”.

Apresentação pública do investimento de saneamento e abastecimento de água da APIN em Carvalhais, Vila Nova do Ceira

O Município de Góis e a APIN assinaram, este ano, em Carvalhais, a Freguesia de Vila Nova do Ceira, a apresentação pública sobre o mais recente investimento da APIN numa nova infraestrutura de saneamento e abastecimento de água na localidade de Carvalhais. Oito anos, no valor de 100 000 000, para a expansão da rede de água potável para APIN, com o prazo de execução de 60 dias, passou na construção do SIC sobre a rede de água potável de saneamento e abastecimento de 200 metros da rede de abastecimento de água.



Ações de Sensibilização:

Durante o ano de 2025 foram efetuadas várias ações de sensibilização e formação que contribuíram de forma positiva para uma correta separação de resíduos, mas acima de tudo, para um ambiente mais sustentável.

Destacam-se as ações de campanha porta-a-porta no Município da Lousã, no âmbito do projeto BIO APIN seguido das ações do SIC APIN e do projeto Recolha BIO.



No total foram efetuadas 70 ações de sensibilização, incluindo escolas, mas na sua maioria foram campanhas porta-a-porta com entrega de baldes e cartões de acesso às Ecoboxes, e compostores conforme a tabela seguinte:

Quadro 23 - Número de ações de sensibilização

Projeto	N.º ações de sensibilização 2025	N.º ações de sensibilização 2024
BIO-APIN	42	52
Recolha BIO	3	1
SIC-APIN	23	6
SIC-APIN e BIO-APIN	2	4
Total Geral	70	63

Ações de sensibilização - Projetos BIO APIN e SIC APIN



A APIN tem como missão a disponibilização de um serviço de recolha de resíduos equitativo para todos os seus clientes, promovendo simultaneamente uma relação de proximidade e confiança, assente num compromisso permanente de melhoria contínua dos processos.

A melhoria contínua integra a cultura e o trabalho diário das equipas, refletindo-se na monitorização regular dos indicadores de desempenho, na análise crítica dos resultados e na implementação de medidas corretivas e preventivas sempre que necessário. Este compromisso permite reforçar a eficiência operacional, otimizar recursos e assegurar uma resposta cada vez mais adequada às necessidades da população e às exigências ambientais.

Importância do destino dos resíduos volumosos - Divulgação no Facebook da APIN.



Óleos alimentares usados e água da chuva - Divulgação no Facebook da APIN.





11.12 Responsabilidade Social

No âmbito da responsabilidade social, e alinhada com a função social dos municípios que a integram, a APIN incluiu no seu tarifário opções diferenciadas para garantir uma maior equidade no acesso aos serviços prestados. Assim, os utilizadores domésticos podem beneficiar de tarifários especiais, designadamente o tarifário social, destinado a agregados com menor rendimento, e o tarifário para famílias numerosas, proporcionando condições mais ajustadas às suas necessidades.

De acordo com o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 147/2017, de 5 de dezembro, são elegíveis para beneficiar da tarifa social as pessoas singulares com contrato de fornecimento de serviços de águas e que se encontrem em situação de carência económica. Os municípios aderentes solicitam e obtêm a informação sobre a elegibilidade dos potenciais beneficiários, mediante o número de identificação fiscal do titular do contrato e do código do local de consumo, através da Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), que para este efeito consulta os serviços competentes da Autoridade Tributária e Aduaneira e da Segurança Social.



12 ANÁLISE ECONÓMICO FINANCEIRA

Nos subcapítulos que se seguem, apresenta-se o detalhe da estrutura de rendimentos, gastos, bem como a situação patrimonial no final de dezembro de 2025.

12.1 Estrutura de Rendimentos

A estrutura de rendimentos da APIN foi de € 19,7 milhões, conforme quadro abaixo:

Quadro 26 - Rendimentos e ganhos

Rendimentos e Ganhos	2025	2024
Vendas	4 655 652	4 027 664
Prestação de serviços	13 249 389	11 283 604
Subsídios à exploração	15 628	14 803
Outros rendimentos e ganhos	1 779 275	7 907 803
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	191	-
Total	19 700 135	23 233 974

O volume da negócios totalizou € 17,9 milhões, distribuído pelas seguintes áreas de atuação: abastecimento de água (46,4%), saneamento de águas residuais (22,9%) e gestão de resíduos (30,7%). Adicionalmente, o valor registado em "Outros rendimentos e ganhos" no ano de 2025 inclui a sobretudo a contabilização da imputação dos subsídios para investimentos no montante de € 1,6 milhões, no ano de 2024 inclui, essencialmente, a contabilização da indemnização devida pelo Município de Penacova, no âmbito do processo arbitral, cuja sentença transitou em julgado em dezembro de 2023, no montante de € 6,8 milhões.

12.2 Estrutura de Gastos

A estrutura de gastos da APIN foi de € 20,3 milhões, conforme quadro abaixo:

Quadro 27 - Gastos e perdas

Gastos e Perdas	2025	2024
Custo das mercadorias vendidas e materiais consumidas	3 422 767	3 488 450
Fornecimentos e serviços externos	6 115 137	7 536 133
Gastos com o pessoal	4 480 597	4 543 230
Gastos de depreciação e de amortização	2 832 819	1 975 003
Perdas por imparidade	258 086	85 917
Outros gastos e perdas	294 024	391 978
Gastos de perdas de financiamento	879 002	1 354 371
Total	20 282 432	19 375 083

Os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE), no montante de € 8,1 milhões, representaram cerca de 40,0% dos gastos operacionais. A rubrica de CMVMC's diz respeito ao custo com a aquisição de água em "alta". Por sua vez, o custo com o tratamento de efluentes e a gestão de resíduos em "alta", estão considerados em subcontratos, refletindo 51,7% do total contabilizado em FSE.

Os gastos com o pessoal traduzem um total de 176 colaboradores no final de dezembro de 2025, tendo-se verificado uma diminuição de 18 colaboradores face a dezembro de 2024.

12.3 Resultado

O resultado líquido do período de 2025 é negativo no montante de - € 808,5 mil.

Quadro 28 - Resultados

Resultados	2025	2024
Resultado antes de depreciações, financiamento e impostos	3 129 333	7 188 265
Resultado operacional (antes de financiamento e impostos)	296 514	5 213 262
Resultado antes de impostos	-582 297	3 858 891
Imposto sobre o rendimento do período	-8 065	-377 697
Imposto diferido	-18 105	-587 325
Resultado líquido do período	-808 467	2 893 870
Valores em euros	Fonte Própria	

12.4 Capital Próprio

O Capital Próprio da APIN no final de 2025 foi de € 21,8 milhões, dos quais € 22,4 milhões dizem respeito à contabilização de candidaturas a apoio financeiro, reconhecido na rubrica de Outros devedores e credores em contrapartida da rubrica de Subsídios atribuídos e da rubrica Ajustamento em subsídios (€ 3,8 milhões).

A rubrica de Resultados Transitados (após a aplicação de resultados de 2024) foi incrementada no valor de € 2,7 milhões.

Quadro 29 - Capital próprio

Capital Próprio	2025	2024	Δ Valor	Δ %
Capital realizado	1 100 000	1 100 000	0	0,0%
Reservas legais	165 557	10 863	144 693	1332,0%
Resultados transitados	2 654 836	10 423	2 644 412	25370,5%
Outras variações no capital próprio	18 880 724	16 181 172	2 399 553	14,8%
Resultado líquido do período	699 590	2 893 870	-3 583 426	-124,2%
Total do Capital Próprio	21 791 557	20 196 328	1 595 229	7,9%
Valores em euros	Fonte Própria			

12.5 Principais Rácios Financeiros

No quadro que se segue apresenta-se os principais indicadores financeiros relativos aos anos de 2025 e 2024:

Quadro 36 - Indicadores da posição financeira

Indicadores da Posição Financeira	Fórmulas	2025	2024
Debt to Equity (x)	Dívida Financeira Líquida / Património Líquido	14,26	17,40
EBIT - Earnings Before Interest and Taxes (€)	Resultado Operacional	296 514	5 213 262
EBITDA - Earnings Before Interest, Taxes and Depreciation (€)	Resultado Operacional + Amortizações + Imparidades	3 367 419	7 274 182
Autonomia Financeira	Capital Próprio / Ativo	0,38	0,37
Solvabilidade	Capital Próprio / Passivo	0,60	0,58
Rentabilidade dos Capitais Próprios	Resultado Líquido / Capital Próprio	n.a.	0,14

Fonte: Própria

O *Debt to Equity* apresenta um nível de endividamento de 14,26x, inferior face ao ano anterior (17,40x). Os resultados operacionais apresentam o valor de € 296,5 mil. Por seu lado, o EBITDA apresenta um valor de cerca de € 3,4 milhões, refletindo uma margem EBITDA de 18,9%.

A autonomia financeira da empresa em 2025 ascende a 0,38, enquanto o rácio de solvabilidade evidencia uma estrutura de capitais de 0,60.

A deterioração dos rácios financeiros está diretamente associada à contabilização extraordinária, no ano de 2024, da indemnização por lucros cessantes do Município de Penacova no valor de € 6,8 milhões.

12.6 Gestão de Riscos

A APIN encontra-se sujeita a determinados de riscos: risco de liquidez, risco de mercado e risco de catástrofe.

Para o desenvolvimento da sua atividade, a gestão dos mesmos é essencialmente controlada pela Administração e decorre do acompanhamento sistemático das principais operações da empresa e respetivos fluxos financeiros, e ainda pelo conhecimento que detém do mercado e do setor de atividade em que se insere.

As decisões tomadas pela Administração assentam em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas geram apenas riscos regularmente suportáveis pela empresa.





12.7 Ações Próprias

Tal como se verificou no quadro do capital próprio, a organização não detém quotas próprias nem efetuou aquisições ou alienações de ações próprias no decurso do exercício.

12.8 Negócio entre a Sociedade e os Seus Administradores

Dando cumprimento ao artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais, não existiram negócios entre a sociedade e os seus administradores no período de 2025.

12.9 Sucursais

A sociedade não detém sucursais em território nacional nem fora do território nacional.

12.10 Situação Fiscal e Contributiva

À data de encerramento das contas, a empresa não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal e à Segurança Social.



13 PERSPETIVAS FUTURAS

A APIN mantém para o ano de 2026 o compromisso inalterado de salvaguardar o cumprimento das obrigações legais, na defesa do serviço público prestado e dos interesses das populações.

Enunciam-se de seguida as principais iniciativas estratégicas a desenvolver pela APIN durante o ano de 2026:

- a) Redução de Perdas - a APIN assegurará a continuidade da implementação de estratégias de controlo de perdas de água, por forma a assegurar uma redução de água não faturada. Ao nível da gestão de perdas reais propõe-se implementar mais ZMC's, reforçar a atividade de pesquisa ativa de fugas e continuar com a redução e estabilização de pressões nas redes de distribuição de água. Ao nível da gestão de perdas aparentes iremos intensificar a pesquisa de atos ilícitos e continuar com a renovação do parque de contadores.
- b) Infiltrações e Afluências Indevidas - pretende-se assegurar a continuidade da implementação das estratégias definidas para o controlo das infiltrações e afluências indevidas, por um lado, melhorar a eficácia e a eficiência do funcionamento hidráulico dos sistemas de drenagem e, por outro, reduzir o risco de inundações e extravasamentos de águas residuais. Entre as principais medidas propõe-se implementar zonas de monitorização de caudais em bacias de drenagem urbanas, intensificar a deteção de afluências indevidas de caudais pluviais aos sistemas de saneamento de águas residuais e reabilitar e substituir as infraestruturas (caixas de visita e coletores) desagregadas ou tecnicamente deficientes nos sistemas de drenagem.
- c) Reabilitação de Condutas e Ramais - pretende-se assegurar a continuidade das intervenções de substituição de condutas e ramais de modo a garantir a sustentabilidade do sistema de abastecimento de água e adequados níveis de serviço. Para 2026, propõe-se substituir/reabilitar os componentes mais críticos, com base em registos cadastrais, e cuja condição física e desempenho estejam manifestamente deficientes.
- d) Segurança da Água para Consumo Humano - a APIN pretende obter uma melhoria contínua dos processos que permitam aumentar a eficiência da gestão dos sistemas de controlo da qualidade da água.
- e) Reforçar-se-ão as ações de fiscalização, tanto no que respeita a consumos ilícitos, como no que se refere ao cumprimento da obrigação de ligação dos alojamentos às redes públicas de água e saneamento.





- f) Proceder a uma dinamização da economia circular através da promoção da reciclagem multimaterial e valorização orgânica de resíduos urbanos.
- g) Continuidade da implementação da renovação, lavagem e higienização do parque de contentores.
- h) O planeamento e o cronograma de investimentos da APIN são revistos com periodicidade anual, sendo objeto de acompanhamento no que respeita designadamente à execução física e financeira. A revisão do plano de investimentos constitui uma linha de continuidade e evolução com base nas variáveis já conhecidas, e condicionantes impostas por procedimentos e prazos decorrentes dos mesmos.

A administração da APIN está comprometida com um modelo de gestão que assegure as melhores condições de trabalho e uma adequada remuneração.

14 IMPOSTO DIFERIDO SOBRE O RENDIMENTO

Nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro n.º 25 do SNC, o reporte de imposto decorrente do prejuízo fiscal é reconhecido como um ativo do período em que ocorre quando "é provável que o benefício fluirá para a entidade" nos períodos seguintes.

Considerando as perspetivas futuras de revisão do Estudo de Viabilidade Económica e Financeira, perspetivar-se-á a sustentabilidade da operação e a realização de lucro tributável por forma a recuperar o valor de ativos por impostos diferidos.

15 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração expressa o profundo agradecimento a todos os colaboradores que, com o seu profissionalismo e dedicação, contribuíram para a evolução deste projeto e desenvolvimento da atividade em mais um ano de dificuldades, mas desafiante.

Aos municípios que constituem o Sistema, pelo empenho e colaboração, aos nossos fornecedores, pelo esforço evidenciado na pronta satisfação das necessidades da Empresa e a todos os clientes particulares e empresariais que através da exigência fomentam uma melhoria contínua.

O rigor, a exigência, a transparência, a ética e um forte sentido de serviço público continuarão a estar no centro da atividade da APIN, tendo em conta o interesse dos utilizadores



dos sistemas públicos de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos.

16 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do disposto do artigo 30.º dos Estatutos da APIN e nos artigos 31.º a 33.º, na alínea f) do n.º 5 do artigo 66.º, no artigo 295.º e nos n.ºs 1, alínea b) e 2 do artigo 376.º todos do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração propõe que o resultado líquido negativo do período de 2025, no valor de - € 699.559,70 seja transferido para resultados transitados.

17 TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS A CARGO DOS SÓCIOS (ARTIGO 40.º, N.ºS 2 E 8 DA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO)

Perante o resultado negativo do período, o Conselho de Administração propõe a aplicação do mecanismo legal de reposição do equilíbrio previsto no n.º 2 do artigo 40.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, sendo que, «... no caso de o resultado líquido antes de impostos se apresentar negativo, é obrigatória a realização de uma transferência financeira a cargo dos sócios, na proporção da respetiva participação social, com vista a equilibrar os resultados do exercício em causa».

Neste sentido, importa salientar que, de acordo com os n.ºs 3 e 4 do mesmo artigo, os sócios terão de proceder à transferência financeira no mês seguinte à apreciação das contas, nos termos e nos prazos da lei comercial.



18 FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não se verificaram factos ou acontecimentos relevantes posteriores a 31 de dezembro de 2025.

Penela, 11 de março de 2026

O Presidente do Conselho de Administração da APIN,



(António Rui de Sousa Godinho Sampaio)

O Vogal do Conselho de Administração da APIN,



(António Manuel Henriques Antunes)

O Vogal do Conselho de Administração da APIN,



(Ana Soraia Leal Gomes)



19 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS





19.1 BALANÇO

Relatório de Gestão e Contas 2025

Balanço - (modelo normal)
em 31-12-2025
(montantes em EURO)

APIN - EMPRESA INTERMUNICIPAL DE
AMBIENTE DO PINHAL INTERIOR E I.M.S.
A

RUBRICAS	Notas	2025	2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	9	37.382.434,06	39.125.075,32
Ativos intangíveis	8	174.500,44	121.844,29
Outros investimentos financeiros			46,79
Créditos a receber	24	1.550,00	1.550,00
Ativos por impostos diferidos	24	774.290,24	869.488,02
		38.332.274,74	40.934.003,42
Ativo corrente			
Existências	20	6.182,53	7.197,69
Clientes	28	1.356.455,43	1.201.833,95
Estado e outros entes públicos	28	342.039,42	
Outros créditos a receber	24	9.854.608,41	11.031.255,51
Diferimentos		535.932,41	549.074,27
Caixa e depósitos bancários	5	5.672.361,65	2.083.359,42
		18.707.280,05	14.793.354,80
Total do ativo		58.040.156,79	54.926.258,42
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	31	1.100.000,00	1.100.000,00
Reservas legais		153.336,76	151.843,78
Resultados transferidos	33	3.654.825,03	10.423,79
Ajustamentos / outras variações no capital próprio		18.580.724,43	16.381.075,50
Resultado líquido do período		699.559,20	2.895.849,51
Total do capital próprio		23.795.556,52	20.769.327,80
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	612	8.561.253,84	8.612.225,28
Outros débitos a pagar	24	14.376.477,82	12.966.327,98
		23.009.845,66	21.578.553,27
Passivo corrente			
Fornecedores	24	4.293.257,96	3.633.075,44
Estado e outros entes públicos	25	100.184,04	481.494,34
Financiamentos obtidos	612	507.242,37	555.347,94
Outros débitos a pagar	24	7.822.130,39	8.043.049,23
Diferimentos		33.346,05	31.096,32
		12.756.734,61	12.751.473,27
Total do passivo		35.766.580,27	34.330.026,54
Total do capital próprio e do passivo		58.040.156,79	54.926.258,42

ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração nº 1040

Página 1/1

19.2 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Demonstração dos Resultados por
Naturezas - (modelo normal)
do período findo em 31-12-2025
(montantes em EURO)

APIN - EMPRESA INTERMUNICIPAL DE
AMBIENTE DO PINHAL INTERIOR E I.M.S.
A

RENDIMENTOS E GASTOS	Natureza	PERÍODO	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	22	17.903.040,80	15.38.247,53
Subsídios à exploração	32	15.628,40	14.902,74
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	20	-9.422.766,74	-9.482.448,28
Fornecimentos e serviços externos	27	-8.115.037,26	-7.036.033,43
Gastos com a pessoal	28	-4.480.397,37	-4.343.229,87
Imparidade de créditos a receber (perdas/reversões)	14	-258.086,00	-85.917,00
Outros rendimentos	29	1.779.275,08	7.607.803,38
Outros gastos	30	-294.023,72	-191.978,31
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		3.029.585,17	3.888.365,46
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	31	-2.832.891,02	-1.915.033,33
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		296.694,14	1.973.332,13
Juros e rendimentos similares obtidos	26	190,71	
Juros e gastos similares suportados	26	-819.501,30	-1.354.37,19
Resultado antes de impostos		-522.806,49	1.898.894,93
Imposto sobre o rendimento do período	4	-117.263,08	-945.821,42
Resultado líquido do período		-640.069,57	1.893.869,51

Assinatura do

Carimbo e Assinatura nº 104

Página 1/1





19.3 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

Demonstração dos Resultados por
Funções - (modelo normal)
do período findo em 31-12-2025
(montantes em EURO)

APIN - EMPRESA INTERMUNICIPAL DE
AMBIENTE DO PINHAL INTERIOR S I M S
A

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODO	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	23	17 905,949,80	16,395,267,53
Custo das vendas e dos serviços prestados	20	-9 645 474,37	-7 973,661,42
Resultado bruto		8,260,565,43	7,338,306,11
Quotas rendimentos	29,32	1,794 903,45	1 632,706,12
Gastos administrativos	27,28	-9 294 687,30	-9 050,527,70
Quotas gastos	30	-253,274,84	6 996,076,41
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		796,374,34	6,251,264,53
Gastos de financiamento (liquidez)	36	-676,890,79	-1 394 371,39
Resultado antes de impostos		-862,296,68	6,836,493,93
Imposto sobre o rendimento do período	4	-17 263,05	-965 025,42
Resultado líquido do período		-879,559,73	1,893,669,51

Administração

Contabilidade Certificada Nº 5547

19.4 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Demonstração dos Fluxos de Caixa
do período findo em 31-12-2025
(montantes em EURO)

APIN - EMPRESA INTERMUNICIPAL DE
AMBIENTE DO PINHAL INTERIOR E I.M.S.
A

RUBRICAS	Notas	PERÍODO	
		2025	2024
Balaz de caixa das atividades operacionais			
Recatamentos de clientes		8.548.134,93	12.574.927,11
Pagamentos a fornecedores		1.304.539,92	0.723.434,17
Pagamentos ao pessoal		2.795.885,36	3.050.945,80
Caixa gerado pelas operações		2.447.709,65	2.800.547,14
Pagamentos/recatamentos do imposto sobre o rendimento		542.054,37	9.777,18
Outras recatamentos/pagamentos		-289.104,26	-185.538,29
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		2.216.551,02	2.605.231,67
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		1.015.322,31	1.276.001,05
Ativos intangíveis		8.286,36	
Recatamentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		17.350,37	529.584,71
Investimentos financeiros		48,17	35.702,09
Subsídios de investimento		3.808.211,43	1.589.081,70
Atos e rendimentos similares		180,62	
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		2.799.355,93	888.375,44
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recatamentos provenientes de:			
Outras operações de financiamento			2.739.31,08
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		500.117,22	4.870.028,79
Atos e gastos similares		879.001,50	1.254.271,19
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		1.279.118,72	-3.454.386,89
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		1.636.892,25	29.018,21
Caixa e seus equivalentes no início do período	5	2.053.169,42	2.014.151,21
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	3.690.061,67	2.043.169,42

Administração

CARLOS ALBERTO N.º 1060

Página 177



Demonstração das Alterações no Capital Próprio
do período findo em 31-12-2024
(quantidades em EURO)

[illegible]

19.6 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO - 2024

Demonsstra,ão das Altera,ões no Capital Próprio
do período findo em 31-12-2025
(montantes em EUR000)

[illegible]

Abstract

1000-0000/01/0000-0000\$05.00/0

1000

W. A. 25
F. A.
F. A.
F. A.
F. A.
APIN

[Signature]
[Signature]
Relatório de Gestão e Contas 2025

20 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



NOTA 1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO

- 1.1 Designação da entidade: APIN - Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., S. A.
- 1.2 Morada: Zona Industrial de Penela, Lote 15, 3230-347 Penela
- 1.3 Número de identificação fiscal: 515 515 507
- 1.4 Natureza da atividade: Exploração e gestão do Sistema Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, o qual agrega os sistemas municipais de abastecimento público de água, de saneamento, de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos dos Municípios de Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penela e Vila Nova de Poiares, no respetivo território.
- 1.5 Conservatória: Registo comercial e predial de Penela
- 1.6 Capital Social: 1.100.000 €
- 1.7 Período das demonstrações financeiras: Período findo em 31 de dezembro de 2025

NOTA 2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**2.1 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

Em 2025, as presentes demonstrações financeiras da APIN - Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M. S.A., foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 298/2015 de 2 junho;
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso n.º 8254/2015, 29 de julho (Estrutura Conceptual);
- Aviso n.º 8256/2015, 29 de julho (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas).

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da empresa, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento,



mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo *International Accounting Standard Board* e respetivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que o SNC não contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou situações em que a Empresa se encontre envolvida.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Empresa e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 1º, da Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, designadamente o balanço individual, a demonstração individual dos resultados por naturezas, a demonstração individual das alterações no capital próprio, a demonstração individual de fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em Euros.

2.2 Derrogação das disposições do SNC e efeitos nas demonstrações financeiras

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3 Comparação com o ano anterior

As demonstrações financeiras são comparáveis com o ano anterior.

NOTA 3 - ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF – DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA

A adoção das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) ocorreu pela primeira vez em 2010, pelo que a data de transição do referencial contabilístico POC para este normativo é 1 de janeiro de 2009, tal como estabelecido pela NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

Nos termos dessa norma, não há efeitos reportados à data de transição para as NCRF (1 de janeiro de 2009).



NOTA 4 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

4.1 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras de APIN - Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M. S.A. são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Gastos de financiamento", se relacionados com empréstimos ou em "Outros gastos ou perdas operacionais", para todos os outros saldos/transações.

4.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente valorizados pelo seu custo.

O custo do ativo fixo tangível além do preço de compra, inclui os direitos de importação e impostos não reembolsáveis, custos necessários para colocar o ativo na localização e condição de funcionamento, e exclui descontos comerciais e abatimentos.

É adotado o modelo do custo na mensuração subsequente à mensuração inicial, os ativos fixos tangíveis são valorizados pelo custo, menos depreciação acumulada e perdas por imparidade.

Os bens com vida útil limitada são depreciados em função da sua utilização, e assim que estejam concluídos ou em estado de uso. Dado que os terrenos têm vida ilimitada não são depreciados.

A quantia depreciável do ativo fixo tangível é imputada pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de bens. As taxas de depreciação utilizadas estão de acordo com a legislação aplicável.

O método de depreciação, vida útil e valor residual dos bens foram revistos e consideram-se apropriados.



As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada e estão de acordo com a legislação em vigor, como segue:

Rubricas	Vida Útil - Anos
Edifícios e outras construções	6 a 50
Equipamento básico	3 a 30
Equipamento de transporte	4 a 8
Equipamento administrativo	3 a 8
Outros ativos tangíveis	4 a 8

As despesas, com reparação e manutenção destes ativos, são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

A quantia escriturada do bem é desreconhecida no momento da alienação ou quando não se espere futuros benefícios económicos do seu uso ou alienação. Sendo, o ganho ou perda decorrente incluído nos resultados.

4.3. Propriedades de investimento

A entidade não detém propriedades de investimento.

4.4. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.



As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas, quando a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do período em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Empresa. Nestas situações estes gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, com exceção dos direitos de gestão de instalações, os quais são amortizados de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de marcas e patentes, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada e estão de acordo com a legislação em vigor.

Rúbricas	Vida Útil - Anos
Projetos de desenvolvimento	3
Outros ativos intangíveis	3 a 10

4.5. Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas subsidiárias e associadas, nas quais a Empresa detenha influência ou controlo significativos (geralmente com participação superior a 20% do capital social), são mensurados pelo método da equivalência patrimonial.

Os restantes investimentos financeiros são mensurados pelo método do custo.





4.6. Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 16% sobre a matéria até ao montante de 50.000,00 e 20% sobre o excedente. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda a Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88.º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2020 a 2025 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A Empresa proceda ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação se baseia no plano de negócios da Empresa.

4.7. Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o FIFO (*First In First Out*) como método de custeio habitual, ou em alternativamente o método do custo específico. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.



4.8. Ativos biológicos

A entidade não detém ativos biológicos.

4.9. Cientes e outros créditos a receber

As contas de "Clientes" e "Outros créditos a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas "Perdas de imparidade acumuladas", para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

As imparidades de clientes são constituídas a 100% para clientes com dívidas vencidas superiores a 30 dias de antiguidades, excluindo as classes de consumo: 1) Municípios; 2) Juntas de Freguesia e 3) Estado.

4.10. Ativos financeiros detidos para negociação

A entidade não detém ativos financeiros detidos para negociação.

4.11. Ativos não correntes detidos para venda

De igual modo, a entidade não detém investimentos disponíveis para venda.

4.12. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

4.13. Capital social

As ações ordinárias são classificadas em capital próprio.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante desta emissão. Os custos diretamente imputáveis à emissão de novas ações ou opções, ou para a aquisição de um negócio, são incluídos no custo de aquisição como parte do valor da compra.



4.14. Provisões

Sempre que a empresa reconhece a existência de uma obrigação fruto de um evento passado, a qual exige o dispêndio de recursos, e sempre que o seu valor possa ser razoavelmente estimado é constituída uma provisão. Estas provisões são revistas à data do balanço de forma a transmitirem uma estimativa atual.

Na impossibilidade de uma das condições anteriores não ser cumprida, mas mantenha-se a possibilidade de afetar os exercícios futuros, a empresa não reconhece um passivo contingente mas promove a sua divulgação.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

4.15. Fornecedores e outras dívidas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

4.16. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

4.17. Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

4.18. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

4.19. Reconhecimento do rédito em contratos de construção

A entidade não detém situações de contratos de construção.





4.20. Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investimento estão registados em balanço na rubrica "Capital Próprios" e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

4.21. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

4.22. Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a Empresa adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem: i) vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis; ii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber; iii) provisões; iv) acréscimos e diferimentos e v) avaliação de impostos diferidos.



As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas.

NOTA 5 - FLUXOS DE CAIXA

5.1 - Os valores apresentados em caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

5.2 - A tabela seguinte apresenta a desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários em 31 de dezembro de 2025.

MEIOS LÍQUIDOS FINANCEIROS	2025	2024
Caixa	2 659	2 905
Depósitos à Ordem	3 439 403	2 050 265
Outros depósitos bancários	2 250 000	-
Total	5 692 062	2 053 169

NOTA 6 - POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS E ERROS

Os valores estimados referentes aos ativos e passivos são baseados nas últimas informações disponíveis. As revisões das estimativas em exercícios seguintes não são consideradas um erro. São reconhecidas em resultados e são objeto da divulgação adequada à sua materialidade.

De acordo com a NCRF 4, os erros de períodos anteriores são omissões e declarações incorretas nas demonstrações financeiras da entidade de um ou mais períodos anteriores decorrentes da falta de uso, ou uso incorreto, de informação fiável que estava disponível quando as demonstrações financeiras desses períodos foram autorizadas para emissão e que se poderia razoavelmente esperar que tivesse sido obtida, e tomada em consideração na preparação e apresentação dessas demonstrações financeiras. Tais erros incluem os efeitos de erros matemáticos, erros na aplicação de políticas contabilísticas, descuidos ou interpretações incorretas de factos e fraudes.

No presente exercício não foram detetados erros fundamentais nem foram alteradas as políticas e as estimativas contabilísticas.



NOTA 7 - PARTES RELACIONADAS

Na data de reporte financeiro a Empresa era participada pelas seguintes Entidades:

- O Município de Alvaizere com o número de contribuinte 506 805 949 detém 8,98% do capital social, no valor nominal de € 98.780 - Início da participação: 29 de julho de 2019.
- O Município de Ansião com o número de contribuinte 506 805 930 detém 13,73% do capital social, no valor nominal de € 151.030 - Início da participação: 29 de julho de 2019.
- O Município de Castanheira de Pera com o número de contribuinte 506 731 324 detém 4,28% do capital social, no valor nominal de € 46.860 - Início da participação: 29 de julho de 2019.
- O Município de Figueiró dos Vinhos com o número de contribuinte 506 546 381 detém 5,82% do capital social, no valor nominal de € 64.020 - Início da participação: 29 de julho de 2019.
- O Município de Góis com o número de contribuinte 506 613 399 detém 7,20% do capital social, no valor nominal de € 79.200 - Início da participação: 29 de julho de 2019.
- O Município de Lousã com o número de contribuinte 501 121 528 detém 18,39% do capital social, no valor nominal de € 202.290 - Início da participação: 29 de julho de 2019.
- O Município da Pampilhosa da Serra com o número de contribuinte 506 811 883 detém 7,90% do capital social, no valor nominal de € 86.900 - Início da participação: 29 de julho de 2019.
- O Município de Pedrógão Grande com o número de contribuinte 507 011 937 detém 5,54% do capital social, no valor nominal de € 60.940 - Início da participação: 29 de julho de 2019.
- O Município de Penacova com o número de contribuinte 506 857 957 detém 14,04% do capital social, no valor nominal de € 154.440 - Início da participação: 29 de julho de 2019.³
- O Município de Penela com o número de contribuinte 506 778 037 detém 6,77% do capital social, no valor nominal de € 74.470 - Início da participação: 29 de julho de 2019.

³ A decisão arbitral estabeleceu que a saída do Município de Penacova do Sistema APIN ocorreu a 31 de dezembro de 2020, tornando nulas todas as decisões da APIN subsequentes a essa data que afetassem Penacova enquanto acionista e entidade delegante. Apesar disso, a percentagem do capital social correspondente ao Município de Penacova ainda se encontra registada, uma vez que a APIN continua a desenvolver as ações formais necessárias para proceder à amortização das ações do Município de Penacova, conforme estabelecido na decisão arbitral.



- O Município de Vila Nova de Poiares com o NIF 505 371 600 detém 7,37% do capital social, no valor nominal de € 81.070 - Início da participação: 29 de julho de 2019.

Os saldos com Entidades relacionadas apresentam os seguintes montantes:

SALDOS COM PARTES RELACIONADAS	Ativo		Passivo	
	2025	2024	2025	2024
Clientes - Sócios				
Avalázeze*	26 717	10 293	-	-
Ansão	19 055	6 456	-	-
Castanheira de Pera*	14 031	20 856	-	-
Figueiró dos Vinhos	80 557	66 417	-	-
Góis	89	2 024	-	-
Lousã	35 599	57 137	-	-
Pampilhosa da Serra	25 438	4 992	-	-
Pedrogão Grande	553	436	-	-
Penacova	3 641	3 641	-	-
Penela	20 757	55 469	-	-
Vila Nova de Poiares	25 447	1 530	-	-
Outros Devedores (Refaturação)				
Lousã	-	58 587	-	-
Penela	768 604	768 604	-	-
Fornecedores - Sócios				
Avalázeze	-	-	-	-
Ansão	-	-	-	-
Castanheira de Pera	-	-	23 433	23 433
Figueiró dos Vinhos	-	-	-	1 153
Góis	-	-	-	-
Lousã	-	-	1 904	2 594
Pampilhosa da Serra	-	-	96 550	98 295
Pedrogão Grande	-	-	122 906	122 908
Penacova	-	-	-	-
Penela	-	-	15 429	2 204
Vila Nova de Poiares	-	-	57 773	57 773
Total	1 020 527	1 056 444	317 997	308 361



As transações com Entidades relacionadas apresentam os seguintes montantes:

TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	2025	2024
Clientes - Sócios		
Avalázeira	241 509	199 743
Ansião	257 759	225 481
Castanheira de Pera	103 390	88 392
Figueiró dos Vinhos	239 566	211 950
Góis	118 376	65 152
Lousã	578 096	507 608
Pampilhosa da Serra	187 637	135 701
Pedrogão Grande	166 046	132 310
Penacova	-	113 601
Penela	220 574	190 618
Vila Nova de Poiares	124 503	104 857
Outros Devedores (Refaturação)		
Lousã	-	-
Penela	-	-
Fornecedores - Sócios		
Avalázeira	-	-
Ansião	-	-
Castanheira da Pera	-	-
Figueiró dos Vinhos	4 689	5 369
Góis	-	-
Lousã	-	4 743
Pampilhosa da Serra	10 641	10 302
Pedrogão Grande	-	-
Penacova	-	-
Penela	13 225	13 028
Vila Nova de Poiares	-	-

NOTA 8 - ATIVOS INTANGÍVEIS

O método de depreciação, vida útil e valor residual dos bens foram revistos e consideram-se apropriados.

O método de amortização usado é o das quotas constantes.

As seguintes tabelas evidenciam a movimentação nos ativos intangíveis de 2025 e 2024:



ATIVOS INTANGÍVEIS	31 de dezembro de 2025				
	Saldo em 01/01/25	Aquisições Amort.	Abates Transf.	Revaloriz.	Saldo em 31/12/25
Goodwill	-	-	-	-	-
Projetos de desenvolvimento	278.377	-	-	-	278.377
Programas de computador	21.225	-	-	-	21.225
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-
Outros ativos intangíveis e em curso	305.011	-	91.697	-	397.707
Investimentos em curso	-	127.641	(91.697)	-	35.944
Total do ativo bruto	605.613	127.641	-	-	733.253
Amortizações acumuladas	(481.762)	(76.984)	-	-	(558.753)
Outros ativos intangíveis e em curso	-	-	-	-	-
Total do ativo líquido	123.844	50.656	-	-	174.500

ATIVOS INTANGÍVEIS	31 de dezembro de 2024				
	Saldo em 01/01/24	Aquisições Amort.	Abates Transf.	Revaloriz.	Saldo em 31/12/24
Goodwill	-	-	-	-	-
Projetos de desenvolvimento	278.377	-	-	-	278.377
Programas de computador	21.225	-	-	-	21.225
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-
Outros ativos intangíveis e em curso	295.843	10.168	-	-	306.011
Investimentos em curso	-	-	-	-	-
Total do ativo bruto	595.445	10.168	-	-	605.613
Amortizações acumuladas	(355.605)	(125.164)	-	-	(481.769)
Outros ativos intangíveis e em curso	-	-	-	-	-
Total do ativo líquido	239.840	(115.996)	-	-	123.844



NOTA 9 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A seguinte tabela evidencia a movimentação nos ativos fixos tangíveis de 2025 e 2024:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	31 de dezembro de 2025				
	Saldo em 1/jan/25	Aquisições Deprec.	Abates Transf.	Revaloriz.	Saldo em 31/dez/25
Ativo bruto					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	108 955	-	-	-	108 955
Equipamento básico	37 862 322	507 782	102 920	-	38 473 024
Equipamento de transporte	3 368 114	241 242	-	-	3 609 356
Equipamento administrativo	290 285	3 967	-	-	294 252
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	1 121 949	2 443	-	-	1 124 392
Investimentos em curso	14	257 762	(102 920)	-	154 856
Total do ativo bruto	42 751 640	1 013 196	-	-	43 764 836
Depreciações acumuladas					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	(46 570)	(9 820)	-	-	(56 390)
Equipamento básico	(1 163 839)	(1 816 552)	-	-	(2 980 391)
Equipamento de transporte	(1 898 025)	(658 382)	-	-	(2 556 407)
Equipamento administrativo	(193 056)	(47 533)	-	-	(240 591)
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	(325 073)	(223 547)	-	-	(548 620)
Total de depreciações acumuladas	(3 626 564)	(2 765 835)	-	-	(6 382 399)
Total de perdas por imperidade	-	-	-	-	-
Total do ativo líquido	39 125 075	(1 742 639)	-	-	37 382 436



ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	31 de dezembro de 2024				
	Saldo em 1/jan/24	Aquisições Deprec.	Abates Transf.	Revaloriz.	Saldo em 31/dez/24
Ativo bruto					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	108 390	556	-	-	108 955
Equipamento básico	3 536 385	34 485 129	(159 192)	-	37 862 322
Equipamento de transporte	3 305 640	62 474	-	-	3 368 114
Equipamento administrativo	283 098	7 187	-	-	290 285
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	1 308 186	1 250 409	(1 436 646)	-	1 121 949
Investimentos em curso	34 067 460	253 320	(34 330 765)	-	14
Total do ativo bruto	42 609 159	36 069 084	(35 926 603)	-	42 751 640
Depreciações acumuladas					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	(35 938)	(9 632)	-	-	(45 570)
Equipamento básico	(324 090)	(844 535)	4 786	-	(1 163 839)
Equipamento de transporte	(1 224 042)	(673 983)	-	-	(1 898 025)
Equipamento administrativo	(131 437)	(61 621)	-	-	(193 058)
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	(116 494)	(259 089)	50 490	-	(325 073)
Total de depreciações acumuladas	(1 833 001)	(1 848 839)	55 276	-	(3 626 564)
Total de perdas por imparidade	-	-	-	-	-
Total do ativo líquido	40 776 158	34 220 244	(35 871 327)	-	39 125 075

NOTA 10 - ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES DESCONTINUADAS

Não aplicável.

NOTA 11 - LOCAÇÕES

Quando aplicável os saldos pendentes de locações são os que se apresentam de seguida:

LOCAÇÕES	2025		2024	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Locações financeiras	-	3 576	3 300	4 785
Total	-	3 576	3 300	4 785



NOTA 12 - FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o saldo da rubrica "financiamentos obtidos" está discriminado como se segue:

FINANCIAMENTOS OBTIDOS	2025		2024	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários	8 581 254	503 667	9 008 926	551 603
Locações financeiras	-	3 576	3 300	4 785
Total	8 581 254	507 242	9 012 225	556 388

As taxas de juro dos empréstimos estão de acordo com as condições normais de mercado. Relativamente à rubrica de empréstimos bancários cerca de € 1,7 milhões dizem respeito ao financiamento da Linha BEI PT 2020 – Autarquias e € 7,3 milhões ao financiamento de banca comercial.

No exercício em análise, a APIN mantém em curso contratos de financiamento que visam garantir a sustentabilidade financeira das suas operações e investimentos.

Atualmente, a estrutura de financiamento da empresa inclui um empréstimo bancário junto da Caixa de Crédito Agrícola suportado por créditos e receitas consignadas, ou seja, receitas futuras que garantem o cumprimento das obrigações associadas a esses financiamentos.

Adicionalmente, um dos empréstimos contratados junto do Banco Europeu de Investimento (BEI) - Linha BEI – Autarquias, conta com uma garantia bancária emitida em favor da instituição financeira credora. Esta garantia está diretamente associada à contratualização do referido financiamento, que também assenta em créditos e receitas consignadas.

NOTA 13 - PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Não aplicável.

NOTA 14 - IMPARIDADE DE ATIVOS**14.1 Imparidade de Inventários**

Não aplicável.



14.2 Imparidade de Dívidas a Receber

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos gastos relativo a Imparidade de Dívidas a Receber dos períodos de 2025 e 2024.

IMPARIDADE DE DÍVIDAS A RECEBER	2025	2024
Imparidade acumulada no início do período	1 133 156	1 047 239
Perdas do exercício	258 086	85 917
Imparidade acumulada no fim do período	1 391 242	1 133 156

A Empresa constituiu imparidades a 100% para clientes com dívidas vencidas superiores a 30 dias de antiguidades, excluindo as classes de consumo: 1) Municípios; 2) Juntas de Freguesia e 3) Estado.

NOTA 15 - INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Não aplicável.

NOTA 16 - CONCENTRAÇÕES DE ATIVIDADES EMPRESARIAIS

Não aplicável.

NOTA 17 - INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO

Não aplicável.

NOTA 18 - EXPLORAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS

Não aplicável.

NOTA 19 - AGRICULTURA

Não aplicável.



NOTA 20 - INVENTÁRIOS

O consumo de mercadorias vendidas e das matérias consumidas, assim como, a discriminação do inventário apresentado pela gerência a 31 de dezembro de 2025 e 2024, é descrito na seguinte tabela:

INVENTÁRIOS E ATIVOS BIOLÓGICOS	2025	2024
Inventário Inicial de Mercadorias, Mat. Consumidas e At. Biológicos Consumo	7 098	22
Compras	3 421 952	3 485 525
Custo das mercadorias vendidas, matérias e ativos biológicos consumidos	(3 422 767)	(3 488 450)
Sub-total	6 283	7 098
Total de inventários e de ativos biológicos	6 283	7 098

Variação nos Inventários de Produção

Não aplicável.

Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos rendimentos relativo a Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas, períodos de 2025 e 2024:

CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	2025	2024
Mercadorias	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	3 422 767	3 488 450
Total	3 422 767	3 488 450

Nesta rubrica encontra-se registada sobretudo a compra de água em "alta" adquirida à Águas do Centro Litoral, S.A. e à Águas do Vale do Tejo, S.A. e em menor escala à Águas do Planalto, S.A., ao município de Arganil e ao município de Condeixa.

NOTA 21 - CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

Não aplicável.

NOTA 22 - RÉDITO

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos rendimentos relativo a Vendas e Prestação de Serviços dos períodos de 2025 e 2024.

VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS por Naturezas	2025	2024
Vendas de Mercadorias	4 655 652	4 027 694
Vendas de Produtos Acabados	-	-
Prestação de Serviços	13 249 369	11 283 604
Total	17 905 041	15 311 268

VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS por Mercados	2025	2024
Nacional	17 905 041	15 311 268
União Europeia	-	-
Países Terceiros	-	-
Total:	17 905 041	15 311 268

O aumento verificado em 2025 face a 2024 deve-se à atualização tarifária e ao aumento dos volumes de água. O valor apurado no final de 2025 incorpora cerca de € 723,9 mil relativo ao acréscimo de rendimentos de vendas e prestações de serviços.

NOTA 23 - CLIENTES

O saldo correspondente à rubrica de Clientes no final do exercício 2025 e 2024 apresenta o seguinte detalhe:

CLIENTES	2025	2024
Clientes conta corrente	1 356 455	1 151 658
Clientes cobrança duvidosa	1 391 242	1 133 156
Clientes perda por imparidade acumuladas	(1 391 242)	(1 133 156)
Total	1 356 455	1 151 658

NOTA 24 - FORNECEDORES E OUTROS DEVEDORES E CREDORES

O saldo correspondente à rubrica de Fornecedores no final do exercício 2025 e 2024 apresenta a seguinte decomposição:

FORNECEDORES	2025	2024
Fornecedores gerais	4 394 355	3 435 927
Fornecedores de investimentos	196 902	196 198
Total	4 593 258	3 633 125

A rubrica de Fornecedores encontra-se influenciada pelo valor em dívida aos fornecedores Águas do Vale do Tejo, S.A. (€ 2,5 milhões), Águas do Centro Litoral, S.A. (€ 865,4 mil) e ERSUC -



Resíduos Sólidos do Centro, S.A. (€ 410,2 mil), que representam em conjunto cerca de 85,4% do total da dívida a fornecedores a 31 de dezembro de 2025.

OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E DÍVIDAS A PAGAR	2025	2024
A RECEBER	12 630 449	11 916 394
Fornecedores - Devedores	6 846	8 430
Ativos por impostos diferidos	774 290	883 488
Devedores de fornecedores de investimentos	-	10 013
Devedores por aumentos de rendimentos	725 972	803 305
Outros devedores	11 123 341	10 411 158
A PAGAR	(22 452 742)	(21 009 401)
Credores por aumentos de gastos	(1 850 912)	(1 527 437)
Outros credores	(20 601 830)	(19 481 964)
Total	(9 822 294)	(9 093 008)

O reporte de imposto decorrente do prejuízo fiscal é reconhecido como um ativo do período em que ocorre. Neste sentido, foi apurado o valor de € 109,2 mil relativo a Ativos por Impostos Diferidos, sendo o valor acumulado desta rubrica de € 774,3 mil.

A rubrica de Outros devedores inclui o valor de € 4,5 milhões relativos à indemnização do município de Penacova, subsídios para investimentos com o financiamento no âmbito de projetos da Comunidade Intermunicipal de Coimbra e de Leiria no montante de € 205,2 mil, € 4,4 milhões relativo ao registo da TRH (Taxa de Recursos Hídricos) e da TGR (Taxa de Gestão de Resíduos), € 1,1 milhões relativo à cobertura de prejuízos dos resultados líquidos negativos dos anos de 2021, 2022 e 2023 alocados inicialmente ao município de Penacova, mas que por via da Sentença Arbitral serão reclamados aos restantes acionistas na proporção da percentagem do capital social, bem como € 768,6 mil referente a valores refaturados aos municípios no âmbito de obras cuja responsabilidade é dos próprios municípios, uma vez que a sua finalidade não se enquadra nas atividades delegadas na APIN.

As referidas obras (refaturadas aos municípios) foram incluídas nos projetos de execução, cuja elaboração foi da responsabilidade dos municípios, e cuja construção veio mais tarde a ser delegada pelos mesmos na APIN, sendo os municípios os únicos beneficiários das referidas obras. Estes investimentos consubstanciam maioritariamente: 1) intervenções em redes pluviais; 2) pavimentações para além da largura da vala necessária à execução de redes de água/saneamento e; 3) outros investimentos da responsabilidade do município, como por exemplo: arranjos urbanísticos, muros, entre outros, configurando assim obras excluídas do âmbito das funções delegadas na APIN. À data de 31 de dezembro de 2024 a APIN tinha já executado as obras desta natureza que foram refaturadas aos municípios correspondentes pelo mesmo exato valor do custo da obra. O valor refaturado aos municípios é contabilizado na rubrica

de Outros Devedores. A 31 de dezembro de 2025 encontra-se refaturado e não liquidado por parte dos municípios (saldo em aberto) o valor de € 768.603,59, correspondente ao Município de Penela.

A rubrica Credores por acréscimos de gastos inclui o valor referente ao gasto que a APIN tenderá a suportar com a operação no município de Penacova, tendo por base o valor da componente fixa do protocolo estabelecido em janeiro de 2020 entre a APIN e os onze Municípios.

A rubrica Outros credores inclui o valor de € 12,3 milhões, referente a acordos de pagamento com a Águas do Centro Litoral, S.A. e a Águas do Vale do Tejo, S.A, a contabilização do saldo de impostos diferidos associados ao reconhecimento dos subsídios ao investimento no valor de € 3,8 milhões, bem como o valor de € 4,5 milhões referente ao registo da TRH e da TGR.

Os impostos diferidos associados ao reconhecimento dos subsídios ao investimento são calculados de acordo com o saldo da conta 5931 – Subsídios atribuídos, multiplicando pela taxa de IRC definida para 2028 (17%).

NOTA 25 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	2025	2024
Ativo		
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC)	262 048	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	250 290	-
	5 750	-
Passivo		
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC)	(100 786)	(487 694)
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)	-	(377 870)
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)	(17 775)	(17 826)
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	(5 634)
Segurança social / CGA	(63 011)	(86 265)
Total	161 254	-487 634

NOTA 26 - RESULTADOS FINANCEIROS

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos "resultados financeiros" dos períodos de 2025 e 2024:

RESULTADOS FINANCEIROS	2025	2024
Juros e rendimentos similares obtidos	191	-
Juros e gastos similares suportados	(879 002)	(1 354 371)
Total	(879 192)	(1 354 371)



NOTA 27 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A seguinte tabela evidencia a repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos a 31 de dezembro de 2025 e 2024:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	2025	2024
Subcontratos	4 562 539	4 484 512
Serviços especializados	1 830 189	1 367 926
Trabalhos especializados	850 757	613 125
Publicidade e propaganda	-	1 533
Vigilância e segurança	906	3 014
Conservação e reparação	631 424	712 340
Outros	47 082	37 914
Materiais	45 896	48 407
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	30 440	29 240
Livros e documentação técnica	225	222
Material de escritório	6 167	6 870
Outros	8 866	12 075
Energia e fluidos	900 297	875 318
Electricidade	353 673	312 623
Combustíveis	538 911	562 695
Outros	7 712	39
Deslocações, estadas e transportes	1 165	2 252
Outros	1 165	2 252
Serviços diversos	975 271	757 619
Rendas e alugueres	199 797	200 638
Comunicação	343 428	332 215
Seguros	191 885	147 632
Contencioso e notariado	391	509
Limpeza, higiene e conforto	233 206	55 723
Outros serviços	6 504	20 842
Total	8 115 137	7 536 133

A rubrica de subcontratos representa cerca de 57,5% do total de gastos com fornecimentos e serviços externos. Esta rubrica inclui sobretudo o custo do tratamento de efluentes em "Alta" e o custo com a gestão dos resíduos em "Alta", ao qual apresenta um aumento 4,0% face a 2024, que se deve essencialmente pela expansão da rede de saneamento de águas residuais e pelo nível de pluviosidade registado em 2025.

A rubrica de trabalhos especializados apresenta um aumento de cerca de 38,8%, devido essencialmente ao registo dos seguintes gastos: 1) reforço da subcontratação para o serviço de recolha de resíduos urbanos, e; 2) serviço de substituição de contadores.

O aumento da rubrica Limpeza, higiene e conforto deve-se aos gastos com o serviço com a lavagem e desinfeção de contentores que no ano de 2025 apresentou o valor de € 160,9 mil (face a € 25,3 mil em 2024). Importa referir que no ano de 2024 verificaram-se dificuldades nos procedimentos de contratação pública para este efeito.

A rubrica de seguros apresenta um aumento de cerca de 30,0%, devido essencialmente ao registo dos seguintes gastos: 1) viatura de mercadorias, que se deve ao aumento do valor da apólice, bem como pela inclusão de novas viaturas, e 2) responsabilidade civil, que se deve ao aumento do valor da apólice.

A variação de 13,1% registado na rubrica de eletricidade está relacionado com aumento da extensão da rede de saneamento de águas residuais, principalmente devido à necessidade de construção de mais estações elevatórias.

NOTA 28 - GASTOS COM PESSOAL

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos valores relativo a Gastos com Pessoal dos períodos de 2025 e 2024:

GASTOS COM PESSOAL	2025	2024
Remunerações do pessoal	3 554 541	3 635 080
Encargos sobre remunerações	762 003	789 392
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	66 699	55 969
Outros gastos com o pessoal	77 255	52 789
Total	4 480 597	4 543 230

Na rubrica de Outros gastos com o pessoal foram registados € 41,5 mil respeitantes a gastos com fardamento, € 8,9 mil referente a gastos com Higiene e Segurança no Trabalho e € 8,5 mil relativo a gastos com formação. Nesta rubrica verificou-se um aumento nomeadamente nos gastos com formação e fardamento.

No período de 2025, a Empresa remunerou em média 186 colaboradores (198 em 2024).

NOTA 29 - OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos rendimentos relativo a Outros Rendimentos e Ganhos dos períodos de 2025 e 2024:



OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	2025	2024
Descontos de pronto pagamento obtidos	0	3 826
Excesso de estimativa para impostos	79 190	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	55 213
Imputação de subsídios para investimentos	1 580 300	880 011
Outros rendimentos	139 814	6 908 753
Total	1 779 275	7 907 803

No valor registado em 2025 na rubrica de Outros Rendimentos, estão contabilizados o envio de cartas de 2.º aviso aos clientes para pagamento de faturas em atraso, incumprimentos contratuais e indemnizações de seguros.

Importa também referir que em 2024 na rubrica de Outros Rendimentos, estão registados € 6,8 milhões da indemnização por lucros cessantes referentes à saída do município de Penacova do Sistema.

NOTA 30 - OUTROS GASTOS E PERDAS

A tabela seguinte mostra de uma forma discriminada a rubrica "outros gastos e perdas" considerados nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2025 e 2024:

OUTROS GASTOS E PERDAS	2025	2024
Impostos e taxas	40 985	45 942
Correções relativas a períodos anteriores	57 066	57 013
Quotizações	30	530
Insuficiência da estimativa para impostos	-	2 200
Outros gastos e perdas não especificados	215 914	286 292
Total	294 024	391 978

Na rubrica de Outros gastos e perdas não especificados foram registados € 209,2 mil respeitantes a juros de mora e financeiros.

NOTA 31 - GASTOS / REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos gastos relativo a Gastos / Reversões de depreciação e amortização dos períodos de 2025 e 2024:

GASTOS / REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	2025	2024
Ativos fixos tangíveis	2 755 835	1 848 838
Ativos intangíveis	76 984	126 164
Total	2 832 819	1 975 003

O aumento verificado em 2025 face a 2024, reflete a entrada em funcionamento dos investimentos efetuados pela Empresa até 2024, nomeadamente na expansão das redes de drenagem de águas residuais.

NOTA 32 - SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos rendimentos relativo a Subsídios à Exploração dos períodos de 2025 e 2024:

SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	2025	2024
Subsídios do Estado e outros entes públicos	15 628	14 903
Subsídios de outras entidades	-	-
Total	15 628	14 903

O valor da rubrica subsídios à exploração diz respeito na sua totalidade a rendimentos provenientes de subsídios do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP). De referir que durante o ano de 2025 não houve qualquer subsídio atribuído e a 31 de dezembro de 2025 a APIN é credora do valor de € 15,6 mil.

NOTA 33 - CAPITAL PRÓPRIO

33.1 - Capital Subscrito:

O capital social, que se encontra inteiramente subscrito e realizado, é de € 1,1 milhões, representado por 1,1 milhões de ações nominativas, com valor nominal de € 1 cada, conforme pode ser visualizado no quadro seguinte:

Accionistas	Tipo de ações	€ Accionistas	€ nominal por ação	N.º de Ações	% Capital
Município da Lousã	nominativas	202 290	1	202 290	18,39%
Município de Penacova	nominativas	154 440	1	154 440	14,04%
Município de Ansião	nominativas	151 030	1	151 030	13,73%
Município de Avelãzere	nominativas	98 780	1	98 780	8,98%
Município de Pampilhosa da Serra	nominativas	86 900	1	86 900	7,90%
Município de Vila Nova de Poiares	nominativas	81 070	1	81 070	7,37%
Município de Góis	nominativas	79 200	1	79 200	7,20%
Município de Penela	nominativas	74 470	1	74 470	6,77%
Município de Figueiró dos Vinhos	nominativas	64 020	1	64 020	5,82%
Município de Pedrogão Grande	nominativas	60 940	1	60 940	5,54%
Município de Castanheira de Pera	nominativas	46 860	1	46 860	4,26%
		1 100 000		1 100 000	100,00%

O capital subscrito não sofreu qualquer alteração desde a constituição da Empresa em 2019.





O capital social foi realizado em € 1,1 milhões (em dinheiro), através da transferência para a APIN dos bens municípios que estavam afetos à atividade de abastecimento e distribuição de águas e saneamento e de gestão de resíduos urbanos.*

33.2 - Resultados Transitados:

Em 31 de dezembro de 2025 o saldo desta rubrica tinha a seguinte composição:

Resultados transitados	2025	2024
Saldo no início do período	10 423	1 416 223
Aumentos no período	2 749 176	8 959 819
Ajustamentos no período	(104 764)	(10 365 619)
Saldo no final do período	2 654 835	10 423

O aumento registado na rubrica de resultados transitados diz respeito ao resultado líquido positivo obtido no ano de 2024 deduzido do valor da reserva legal e a um ajustamento efetuado na rubrica de subsídios atribuídos em resultado da correção do valor dos mesmos.

NOTA 34 – HONORÁRIOS DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

No ano de 2025, os honorários totais faturados pelos Revisor Oficial de Contas (sem IVA) ascenderam a € 7.800,00 e referem-se na íntegra ao serviço de revisão legal das contas.

NOTA 35 - EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

Não aplicável.

NOTA 36 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não aplicável.

NOTA 37 - MATÉRIAS AMBIENTAIS

Não aplicável.

* A decisão arbitral estabeleceu que a saída do Município de Penacova do Sistema APIN ocorreu a 31 de dezembro de 2020, tornando nulas todas as decisões da APIN subsequentes a essa data que afetassem Penacova enquanto acionista e entidade delegante. Apesar disso, a percentagem do capital social correspondente ao Município de Penacova ainda se encontra registada, uma vez que a APIN continua a desenvolver as ações formais necessárias para proceder à amortização das ações do Município de Penacova, conforme estabelecido na decisão arbitral.

NOTA 38 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Não aplicável.

NOTA 39 - BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Não aplicável.

NOTA 40 - PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Não aplicável.

NOTA 41 – GARANTIAS PRESTADAS

A relação das garantias bancárias prestadas a terceiros em 31 de dezembro de 2025 era a seguinte:

Data	Prestada por:	Montante	N.º Garantia	Beneficiário	Natureza
17/06/2021	Caixa de Crédito Agrícola	7 748 889 €	n.a.	Caixa de Crédito Agrícola	Bom cumprimento de financiamentos dos investimentos a realizar no âmbito do POSEUR
25/11/2025	Caixa de Crédito Agrícola	1 731 601 €	70307104041	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.	Linhas BEI PT 2020 – Autarquias (POSEUR-03-2012-PO-001060 - Despesa integrada da flacua de Dúga - Feneia)
14/09/2022	Millennium BCP	179 443 €	1252321300	Infraestruturas de Portugal, S.A.	Bom cumprimento (cumprimento de obrigações emergentes de alvará de licença de obra)
04/05/2023	Millennium BCP	72 576 €	125-02-3549700	Infraestruturas de Portugal, S.A.	Bom cumprimento (cumprimento de obrigações emergentes de alvará de licença de obra)
30/08/2023	Millennium BCP	1 000 €	125-02-3368136	Infraestruturas de Portugal, S.A.	Bom cumprimento (cumprimento de obrigações emergentes de alvará de licença de obra)

NOTA 42 - EVENTOS SUBSEQUENTES

Não aplicável.

NOTA 43 - INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

O Conselho de Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.





Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2025, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o n.º de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2025.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

NOTA 44 – DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO

As demonstrações financeiras individuais para o período findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 11 de março de 2026.

O Conselho de Administração entende que as demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da empresa.

NOTA 45 – OUTRAS INFORMAÇÕES

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido negativo do período de 2025, no valor de - € 699.559,70, seja transferido para resultados transitados.



V.
Certificação Legal de
Contas Consolidadas



2025.



REVISÃO LEGAL DAS CONTAS
CONTAS CONSOLIDADAS DE FINALIDADE ESPECIAL

MUNICÍPIO DE PENELA

Exercício de 2025

Este Processo contém:

- **Relatório do Auditor Independente**

MARQUES DE ALMEIDA, J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS, SROC, S.A.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

(1 exemplar)



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do **Município de Penela** (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em **31 de dezembro de 2025** (que evidencia um total de 40.207.157,85 euros e um total de património líquido de 28.064.507,72 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 5.034,39 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos da matéria descrita no número 1 da secção "Bases para a opinião com Reservas", e exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria descrita no número 2 da mesma secção, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do **Município de Penela** em 31 de dezembro de 2025, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, e de acordo com o contrato datado de 05 de janeiro de 2026.

Bases para a opinião com reservas

1. A nota 4 do Anexo divulga que o Município reconheceu no exercício de 2024 os Ativos Fixos Tangíveis de infraestruturas elétricas em baixa e de rede de iluminação pública afetos à concessão de serviços com a E-redes. Contudo, a informação proporcionada pelo concessionário relativamente ao ano de 2025 não é suficientemente detalhada e atualizada relativamente a cada um dos ativos de concessão, designadamente quanto à descrição dos bens, localização, data e valor de aquisição e vida útil, o que limita a validação do seu reconhecimento contabilístico e a sua monitorização. Assim, não estamos em condições de formar opinião sobre os ativos de concessão incluídos em Ativos Fixos Tangíveis e consequentemente sobre os diferimentos do Passivo no montante de 370 milhares de euros.
2. Conforme descrito na nota 24 do anexo às contas da APIN a conta outros devedores apresenta um montante de 768 milhares de euros resultante de obras efetuadas pela APIN, cuja responsabilidade é do devedor, por não se enquadrarem nas atividades delegadas na APIN. A resposta recebida ao nosso pedido de confirmação independente revela diferenças entre o montante registado pela APIN e aquele que nos foi reportado pelo devedor. Os saldos registados na contabilidade apresentam um valor superior em 768 milhares de euros face à informação recebida do devedor, pelo que não nos é possível concluir quanto à razoabilidade do referido montante.

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras deste relatório. Somos independentes da Sociedade de acordo com os requisitos éticos relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.



Ênfases

Não nos foi possível confirmar o registo predial da titularidade de alguns bens imóveis que integram o Ativo Fixo Tangível e cujo valor líquido é de 1.509 milhares de euros. Tal facto não influencia o reconhecimento e mensuração dos mesmos nas demonstrações financeiras.

A execução orçamental global da despesa e da receita no exercício de 2025 foi respetivamente de 57,36% e de 85,56%. No exercício de 2024 as taxas de execução global da despesa e da receita foram de 67,65% e de 90,78%, respetivamente.

Conforme referido no Relatório de Gestão e na nota 4 do anexo às demonstrações financeiras, o Município celebrou um contrato de gestão delegada, no qual cedeu a exploração do sistema de abastecimento de águas, saneamento de águas residuais e resíduos sólidos, mantendo no seu ativo os bens cedidos.

O limite da dívida é de 10.853 milhares euros, sendo a dívida total, excluindo as dívidas não orçamentais de 782 milhares euros. Assim, o município apresentava a 31 de dezembro de 2025 um valor de dívida total dentro dos limites legais definidos na Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro, correspondente a 0,11 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três anos.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas;
- elaboração do relatório consolidado de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Os nossos objetivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e, também:



- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.

- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade.

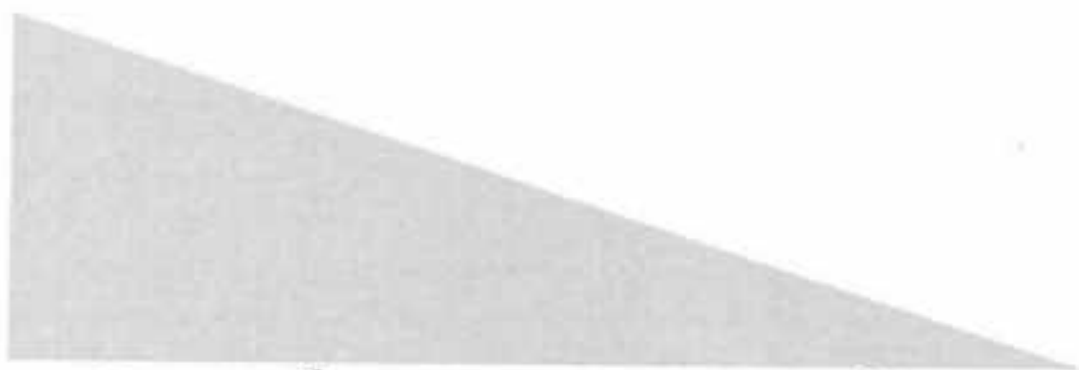
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão.

- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam colocar em dúvida a capacidade da entidade em continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que a entidade descontinue as operações.

Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e os resultados significativos da auditoria incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificado durante a auditoria.

Coimbra, 22 de junho de 2026

João Joaquim Marques de Almeida
(ROC n.º 571, inscrita no CMM nº 20140336)
Em representação de:
Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.



RELATÓRIO DE CONCLUSÕES
E
RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA
CONTAS CONSOLIDADAS DE FINALIDADE ESPECIAL

MUNICÍPIO DE PENELA

Exercício de 2025



Exmo. Senhor Presidente da
CÂMARA MUNICIPAL DE PENELA
Praça do Município,
3230-253 Penela

Exmos Senhores,

1. O presente relatório é emitido com base na Circular n.º 61/2009 - Relatório de Conclusões e Recomendações de Auditoria, da OROC.
2. Procedemos à revisão legal das contas consolidadas desse Município relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias. Em resultado do exame efetuado emitimos o respetivo relatório do auditor independente com data de 22 de junho de 2026.
3. O nosso trabalho incluiu, entre outros aspetos, o seguinte:
 - 3.1. Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pelo Município e que se encontram divulgadas no Anexo.
 - 3.2. Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte.
 - 3.3. Verificação das operações de consolidação, nomeadamente a adoção do método de consolidação de equivalência patrimonial, a eliminação dos valores das participações financeiras pela correspondente fração nos capitais próprios da empresa participada, a evidenciação das respetivas diferenças de consolidação e os critérios de homogeneização da informação.
 - 3.4. Solicitação da Declaração do Órgão de Gestão.
4. Em consequência do trabalho efetuado, entendemos dever relatar alguns aspetos que, por não terem materialidade, não foram incluídos no nosso relatório do auditor independente.



5. Finalmente, cumpre-nos informar que apreciamos o relatório do Órgão de Gestão e que verificamos a conformidade da informação financeira nele constante com as demonstrações financeiras do exercício.
6. Como nota final, gostaríamos de salientar e agradecer toda a colaboração recebida dos colaboradores e responsáveis do Município.

Coimbra, 22 de junho de 2026


José Joaquim Marques de Almeida
(ROC n.º 571, inscrita na CMM de o n.º 20163230)
Representação de:
Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.





MUNICÍPIO DE PENELA

Contas Consolidadas de Finalidade Especial

31 de dezembro de 2025

Anexo ao Relatório de Conclusões e Recomendações de Auditoria de 22 de junho de 2026

Como Anexo ao Relatório de Conclusões e Recomendações de Auditoria é emitido este documento. São aqui enunciadas algumas situações que podem ser melhoradas para efeitos de um maior rigor contabilístico, de um melhor controlo interno ou de uma melhor produção de informação para a gestão. De ressaltar que as situações aqui descritas são as que foram detetadas no decurso da auditoria a qual foi efetuada com o objetivo de emitir um parecer sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas de Finalidade Especial reportadas a 31 de dezembro de 2025.

I - PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO

1. O processo de consolidação tem como entidade consolidante o Município De Penela, as demonstrações financeiras consolidadas de finalidade especial foram preparadas, em todos os aspetos materiais, em conformidade com as disposições previstas no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro e as Normas de Contabilidade Pública 18 e 23 do SNC-AP.

Conforme referido no relatório de gestão consolidado, para o Município de Penela, as entidades incluídas no perímetro de consolidação é a APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., S.A. em relação à qual foi aplicado o método de equivalência patrimonial.

Relativamente à empresa integrada no perímetro de consolidação e no caso sujeita a revisão legal de contas, baseámos a nossa opinião na respetiva Certificação Legal das Contas, emitida por aquele órgão de fiscalização em conformidade com as disposições legais e estatutárias que lhe são aplicáveis.

Para o efeito foi-nos disponibilizada a Certificação Legal das Contas e o Relatório e Parecer do Fiscal Único da empresa APIN - Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., SA. com data de 12/03/2026, que continha uma opinião com reservas e sem ênfases.